



O ENSINO DE AUDITORIA EM ANGOLA
ESTUDO DE CASO: AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
NA REGIÃO NORTE DE ANGOLA (REGIÃO ACADÉMICA III)

FRANCISCO ERNESTO CAPITA

Trabalho de Projecto
Mestrado em Auditoria

Porto – 2015

INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DO PORTO
INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO



O ENSINO DE AUDITORIA EM ANGOLA
ESTUDO DE CASO: AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
NA REGIÃO NORTE DE ANGOLA (REGIÃO ACADÉMICA III)

FRANCISCO ERNESTO CAPITA

Trabalho de Projecto
apresentado ao Instituto de Contabilidade e Administração do Porto para
a obtenção do grau de Mestre em Auditoria, sob orientação da Professora
Doutora Alcina Augusta de Sena Portugal Dias

Porto – 2015

INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DO PORTO
INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO

Resumo:

Esta pesquisa tem como objectivo contribuir para a melhoria da formação dos potenciais auditores formados a partir das Instituições de Ensino Superior (IES) em Angola, tendo em conta as expectativas actuais bem como os desafios do mercado. Trata-se de um estudo de caso considerado sob unidades múltiplas de análise. O estudo está dividido em três capítulos interligados entre si, precedido de uma introdução. No primeiro fez-se a revisão da literatura através da consulta de livros e artigos científicos de diversos autores que dão resposta à pergunta de investigação bem como os objectivos da pesquisa, nomeadamente as exigências para a qualificação profissional em auditoria bem como a respectiva qualificação do corpo docente. O capítulo dois tratou a metodologia de pesquisa usada para realização deste trabalho, desde a construção do modelo de análise à discussão dos resultados obtidos. O último capítulo está reservado às conclusões do estudo. Onde se pode concluir de um modo geral que o ensino da auditoria nas IES na Região Académica III (norte de Angola) parece não assegurar no seu todo aos formandos as competências necessárias à sua integração e desenvolvimento profissional na área. As lacunas no que tange aos conteúdos, a qualificação e competência dos professores e o próprio contexto do ensino na região em causa, fazem nascer oportunidades muito interessantes para esta matéria. Como limitação do estudo refira-se o seu carácter regional – restrito ao norte de Angola. Como pistas de investigação futura sugere-se o alargamento do âmbito da pesquisa a todo país.

Palavras chave: auditoria financeira, auditoria interna, qualificação profissional, ensino de auditoria.

Abstract:

The present work aims to contribute to the implementation and/or improvement of the teaching of audit in the angolan higher education institutions. This is a case study research considered from multiple units of analysis, about audit education in different institutions of higher education in Angola. The study was divided into three sections interconnected, preceded by an introduction. The literature review was the first and tried to answer the initial research question and the objectives of this study, including the requirements for the professional qualification of audit teachers. The second chapter concerned the research methodology, from the construction of the analysis model to the results obtained. The last chapter is reserved for the conclusions. One may conclude that, in general, the audit education in the third academic region, north of Angola, seems not to ensure the students the needed skills for integrating companies and a professional development in the area. The gaps as to the contents, the qualification and competence of teachers in an education context in the region make it become a very good opportunity of development. As a limitation of this study we must refer its geographical placement and as an avenue for future reseach we suggest its sope enlargement to the whole country.

Key words: financial audit, internal audit, professional qualification, auditing education.

Dedicatória

*Aos meus progenitores Ernesto Augusto Capita e Maria do Sameiro Barata
pela génese da vida e amor incondicional.*

Agradecimentos

Primeiramente à Deus Todo-poderoso por tudo além da vida que me tem concedido diariamente.

À minha orientadora, Professora Doutora Alcina Augusta de Sena Portugal Dias, pela dedicação, paciência, encorajamento e partilha de conhecimentos.

Ao Professor Doutor Flaviano Luemba Capita, pela disponibilidade, tutoramento e motivação.

Às direcções das Instituições de Ensino Superior da Região Académica III, em Angola, os professores inquiridos e restantes funcionários que directa ou indirectamente se disponibilizaram em participar para a concretização deste trabalho.

Ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto (ISCAP), seu corpo directivo, à coordenação do curso de Mestrado em Auditoria, aos professores e colegas pelo contributo ao meu aprendizado durante o período de formação.

À Universidade 11 de Novembro e de modo particular à Direcção da Faculdade de Economia, pela aposta e apoio durante este percurso académico.

À minha família pelo estímulo à vida e apoio moral.

Aos meus amigos, companheiros de luta, por acreditarem em mim, pela força que me têm dado neste caminhada.

A todos os que ao longo da minha vida têm contribuído para a minha formação.

E por último mas não menos importante, à minha companheira, por fazer parte da minha vida, pela força e incentivo para vencer as adversidades, com amor e esperança para um amanhã melhor.

A todos o meu muito obrigado.

Lista de abreviaturas

AI - Auditoria Interna

AICPA - American Institute of Certified Public Accountants

AF - Auditoria Financeira

ARC - Academic Relations Committee

CBOK - Common Body of Knowledge

CI - Controlo Interno

CIA - Certified Internal Auditor

COAUD - Coordenadoria de Auditoria Interna

COSO - Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission

FEUON - Faculdade de Economia da Universidade Onze de Novembro

GRA - Governo da República de Angola

GRI - Global Reporting Initiative

IES - Instituições de Ensino Superior

IFAC - International Federation of Accountants

IIA - Institute of Internal Auditors

IIA Angola - Instituto dos Auditores Internos de Angola

IPPF - International Professional Practices Framework

ISA - International Standard on Auditing

ISPC - Instituto Superior Politécnico de Cabinda

ISPLC - Instituto Superior Politécnico Lusíada de Cabinda

ISPL Soyo - Instituto Superior Politécnico Lusíada do Soyo

ISPZ - Instituto Superior Politécnico do Zaíre

N/A - Não Aplicável

OCPCA - Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola

PCAOB - Public Company Accounting Oversight Board

ROC - Revisor Oficial de Contas

SAS - Statements on Auditing Standards

SI - Sistema Informático

TC - Tribunal de Contas (Portugal)

UC - Unidade Curricular

Índice geral

Resumo	ii
Abstract	iii
Dedicatória	iv
Agradecimentos.....	v
Lista de abreviaturas	vi
Índice de quadros	x
Índice de figuras	xi
Introdução	1
Enquadramento e Motivação do Estudo	2
Pergunta de Pesquisa	2
Estrutura do trabalho.....	3
Capítulo I – Revisão da Literatura	4
1.1. Noção e utilidade social da auditoria	5
1.2. Conceito de Auditoria	6
1.3. Tipos de auditoria	7
1.3.1. Auditoria Financeira	10
1.3.1.1. Conceito e importância.....	10
1.3.1.2. Objecto e Objectivo da Auditoria Financeira	12
1.3.1.3. Utilidade da Auditoria Financeira	12
1.3.1.4. Processo de auditoria financeira e risco de auditoria	14
1.3.1.5. Responsabilidades dos auditores/revisores.....	16
1.3.1.6. Qualificação do Auditor/Revisor	17
1.3.2. Auditoria Interna	19
1.3.2.1. Serviços da Auditoria Interna	20
1.3.2.2. Atribuições da Auditoria Interna	21
1.3.2.3. Objectivos da Auditoria Interna	21
1.3.2.4. Relação entre Controlo Interno e Auditoria Interna	22
1.3.2.5. Processo da Auditoria Interna	23

1.3.2.6. A Formação e Capacidades do Auditor Interno	24
1.3.2.6.1. A formação do auditor interno	24
1.3.2.6.2. Capacidades do auditor interno	26
1.4. Breve abordagem sobre processo de ensino-aprendizagem	28
1.4.1. Métodos de ensino	29
1.4.2. Qualificação e qualidades do docente	31
1.4.3. Níveis formação dos docentes	33
Capítulo II – Metodologia	36
2.1. Enquadramento Teórico	37
2.2. O Projecto	38
2.2.1. Âmbito	38
2.2.2. Objectivo	38
2.2.3. Construção do Modelo de Análise	39
2.2.4. Métodos de pesquisa	40
2.2.4.1. Perspectiva Quantitativa	40
2.2.4.2. Perspectiva Qualitativa	41
2.2.5. Amostra	42
Capítulo III – Discussão de Resultados	45
3.1. O que se ensina em Auditoria nas IES	46
3.2. Quem ensina Auditoria nas IES	53
3.3. Como se ensina a Auditoria nestas IES	59
3.4. Expectativas	61
Capítulo IV – Conclusão	64
4. Conclusão	65
Limitações do estudo	67
Linhas de investigações futuras	67
Referências Bibliográficas	68
Anexos	73
Apêndices	97

Índice de quadros

Quadro 01 - Fases de uma Auditoria	14
Quadro 02 - Fases da auditoria e riscos associados	15
Quadro 03 - Matérias previstas exigidas para qualificação em auditoria financeira.....	18
Quadro 04 - Relação entre a Auditoria Interna e Controlo Interno	23
Quadro 05 - Relação entre os elementos do ensino.....	29
Quadro 06 - Síntese das questões levantadas pela revisão da literatura	35
Quadro 07 - Estudo de caso: abordagem de casos simples e múltiplos	38
Quadro 08 - Modelo de análise	39
Quadro 09 - Hipóteses de análise	40
Quadro 10 - IES que ministram as disciplinas de auditoria na Região Académica III.....	43
Quadro 11 - Género dos professores inquiridos	44
Quadro 12 - Designação das escolas, disciplinas e cursos.....	46
Quadro 13 - Período de leccionação e carga horária	47
Quadro 14 - Conteúdos temáticos de Auditoria Financeira	48
Quadro 15 - Conteúdos temáticos de Auditoria Interna.....	49
Quadro 16 - Bibliografia apontada pelos programas	51
Quadro 17 - Critérios de atribuição da disciplina	53
Quadro 18 - Habilitações literárias dos professores de auditoria	54
Quadro 19 - Perfil académico dos docentes e outras formações em auditoria	54
Quadro 20 - Afiliação dos docentes aos organismos de Auditoria	57
Quadro 21 - Cursos de capacitação pedagógica aos docentes (últimos 5 anos)	58
Quadro 22 - Formação pedagógica dos docentes.....	58
Quadro 23 - Parcerias com organismos profissionais	60
Quadro 24 - Apreciação dos professores quanto à promoção dos valores associados à profissão de auditoria.....	63

Índice de figuras

Figura 01 - Filosofia do controlo interno.....	22
Figura 02 - Processo de auditoria interna	24
Figura 03 - <i>IIA's Global Model Internal Audit Curriculum</i>	25
Figura 04 - Principais aptidões requeridas em auditoria interna.....	26
Figura 05 - Atributos não-técnicos valorizados para os auditores internos	27
Figura 06 - Frequência da actualização dos programas das disciplinas	52
Figura 07 - Formações complementares em auditoria	55
Figura 08 - Tempo de trabalho com a disciplina	56
Figura 09 - Experiência profissional em Auditoria.....	56
Figura 10 - Local onde beneficiou a formação pedagógica	58
Figura 11 - Principais dificuldades na leccionação da disciplina	59
Figura 12 - Métodos de ensino utilizados	60
Figura 13 - Bases de ensino do conteúdo prático.....	61
Figura 14 - Opinião dos professores ao interesse dos alunos.....	62
Figura 15 - Inserção para as funções ligadas a auditoria (resposta das escolas).....	62

Introdução

Enquadramento e Motivação do Estudo

O presente trabalho de projecto relaciona-se com interesses práticos e do quotidiano sobre o ensino nas Instituições de Ensino Superior (IES). Com este trabalho pretende-se contribuir para a melhoria na formação dos potenciais auditores a partir das IES em Angola, tendo em conta as expectativas actuais bem como os desafios do mercado. Esta pesquisa tem como objecto de estudo caracterizar a realidade quanto ao ensino das disciplinas de Auditoria Financeira e Auditoria Interna, dada a sua relevância para a esfera social.

Nos dias de hoje, espera-se encontrar indivíduos capazes de acrescentar valor às entidades onde se inserem. O papel das instituições de ensino superior deverá ser o de preparar esses indivíduos de modo a ir ao encontro dos desafios que os espera em diversas áreas da sociedade.

A aderência ao ensino universitário angolano tem vindo a crescer ano após ano. O Governo tem desenvolvido esforços no sentido de criar condições infra-estruturais e humanas, de maneira a corresponder às expectativas quanto a qualidade que se espera, comparativamente a outras realidades.

A ligação entre as IES e as instituições que tutelam a profissão é essencial, visto que serve como elo de ligação entre o mercado de trabalho e a formação, contribuindo deste modo para a melhoria e adequação do ensino tendo em conta as saídas profissionais bem como para a exigência qualificação do corpo docente.

O ensino das disciplinas de auditoria nos cursos de licenciatura nas IES deve ser encarado como vector de fortalecimento profissional. Aspectos como a transparência, credibilidade e integridade da informação, a legalidade, a eficiência e eficácia dos processos, entre outros, corroboram o papel da auditoria.

O desígnio de qualquer auditoria é aumentar o grau de confiança aos parceiros envolventes à entidade ou unidade de negócio e, acima de tudo, adicionar valor e melhoria dos processos, gestão de risco e *governance* da mesma.

Pergunta de Pesquisa

A qualificação em auditoria exige aptidões técnicas e conhecimentos que são adquiridos através do processo de ensino-aprendizagem em áreas específicas e relacionadas, partindo duma base teórica até aos aspectos mais práticos. Porém, a questão científica norteadora deste estudo é saber se: **“o ensino da auditoria nas IES em Angola assegura aos alunos as competências necessárias à sua integração e desenvolvimento profissional na área”**.

Espera-se com este estudo obter uma imagem fiável da realidade do ensino da auditoria em Angola, dos programas seguidos, dos docentes que leccionam as disciplinas bem como os atributos que se espera dos estudantes.

Estrutura do trabalho

Além da introdução, onde se fez o enquadramento do tema, a motivação e a estrutura seguida, o presente trabalho está composto por quatro capítulos, conforme descrição a seguir:

O primeiro capítulo foi reservado à revisão da literatura, aborda temas ligados à noção de auditoria, abordagens da auditoria financeira e auditoria interna, delineados tendo em conta o objectivo o trabalho. Termina com uma síntese das questões levantadas pela revisão da literatura.

O segundo capítulo debruçou-se sobre a metodologia adoptada para a elaboração do trabalho e o enquadramento do estudo de caso. Definiu-se o âmbito da investigação, os métodos para a recolha e tratamento de dados, terminando com a amostra.

O capítulo três cingiu-se aos resultados obtidos da pesquisa de campo e suas interpretações.

O último capítulo é reservado às conclusões e às considerações sobre as futuras pesquisas.

Capítulo I – Revisão da Literatura

1.1. Noção e utilidade social da auditoria

Alega-se que o surgimento da auditoria está ligada aos casos fraudulentos. Tal como afirmam Carmichael, Willingham e Schaller (1989), as “auditorias propriamente ditas tiveram lugar em Inglaterra nos finais do século XV, para assegurar a inexistência de fraude nos registos mantidos pelos administradores das ricas propriedades”.

A auditoria passou a ser uma das mais importantes actividades e até imprescindível nas organizações cotadas, principalmente. A sua importância começou a ser significativa a partir do século XIX, época da revolução industrial na Grã-Bretanha. Desde aquela data, o seu conceito conheceu um novo rumo.

Porém, “devido à colonização inglesa nos Estados Unidos e no Canadá e ao grande desenvolvimento ocorrido nestes países, a auditoria acompanhou muito de perto esse incremento, tendo alcançado não só uma enorme difusão como também um aperfeiçoamento técnico bastante elevado” (Costa, 2014, p.67).

Para salvaguardar a sua actuação e independência, e na sequência dos grandes escândalos contabilísticos e financeiros ocorridos no final do Século XX, foi publicada nos Estados Unidos da América, em 2002, a lei *Sarbanes-Oxley* que se destina a proteger os investidores melhorando a precisão e a fiabilidade das demonstrações financeiras das empresas emitentes de valores mobiliários e, através do *Public Company Accounting Oversight Board (PCAOB)*, a monitorizar os auditores de tais empresas.

Dada a falta de conhecimentos técnicos dos utentes da informação sobre a informação financeira, a auditoria serve como o defensor dos interesses da sociedade. Tal ideia é partilhada por Almeida (2005):

“A auditoria, tal como está desenhada, assume a característica de bem público para a sociedade, interessando, assim, reflectir sobre se a auditoria está em condições de proporcionar os serviços que a sociedade reclama”.

A auditoria passa a ser um vector importante da sociedade, porque dela existe dependência para a tomada de decisões económicas.

Para Almeida (2005), a auditoria assume hoje um importante componente da estrutura da sociedade e neste sentido, contribui para o seu bem-estar, pois, sendo um mecanismo de controlo social de função preventiva, reduz o risco de a gestão da empresa mistificar as demonstrações financeiras, sendo uma solução para problemas relacionados com a responsabilidade, transparência e controlo.

Este autor apresenta quatro tipos de objectivos de avaliações de auditoria em termos sociais:

- Avaliar se as demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites;

- Avaliar a possibilidade de existência de demonstrações financeiras fraudulentas;
- Avaliar a probabilidade da empresa continuar em actividade; e
- Avaliar o potencial da organização para aumentar a sua posição competitiva no mercado onde opera, processo de negócio e sistemas de informação.

1.2. Conceito de Auditoria

Julga-se que etimologicamente a palavra “auditoria” vem do verbo latino *audire*, que significa “ouvir”; *auditore* (aquele que ouve, o ouvinte). Em inglês *to audit* (examinar, ajustar, corrigir, certificar).

Porém, entende-se por “auditoria”, segundo o Dicionário de Economia e Ciências Sociais (2001), como sendo um “inquérito de avaliação de contas, dos métodos e dos procedimentos de gestão no seio de uma empresa, ou de qualquer outra instituição, a fim de garantir as seus destinatários a regularidade e a veracidade das informações que lhes são transmitidas (informações geralmente destinadas aos accionistas, aos dirigentes, às comissões de empresa, aos bancos)”.

A expansão do termo está ligada à noção de responsabilidade e transparência, noções de transcendente importância na sociedade actual (Almeida, 2005, p.67).

Turoff, *et al.* (2004) no seu artigo publicado no *Journal of Information Technology Theory and Application* intitulado *Assuring homeland security: continuous monitoring, control and assurance of emergency preparedness* enunciam a definição de auditoria do *Auditing Concepts Committee* de 1972:

Auditoria é definida como um processo sistemático de objectivamente obter e avaliar evidências sobre afirmações, situações económicas ou procedimentos e verificar o seu grau de correspondência com os critérios preestabelecidos e comunicar os resultados aos usuários.

Morais e Martins (2013) partilham da mesma definição e clarificam as expressões chave contida nela, nomeadamente:

- *processo sistemático*: consiste numa sequência de procedimentos lógicos, estruturados e organizados (devidamente planeados);
- *objectivo*:
 - atitude objectiva: sem preconceitos, conclusões baseadas em procedimentos;
 - independência: examinar as informações com independência e isenção;
- *prova*: essência da Auditoria que é a evidência;
- *correspondência*: é a medida qualitativa e, ou, quantitativa da conformidade das informações, situações ou procedimentos com critérios preestabelecidos;

- *critérios preestabelecidos*: referem-se a leis, normas, regras, regulamentos (internos e externos), contractos e princípios corporativos;
- *comunicar*: consiste em divulgar, através dum relatório escrito, com um determinado grau de confiança, as conclusões do trabalho efectuado;
- *interessados*: são todos os que necessitam da informação do auditor, quer sejam internos ou externos à entidade, tais como: órgãos dos diferentes níveis hierárquicos de gestão, trabalhadores, accionistas ou sócios, investidores, Estado e público em geral, entre outros”.

De um modo geral, trata-se de um conceito que pode ser aplicável a qualquer tipo de auditoria.

1.3. Tipos de auditoria

A auditoria envolve um vasto campo de conhecimento, visto que quase tudo pode ser auditado. Daí a necessidade de especialização em cada uma das suas áreas. Contudo, várias são as tipologias no que diz respeito a sua classificação.

Os principais tipos de auditoria, segundo Costa (2014) são:

a) Auditoria financeira

Carneiro (2001) define-a como sendo uma verificação da veracidade das situações financeiras, a adequação das operações e registos, a qualidade dos controlos internos, a observação das normas e princípios contabilísticos vigentes.

b) Auditoria interna

Actividade de apreciação independente estabelecida dentro de uma organização, como um serviço para a mesma, para examinar e avaliar as suas actividades. Tem como objectivo auxiliar os membros da organização no desempenho eficaz das suas responsabilidades.

c) Auditoria operacional

Considerada como um aprofundamento do âmbito da auditoria interna, a auditoria operacional visa o progressivo desenvolvimento da actividade empresarial, em termos de volume, dispersão geográfica e complexidade. Este tipo de auditoria está voltada para um conjunto de técnicas de julgamento e tem como objectivo auditar os controlos operacionais, a gestão e a estratégia.

A auditoria operacional consiste num sistema coordenado de verificações especializadas realizadas em organizações administrativas. São exemplos: colecta e cálculo de produtividade e rentabilidade (Cardozo, 2013, p.33).

Para Morais e Martins (2013) este tipo de auditoria tem como objectivo avaliar a economia, eficiência e eficácia das actividades e, ou operações.

d) Auditoria de conformidade

Este tipo de auditoria destina-se a verificar, de forma sistemática, se a empresa ou entidade segue os procedimentos, regras, regulamentos, critérios, políticas, quer internos quer externos, que se encontram estabelecidos e aprovados superiormente bem como os contratos e legislações aplicáveis à actividade económica. Este tipo de auditoria tem ligações com todas as outras auditorias, principalmente com a auditoria interna e a auditoria operacional.

e) Auditoria de gestão

Tal como afirma Costa (2014), pode ser entendida como um dos segmentos ou extensões da auditoria operacional. Suas técnicas cobrem um espectro bastante amplo de procedimentos, métodos de avaliação, políticas e tarefas sendo concebidas para analisar, avaliar e rever o desempenho da empresa ou entidade em relação a um conjunto pré-determinado de *standards*.

A auditoria de gestão consiste na avaliação da *performance* da entidade e o desempenho dos gestores (Moraes e Martins, 2013, p.21).

f) Auditoria previsional ou prospectiva

Visa fornecer informações que sirvam tirar conclusões sobre a viabilidade futura das entidades, sobretudo as grandes empresas cotadas nas bolsas. Este tipo de auditoria sustenta o pressuposto do princípio de continuidade.

Contudo, a preparação da informação financeira prospectiva (incluindo as contas previsionais) cabe ao pessoal qualificado delegado pelo órgão de gestão. Quando, porém, o auditor for chamado a dar a sua opinião profissional e independente [...] deve estar consciente dos objectivos a serem atingidos pela entidade, salienta Costa (2014).

A auditoria/ revisão previsional consiste em¹:

- *avaliar a preparação das previsões/projecções financeiras;*
- *verificar a documentação que serviu de suporte aos pressupostos;*
- *verificar a apresentação da informação financeira prospectiva; e*
- *emitir um relatório e/ou parecer sobre a revisão efectuada.*

g) Auditoria aos Sistemas de Informação

Também denominada Auditoria Informática, tem fundamentalmente como objectivo verificar se existem controlos apropriados, certificar que os mesmos estão implementados e proceder à avaliação da sua eficácia de forma a poder tirar-se conclusões sobre a *performance* de todo o sistema informático.

Caneiro (2001) desdobra os objectivos da auditoria informática da seguinte maneira:

¹ Conforme parágrafo 17 da Recomendação Técnica nº 11 (1994) - Revisão da Informação Financeira Prospectiva.

- inventariar e avaliar os meios físicos e as tecnologias adequadas à recolha e processamento dos dados necessários à obtenção das informações necessárias;
- examinar a existência de controlos apropriados e avaliar a sua eficácia;
- concluir sobre a qualidade e a utilidade da informação obtida;
- garantir a montagem e a adequação de procedimentos e sistemas de controlo que assegurem a segurança do SI na sua relação directa com os materiais informáticos (*hardware* e *software*).

h) Auditoria aos Relatórios de Sustentabilidade

Em alguns países é designada de auditoria social ou auditoria da responsabilidade social, visa identificar, analisar e concluir acerca dos principais problemas relacionados com o desenvolvimento sustentável e as suas implicações das demonstrações financeiras. Tem como objectivo poder expressar uma opinião profissional e independente sobre o desempenho económico, social e ambiental das empresas e também sobre o seu modelo de governação de acordo com as normas aprovadas pelo *Global Reporting Initiative (GRI)*². Este tipo de auditoria versa aspectos qualitativos ao invés de medidas quantitativas, como acontece na auditoria financeira.

i) Auditoria *Forense*

Surge como forma de responder a aspectos legais relacionados com as matérias contabilísticas. Trata-se de uma especialização da auditoria financeira direccionada primordialmente para a investigação e detecção de actos ilegais cometidos pelos órgãos de governação e/ou de gestão das empresas ou por trabalhadores das mesmas e que possam afectar as demonstrações financeiras das entidades em causa.

Tal como reforça Costa (2014), é um verdadeiro trabalho de investigação ou de peritagem altamente especializado para detectar possíveis fraudes, tentando, sobretudo, detectar o que não está evidenciado nos relatórios documentos contabilísticos e que devia estar. Aqui o conceito de materialidade não é tido em consideração como na auditoria financeira.

Importa salientar que uma Auditoria Financeira também é denominada Auditoria Externa ou Auditoria Independente, pelo facto de ser um exame feito por agentes externos à entidade, sobre as demonstrações financeiras, com o objectivo de emitir uma opinião independente sobre a sua conformidade de acordo com critérios, princípios e normas (Cardozo, 2013).

Já Morais e Martins (2013) esclarecem no seu ponto de vista que quer Auditoria Operacional, Auditoria de Sistemas, Auditoria de Gestão, Auditoria de Procedimentos, bem como Auditoria Administrativa, incluem-se na Auditoria Interna, conforme será referido mais adiante.

Considerando esta classificação, questiona-se: *Que tipos de auditorias são leccionadas nos cursos de licenciatura nas IES em Angola?* (1) (Costa, 2014)

² Global Reporting Initiative - Organização líder no campo de sustentabilidade

1.3.1. AUDITORIA FINANCEIRA

1.3.1.1. Conceito e importância

Apesar da existência da edição actualizada do *Handbook Of International Auditing, Assurance, and Ethics Pronouncements*, baseiou-se da definição do *International Federation of Accountants (IFAC)*, constante na edição de 2008:

Audit of Financial Statements - The objective of an audit of financial statements is to enable the auditor to express an opinion whether the financial statements are prepared, in all material respects, in accordance with an applicable financial reporting framework.

Tradução livre:

Auditoria das Demonstrações Financeiras - O objectivo de uma auditoria de demonstrações financeiras é o de permitir que o auditor expresse uma opinião sobre se as demonstrações financeiras são elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com uma estrutura de relatório financeiro aplicável.

Refere-se um compromisso de garantia para os utentes da informação financeira. Sem perder de vista o conceito acima, o Tribunal de Contas (TC) (1999), apresenta uma definição relativamente mais detalhada:

Auditoria é um exame ou verificação de uma dada matéria, tendente a analisar a conformidade da mesma com determinadas regras, normas ou objectivos, conduzido por uma pessoa idónea, tecnicamente preparada, realizado com observância de certos princípios, métodos e técnicas geralmente aceites, com vista a possibilitar ao auditor formar uma opinião e emitir um parecer sobre a matéria analisada.

A realização da Auditoria Contabilística depende da existência de critérios estabelecidos, promulgados pelas autoridades competentes. Estas normas fornecem as bases para a mensuração quanto à conformidade ou não da entidade auditada em relação ao estabelecido (Cardozo, 2013, p.32).

Araújo (2004) em seu livro *Introdução à Auditoria Operacional*, corrobora a mesma linhagem, considerando a Auditoria Contábil ou Financeira, como o conjunto de procedimentos técnicos aplicados de forma independente por um profissional habilitado, segundo normas preestabelecidas, com o objectivo de emitir uma opinião sobre a adequação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Destas definições pode-se retirar alguns elementos essenciais, como:

**Auditoria
Financeira**

- *Uma Actividade*: envolve um exame ou verificação com a devida *independência*;
- *Um Processo*: combinação adequada de meios e recursos para provar a *competência* do profissional;
- *Um Agente*: auditor, profissional independente e idóneo;
- *Um Objecto*: actividade, processo, sistema, no qual se desdobra;
- *Um Padrão*: normas, critérios, princípios de que se baseia para a condução do seu trabalho.

Para Cardozo (2013) em seu artigo *Origem e conceitos de auditoria*, existem outros elementos adicionais que devem estar presentes, para assegurar a consecução bem sucedida da auditoria. Estes elementos são:

- Capacidade técnica do auditor;
- Documentação adequada das transacções realizadas pela entidade auditada; e
- Um método de comunicação dos resultados.

O método de comunicação dos resultados que se refere é o relatório de auditoria ou certificação legal de contas. “Trata-se de um relatório que acompanha as demonstrações financeiras destinadas a divulgação pública [...] os quais incluem, na sua forma longa, detalhes dos itens constantes das demonstrações financeiras, dados estatísticos, comentários explicativos ou outro material informativo bem como a descrição da extensão do exame efectuado e, eventualmente, sugestões e recomendações (Costa, 2014, p.139)”.

Importa salientar que a auditoria não compreende apenas exame às demonstrações financeiras, mas também e cada vez mais pela a confiança e integridade da informação financeira e não financeira, os sistemas de controlo interno, e outros aspectos de *Governance*, através dos seus mais variados procedimentos.

Ainda segundo Cardozo (2013), auditoria financeira é um sistema coordenado de verificações especializadas abrangendo levantamento dos requisitos legais atinentes à actividade desenvolvida pela organização; observação dos sistema de controlo interno; exame detalhado dos registos e documentos contabilísticos; verificação física dos bens declarados como existentes; confirmação de créditos e débitos relativos a transacções realizadas e comprovação se as demonstrações financeiras expressam a realidade financeira e patrimonial do empreendimento.

Esta auditoria é, consequentemente concebida com a finalidade de fornecer uma garantia razoável, tendo em conta o nível de risco aceitável pela entidade.

1.3.1.2. Objecto e Objectivo da Auditoria Financeira

Tal como afirma Costa (2014), a “Auditoria Financeira tem como objecto as asserções subjacentes às demonstrações financeiras”. Ou seja, o auditor analisa baseando no seu cepticismo, as contas e operações de uma entidade.

Quanto ao objectivo, segundo este mesmo autor, consiste na *expressão de uma opinião sobre as demonstrações financeiras*. Tal opinião visa aumentar o grau de confiança dos utilizadores nas demonstrações financeiras, conforme a *International Standard on Auditing (ISA) 200*. Esta opinião deve ser dada por um profissional competente e independente.

Nota-se aqui a exigência que se espera de um auditor. A competência adquire-se com o aprendizado teórico e prático.

A mesma *ISA* salienta que a opinião expressa pelo auditor é sobre se as demonstrações financeiras estão preparadas, em todos os aspectos materiais, de acordo com a estrutura conceptual de relato financeiro aplicável. Isto quer dizer que a opinião se baseia nas normas contabilísticas e de qualquer lei ou regulamento aplicável no país em causa.

Porém, os objectivos globais do auditor são³:

- a. Obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, quer devido a fraude ou a erro, habilitando por conseguinte o auditor a *expressar uma opinião sobre se as demonstrações financeiras estão preparadas, em todos os aspectos materiais, de acordo com uma estrutura conceptual de relato financeiro aplicável*; e
- b. Relatar sobre as demonstrações financeiras, e comunicar como exigido pelas *ISA*, de acordo com as conclusões do auditor.

1.3.1.3. Utilidade da Auditoria Financeira

Recorda-se que o aperfeiçoamento da auditoria está ligada ao crescimento económico. Para Cañibano (1996), os países com níveis mais elevados de desenvolvimento têm estabelecido a obrigatoriedade da auditoria para as sociedades capitalistas ou, pelo menos, parte delas, como aquelas que excedem certos limites de volume de negócios, de capital ou balanço patrimonial ou número de empregados, ou para aquelas cujos valores estão admitidos à negociação na Bolsa.

Angola, sendo um país com uma economia emergente, estabeleceu a obrigatoriedade de apresentação de demonstrações financeiras anuais auditadas, resultante da aprovação do decreto nº 38/00, de 6 de Outubro, com efeito a partir de 2002.

De acordo Costa (2014) hoje em dia considera-se que existem diversas entidades envolvidas nas demonstrações financeiras, como sejam: as que a *preparam*, as que a *auditam*, as que a

³ *ISA 200 (Clarificada) - Objectivos Gerais do Auditor Independente e a Condução de uma Auditoria de Acordo com as Normas Internacionais de Auditoria*

analisam e as que a *utilizam*. Ou seja, são os chamados utentes da informação financeira ou simplesmente *stakeholders*.

Não obstante ser uma derivação da contabilidade, a auditoria distingue-se pelo facto de possuir “uma técnica para confirmar a veracidade dos registos contabilísticos”, exigindo maior rigor à contabilidade (Franco e Marra, 2000, p.26).

Boynton e Johnson (2006) acrescentam que,

[...] Auditoria permite que os usuários da informação financeira tomem decisões com conhecimento sobre um alto nível de integridade (mas não uma garantia) da informação que eles estão usando para apoiar suas decisões.

A auditoria financeira proporciona informação que seja útil na tomada de decisões nos mais variados aspectos económicas (Costa, 2014, p.45):

- Decidir quando comprar, deter ou vender um investimento financeiro (em acções, quotas, obrigações ou títulos de participação);
- Avaliar a curadoria ou a responsabilidade pela prestação de contas (*accountability*) por parte da gestão;
- Avaliar a capacidade da empresa em pagar remunerações e proporcionar outros benefícios aos seus empregados;
- Avaliar a segurança das quantias emprestadas à empresa;
- Determinar as políticas de impostos;
- Determinar os lucros e os dividendos distribuíveis;
- Preparar e utilizar as estatísticas do rendimento nacional; ou
- Regular o sector de actividade em que a empresa se insere.

O conjunto de serviços prestados na área da auditoria é diversificado. Duarte (2010) destaca dentre várias, as seguintes competências:

- Consultoria de gestão no que respeita a aconselhamento em matérias de informática, controlo interno, procedimentos e organização da empresa;
- Aconselhamento relativamente a investimentos, nomeadamente àqueles que se ajustam às condições específicas das empresas;
- Intervenção do revisor oficial de contas (ROC) como fiscal único; fundamentação objectiva acerca do valor das entradas em espécie pelos detentores de capital à sociedade;
- Intervenção ao nível dos serviços relacionados com a Revisão Legal de Contas; questões de insolvência.

Tendo em conta estas referências, levanta-se a seguinte questão: *As matérias leccionadas asseguram a utilidade que se espera?* (2) (Franco e Marra, 2000; Costa, 2014)

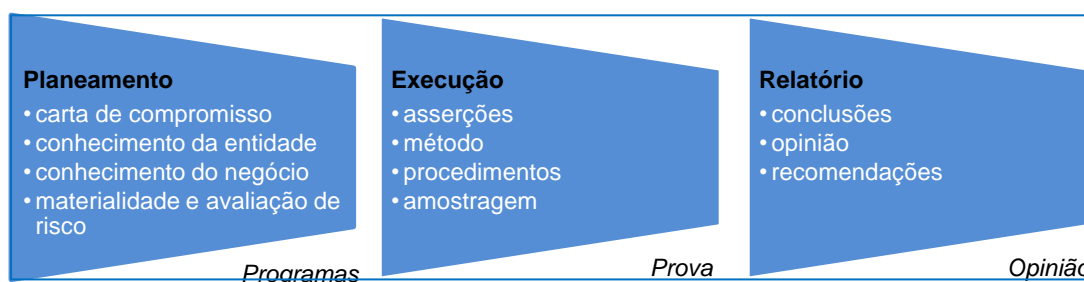
1.3.1.4. Processo de auditoria financeira e risco de auditoria

A possibilidade de existência de riscos de manipulação e distorções materialmente relevantes sobre as demonstrações financeiras bem como as fraudes contabilísticas (ocorridas em diversas empresas norte-americanas e outras pelo mundo bem como o mais recente caso BES em Portugal), levam a alargar cada vez mais o desenvolvimento da profissão, preocupar-se com o princípio de continuidade de negócios e a mitigação dos riscos através de um planeamento baseado em riscos.

A auditoria envolve a execução de procedimentos de avaliação de risco para entender o negócio e a entidade, incluindo o seu sistema de controlo interno. Este conhecimento permite ao auditor desenvolver um ponto de vista sobre o risco de distorção relevante (Boynton e Johnson, 2006, p.46).

O processo de auditoria é caracterizado por diversas etapas. Este processo começa desde a aceitação do cliente (contrato) e culmina com a apresentação e/ou discussão do relatório do auditor, conforme ilustramos a seguir.

Quadro 01 - Fases de uma Auditoria



Fonte: Elaboração própria

Conforme Costa (2014), em cada das fases há que executar um conjunto ordenado, sequencial e sistemático de procedimentos podendo os mesmos variar em função da natureza do trabalho e, consequentemente, do tipo de segurança ou garantia de fiabilidade proporcionado pelo auditor.

A ISA 315 descreve que o objectivo do auditor é o de identificar e avaliar os riscos de distorção material, quer devido a fraude, quer a erros, aos níveis de demonstração financeira e de asserção, por meio da compreensão da entidade e do seu ambiente, incluindo o controlo interno da entidade e proporcionar uma base para conceber e implementar respostas aos riscos avaliados de distorção material.

No contexto da Auditoria Financeira, os riscos mais abordados são os seguintes⁴:

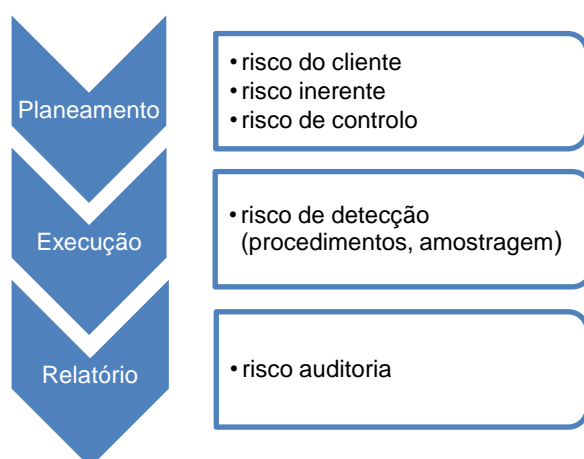
- Risco de auditoria (RA) – O risco de o auditor expressar uma opinião de auditoria não apropriada quando as demonstrações financeiras estão materialmente distorcidas. O risco de auditoria é uma função dos riscos de distorção material (risco inerente e risco de controlo) e de risco de detecção.
- Risco inerente (RI) – A susceptibilidade de uma asserção acerca de uma classe de transacções, saldo de conta ou divulgação a uma distorção que possa ser material, quer individualmente ou quando agregada com outras distorções, antes da consideração de quaisquer controlos relacionados.
- Risco de controlo (RC) – O risco de que possa ocorrer uma distorção numa asserção acerca de uma classe de transacções, saldo de conta ou divulgação a uma distorção que possa ser material, quer individualmente ou quando agregada com outras distorções, não seja evitada, ou detectada e corrigida, numa base tempestiva pelo controlo interno da entidade.
- Risco de detecção (RD) – O risco de que os procedimentos executados pelo auditor para reduzir o risco de auditoria a um nível aceitavelmente baixo não detectem uma distorção material que existe e que pode ser material, quer individualmente quer quando agregada com outras distorções.

Ou seja, o risco de auditoria é a função descrita abaixo e é directamente proporcional aos restantes riscos:

$$RA = RI \times RC \times RD$$

Os riscos estão presentes em todas as etapas de auditoria e podem ser estruturados segundo a sua natureza da seguinte maneira:

Quadro 02 - Fases da auditoria e riscos associados



⁴ ISA 200 (Clarificada) - Objectivos Gerais do Auditor Independente e a Condução de uma Auditoria de Acordo com as Normas Internacionais de Auditoria

1.3.1.5. Responsabilidades dos auditores/revisores

De acordo as /SA 200 e 240, as principais responsabilidades dos auditores passam por:

- obter uma segurança razoável sobre as demonstrações financeiras;
- relatar e comunicar conforme exigido pelas /SA.

Carneiro (2001) partilha da ideia de que no âmbito contabilístico-financeiro, é importante que sejam realizadas as seguintes análises:

- Confirmar a exactidão e o cumprimento das regras de apresentação e publicação da documentação contabilística e de qualquer relatório formal ou institucional de natureza financeira;
- Assegurar a integridade e a adequação de todos os registos de natureza orçamental, financeira, económica e contabilística;
- Apreçar a correcção, a eficácia e adequação dos controlos de acesso, de divulgação, do arquivo, dos meios de consulta e da informatização da documentação contabilística, bem como das formas de identificação, classificação e comunicação das respectivas informações;
- Verificar a adequação e eficácia dos controlos e dos meios de protecção dos activos e da comprovação da sua existência real e da autenticidade dos passivos;
- Analisar o cumprimento das políticas, procedimentos, normas legais e regulamentos, metas e objectivos da área financeira;
- Examinar e avaliar as aplicações de recursos, a respectiva rentabilidade e a sua contribuição para os resultados da organização, confirmando o cumprimento de normas legais, institucionais e aspectos contratuais;
- Considerar o valor dos objectivos das operações financeiras, nomeadamente investimentos, obrigações, despesas, receitas e fundos;
- Examinar e avaliar as fontes de recursos financeiros e os aspectos económicos das suas aplicações;
- Apoiar os trabalhos do Conselho Fiscal nas matérias da sua competência;

Importa salientar que a reputação e a independência do auditor são essenciais para assegurar a confiança dos *stakeholders*. Tal como corrobora Cardozo (2013), o atributo de responsabilidade compreende as qualificações morais, de integridade da pessoa do auditor, assim como sua independência ao emitir uma ponderada opinião sobre os assuntos examinados. Isto se deve ao facto de que a “fé pública” é a principal justificativa para a existência de serviços de auditoria.

1.3.1.6. Qualificação do Auditor/Revisor

A actividade de auditoria financeira exige complexidade e uma boa preparação, tendo em conta a função que vai desempenhar, razão pela qual passa-se por um regime rigoroso de selecção.

A formação académica é uma das principais exigências para a ascensão profissional. Afirma Cañibano (1996):

O primeiro requisito exigido aos candidatos nos principais países é uma formação académica de nível universitário, preferencialmente em ciências empresariais.

Para além da formação, é necessário algum conhecimento prático, ou seja, a experiência, tal como prevê o AICPA-American Institute of Certified Public Accountants (2006). Segundo este organismo, “as qualificações exigidas ao auditor independente são aqueles de um indivíduo com a formação e experiência para a prática da actividade. Os auditores podem ter apoio das entidades de outras áreas de conhecimento”⁵.

A *Statements on Auditing Standards (SAS)* nº.1, secção 210 - *Training and Proficiency of the Independent Auditor*, esclarece que o auditor deve ter formação técnica adequada e proficiência para realizar a auditoria.

Esta norma reconhece, no entanto, que um indivíduo não é capaz de satisfazer certas exigências sem educação adequada no domínio da auditoria. A proficiência começa com a educação formal e se estende até a sua experiência subsequente.

Não obstante da existência da directiva 2013/34/UE, para este estudo foi considerado a directiva 2006/43/CE pelo facto desta última constar aspectos voltados à qualificação profissional nesta área. Porém, A luz do artigo 6º da Directiva 2006/43/CE, de 17 de Maio, do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa à revisão legal das contas anuais e consolidadas, uma pessoa singular só pode ser aprovada como auditor/revisor se:

- tiver obtido um nível académico correspondente ao que permite o acesso à universidade ou um nível equivalente;
- ter completado subsequentemente um curso de formação teórica;
- ter obtido formação prática;
- ter obtido aprovação num exame de aptidão profissional de nível correspondente ao exame de fim de estudos universitários ou equivalente, organizado ou reconhecido pelo Estado-Membro em questão.

Esta directiva não esclarece se o “exame de fim de estudos universitários” se refere ao nível da licenciatura, mestrado ou doutoramento. Porém, a Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola (OCPA) estabelece na alínea a) do artigo 77º dos seus estatutos que os candidatos que requeiram a qualificação para exercer a profissão de Peritos Contabilistas (Revisor/Auditor) devem possuir as qualificações em:

⁵ Ver parágrafo 04 da SAS nº1 - *Statements on Auditing Standards - Introduction*

- a) curso superior de economia, licenciatura ou bacharelato em finanças, contabilidade e gestão de empresas e cursos de contabilistas dos antigos Institutos Comerciais;
- b) curso médio de contabilidade ministrado pelos Institutos médios de Economia, cursos ministrados pelo Instituto de Formação Profissional do Ministério das Finanças nos níveis II e III (contabilidade geral e analítica) e cursos equiparados e ministrados por instituições internacionais reconhecidas no ramo de contabilidade;
- c) cursos referidos nas alíneas a) e b) ministrados por estabelecimentos privados de ensino médio e superior, desde que homologados pelo Ministério da Educação.

Segundo a referida directiva, o exame da aptidão profissional deve assegurar o nível necessário de conhecimentos teóricos das matérias relevantes para o exercício da auditoria e a capacidade para aplicá-los na prática". Eis a seguir as matérias enumeradas pelo artigo 8º.

Quadro 03 – Matérias previstas exigidas para qualificação em auditoria financeira

Matérias específicas do exame	Matérias complementares
<ul style="list-style-type: none"> • Teoria e princípios da contabilidade geral; • Requisitos e normas legais relativos à elaboração das contas anuais e consolidadas; • <i>Normas internacionais de contabilidade</i>; • Análise financeira; • Contabilidade de custos e de gestão; • <i>Gestão de risco e controlo interno</i>; • <i>Auditoria e qualificações profissionais</i>; • <i>Requisitos legais e normas profissionais relativos à revisão legal das contas e aos revisores oficiais de contas</i>; • <i>Normas internacionais de auditoria</i>; • <i>Deontologia profissional e independência</i>. 	<ul style="list-style-type: none"> • Direito das sociedades e <i>governança das sociedades</i>; • Direito da insolvência e procedimentos análogos; • Direito fiscal; • Direito civil e comercial; • Direito de segurança social e direito do trabalho; • <i>Tecnologias da informação e sistemas informáticos</i>; • Economia empresarial, geral e financeira; • Matemática e estatística; • Princípios básicos da gestão financeira das empresas.

Fonte: Adaptado a partir da Directiva 2006/43/CE

A directiva prevê algumas situações em que um candidato pode ser dispensado da prova de conhecimentos (artigo 9º). De igual modo, o artigo 10º, prevê um estágio profissional na área e pelo menos dois terços junto de um auditor ou firma de auditoria devidamente aprovada.

Importante salientar que nos termos dos artigos 9º e 10º da Lei nº 03/2001, de 23 de Março (Lei da Contabilidade e Auditoria em Angola), o exercício da auditoria só pode ser realizado por pessoas singulares ou colectivas registados na OCPCA.

De acordo o exposto acima, questiona-se se: *os planos de estudos são elaboradas tendo em conta o exposto no artigo 8º da Directiva 2006/43/CE ou dos organismos que regulam a profissão.* (3) AICPA (2006)

1.3.2. AUDITORIA INTERNA

A auditoria, como se referiu atrás, surge como necessidade de prevenção de irregularidades e fraudes. A Auditoria Interna teve o seu desenvolvimento ligado com a criação em 1941, nos EUA, do *Institute of Internal Auditors (IIA)*, no qual são membros as restantes instituições de auditoria interna de cada país.

O *Institute of Internal Auditors* (1999) define Auditoria Interna como:

“uma actividade independente, de garantia objectiva e consultoria, estabelecida para acrescentar valor e melhorar as operações de uma organização. Apoia uma organização a atingir os seus objectivos através de uma abordagem sistemática e disciplinada de avaliação e melhoria da eficácia na gestão do risco, controlo e processos de governação”.

Esta definição trouxe um novo paradigma da Auditoria Interna (AI) no contexto actual. A Auditoria Interna deixou de ser vista como uma mera função de avaliação ou um serviço para a organização desenvolvido por um grupo. O novo paradigma da auditoria envolve a organização como um todo, criando valor e melhoria das operações.

De acordo a versão revisada das Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna (2013),

“um trabalho de auditoria inclui tarefas múltiplas ou actividades desenhadas para cumprir objectivos relacionados. A revisão de auto-avaliação de controlo (control self-assessment) e prevenção de fraude, por exemplo, não são apenas responsabilidades dos auditores mas sim de toda empresa”.

O trabalho de auditoria interna terá foco em diversas áreas dentro da entidade: administrativa, recursos humanos, materiais, orçamentos, contabilidade, finanças, e programas para atingir as finalidades regulamentares, cuja execução pressupõe a disponibilidade de uma equipa multidisciplinar (COAUD- Coordenadoria de Auditoria Interna, 2008, p.6).

Cardozo (2013) reforça a ideia que além das informações contabilísticas, a auditoria interna se preocupa sobretudo com os aspectos operacionais da organização.

Esta actividade baseia-se num conjunto de técnicas que visam avaliar, a forma da gestão da organização, através dos processos e resultados da gestão, mediante a confrontação entre uma situação encontrada com um determinado critério técnico, operacional ou normativo. Trata-se de um importante componente de controlo das entidades na busca da melhor alocação dos recursos, não só actuando para corrigir os gastos, como as irregularidades, a negligência e a omissão, mas, principalmente, antecipar essas ocorrências, na busca de garantia dos resultados pretendidos (COAUD, 2008, p.5).

Para o sector público, esta actividade é normalmente desempenhada pelos Tribunais de Contas e Inspecção Geral das Finanças, com a devida independência.

Apesar de os profissionais da Auditoria Interna serem colaboradores da entidade auditada, deve-se salvaguardar a independência quer organizacional quer individual destes, conforme previsto nas normas 1110 e 1120 do *International Professional Practices Framework (IPPF)*. Franco e Reis (2004) partilham da mesma ideia. Para eles,

“A Auditoria Interna é uma actividade profissional que exige independência prática, visualização panorâmica e objectividade ao analisar uma empresa, e apresentação de soluções para os problemas detectados nessa entidade”.

1.3.2.1. Serviços da Auditoria Interna

Conforme se pode constatar na definição do IIA (1999), a actividade da Auditoria Interna no actual paradigma distingue:

- a) **Serviços de garantia (*assurance*):** compreendem a avaliação objectiva da evidência pelo auditor interno, a fim de fornecer uma opinião ou conclusões independentes a respeito de uma entidade, operação, função, processo, sistema ou outro ponto importante. Avalia-se também aspectos como: os processos de governança, gestão de riscos e controlos. Exemplos podem incluir trabalhos de natureza financeira, avaliação do desempenho, da conformidade, da segurança dos sistemas e de *due diligence*.

A natureza e o escopo do serviço de garantia (*assurance*) são determinados pelo auditor interno. Geralmente há três partes envolvidas nos serviços de avaliação:

- o *proprietário do processo*: a pessoa ou o grupo directamente envolvido com a entidade, operação, função, processo, sistema ou outro ponto importante a ser auditado;
- o *auditor interno*: entidade que efectua a avaliação; e
- o *usuário*: entidade que utiliza a avaliação.

- b) **Serviços de consultoria:** são, por natureza, de assessoria e geralmente são realizados a partir da solicitação específica de um cliente do trabalho. Estes serviços destinam-se a adicionar valor e aperfeiçoar os processos de governança, gestão de riscos e controlos da organização, sem que o auditor interno assuma qualquer responsabilidade na administração. Exemplos incluem orientação, aconselhamento, recomendações, simplificação e formação.

A natureza e o escopo dos trabalhos de consultoria estão sujeitos a um acordo com o cliente do trabalho.

Os serviços de consultoria envolvem duas partes:

- o *auditor interno*: entidade que oferece a assessoria; e
- o *cliente*: entidade que busca e recebe a assessoria.

É importante referir e, conforme previsto pelas Normas Internacionais para a Prática Profissional, que ao realizar serviços de consultoria, o auditor interno deverá manter a sua objectividade e não assumir responsabilidades que são meramente do gestor.

1.3.2.2. Atribuições da Auditoria Interna

De um modo amplo, são atribuições da Auditoria Interna (Morais e Martins, 2013, p.22 e 23):

1. Rever e avaliar a validade, suficiência, qualidade e aplicação dos controlos contabilísticos, financeiros e operacionais, promovendo um controlo efectivo a um custo razoável bem como procurar a eficiência e eficácia no controlo;
2. Assegurar que as políticas, programas e procedimentos se cumprem na íntegra;
3. Certificar que os activos estão registados e suficientemente protegidos de qualquer tipo de perdas;
4. Recomendar melhorias operacionais;
5. Identificar potenciais economias, devidamente valorizadas e repercussão nos resultados financeiros;
6. Rever e seguir a correcta e efectiva implantação das recomendações e sugestões de auditoria.

Questiona-se: *As matérias leccionadas em AI nas IES conferem aptidões para o desempenho da actividade?* (4) (Morais e Martins, 2013)

1.3.2.3. Objectivos da Auditoria Interna

O objectivo principal da actividade de AI é incentivar o cumprimento dos objectivos da entidade, acrescentando valor para a entidade (Morais e Martins, 2013, p.129).

Para COUAD (2008), a AI “tem como objectivo primordial fortalecer a gestão” através de medidas de controlo interno e gestão de riscos, servindo de apoio à esta.

Muitos autores convergem na ideia que o novo paradigma da Auditoria Interna deverá garantir ou assegurar:

- A eficiência e eficácia dos processos;
- A fiabilidade e integridade da informação financeira e operacional;
- A salvaguarda dos activos; e
- A conformidade com leis, regulamentos, normas e contractos.

É na verdade uma actividade cujo foco está voltado para o controlo interno da entidade, de modo a permitir que esta se desenvolva harmoniosamente e de forma segura. Ou seja, a actividade da AI deve, conforme a definição do IIA, agregar valor à entidade.

1.3.2.4. Relação entre Controlo Interno e Auditoria Interna

O Controlo Interno (CI), segundo definição do *Committee of Sponsoring Organization of the Treadway Commission (COSO)*, é “um processo levado a cabo pelo Conselho de Administração, Direcção e outros membros da entidade com o objectivo de proporcionar um grau de confiança razoável na concretização dos seguintes objectivos:

- Eficácia e eficiência dos recursos;
- Fiabilidade da informação
- Cumprimento das leis e normas estabelecidas”⁶

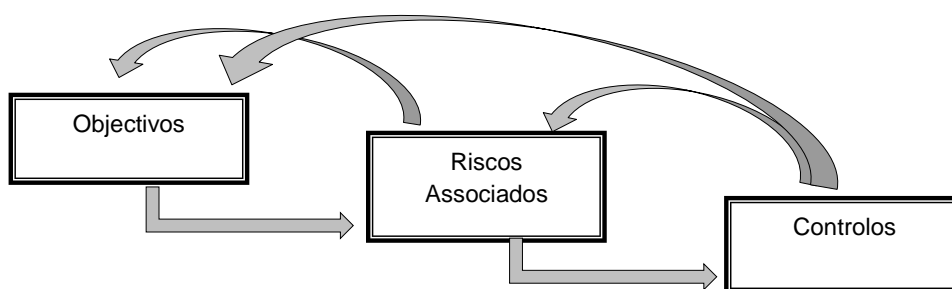
Esta definição foi ligeiramente melhorada pelo COSO, no seu *Executive Summary*, de 2013, ao envolver conceitos fundamentais, tais como:

- ✓ realização dos objectivos em mais uma categoria;
- ✓ consistência em tarefas e actividades em curso;
- ✓ execução por pessoas;
- ✓ capacidade de fornecer uma garantia razoável;
- ✓ adaptável a estrutura da entidade;

Nota-se que os objectivos do controlo interno assemelham-se aos da Auditoria Interna, isto quer dizer que a actividade de auditoria interna incide, sobretudo, ao controlo interno da entidade, atenuando os riscos e assegurar que os objectivos da organização sejam alcançados.

A filosofia do COSO sobre o controlo interno é delineada de acordo a ilustração abaixo:

Figura 01 - Filosofia do controlo interno



Fonte: Elaboração própria, com referência Moraes e Martins, 2013, p.29

A ferramenta do controlo interno apoia-se em cinco componentes que se interligam entre si e com os objectivos de cada organização, unidade de negócio ou actividade, gerando sinergias, numa óptica de um sistema interactivo e flexível às mudanças. A actuação da Auditoria Interna em cada um desses componentes dá-se da seguinte maneira:

⁶ COSO – *Internal Control – Integrated Framework*, volume II, 1994, p.13, (tradução livre).

Quadro 04 - Relação entre a Auditoria Interna e Controlo Interno

Componentes do CI	Actuação da Auditoria Interna
1. Ambiente de controlo	Acompanha e aconselha sobre a cultura da empresa e a forma como esta lida com o controlo interno, envolvendo todos os membros.
2. Avaliação de risco	Assessoria e dá orientações devidas quanto a identificação, análise e documentação dos riscos relevantes, dentro do limite das suas responsabilidades.
3. Actividades de controlo	Participa através de políticas, procedimentos e práticas específicas de forma a mitigar os riscos identificados.
4. Informação e comunicação	Aconselha sobre as informações a identificar, recolher e útil bem como a comunicação atempada.
5. Supervisão	Executa a avaliação da qualidade do sistema de controlo interno, sua adequação e efectividade.

Fonte: Elaboração própria, com referência ao COSO

A Auditoria é considerada o controlo dos controlos porque além de estar acima do controlo interno, cabe ao auditor a compreensão do sistema de controlo interno. Para Moraes e Martins (2013) a Auditoria é uma função de supervisão, isto é, um controlo *ex-post*, ao passo que o controlo interno tem carácter preventivo ou *ex-ante*.

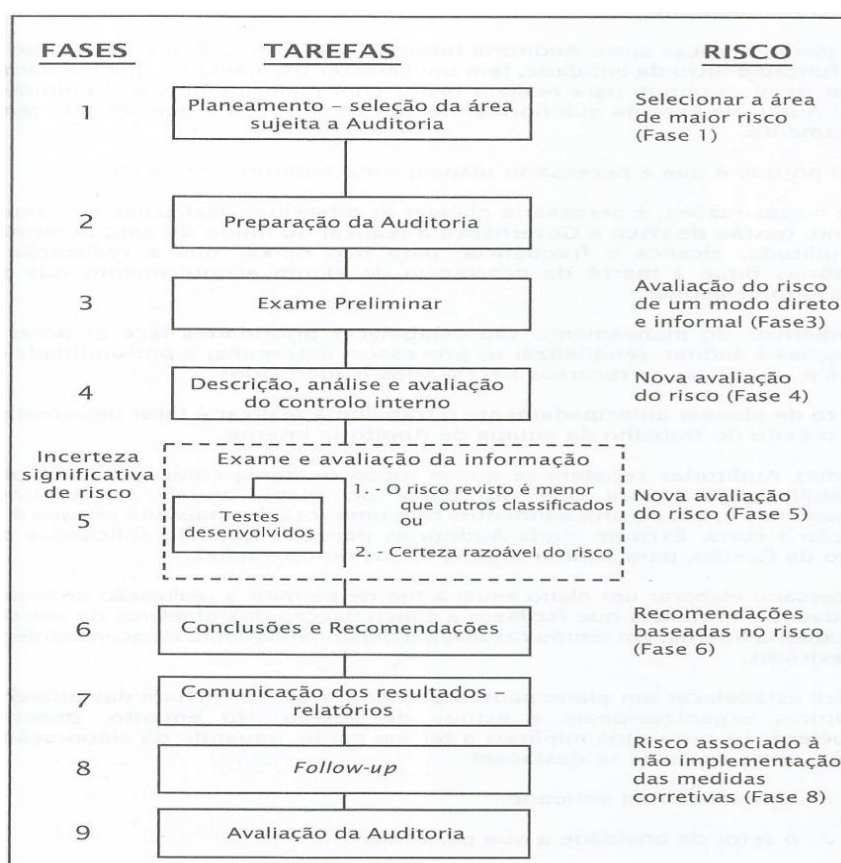
Porém, o COSO (2013) pressupõe que a Estrutura do Controlo Interno tenha uma ampla aceitação, pelo que seus conceitos e termos devem passar a fazer parte dos currículos universitários.

1.3.2.5. Processo da Auditoria Interna

O processo da auditoria envolve etapas mais detalhadas, aspectos que não são levados em conta na Auditoria financeira. É importante referir que o risco é um aspecto a considerar em cada uma das fases e conciliá-lo aos objectivos da entidade.

O processo da Auditoria Interna pode ser resumido, conforme a figura a seguir:

Figura 02 - Processo de auditoria interna



Fonte: Morais e Martins (2013, p.143)

Conforme se vê, trata-se de um processo sistemático com a devida interação e dependência entre as diversas etapas (fases), cada uma delas envolvendo um conjunto de tarefas e procedimentos a ter em conta face aos riscos associados. Contudo, não existem auditorias iguais devido diferenças de magnitude, natureza e objecto de cada entidade, processo, actividade ou negócio, sujeitos à auditoria bem como dos objectivos e riscos inerentes e sua abordagem organizacional.

1.3.2.6. A Formação e Capacidades do Auditor Interno

1.3.2.6.1. A formação do auditor interno

O crescimento do campo da auditoria interna exige indivíduos capazes de abordar de forma consistente e afectar positivamente o desempenho de uma organização. É necessário que se tenha uma formação que o vai ajudar a desenvolver esses atributos necessários tendo em conta as expectativas do mercado de trabalho nesta área.

Com o objectivo de maior uniformização do ensino de auditoria, em 2012, o IIA propôs um Modelo Global do Curriculum Auditoria Interna, criado por uma subcomissão da *Academic Relations Committee (ARC)* do IIA e validado por completo pela ARC. O mesmo foi

desenvolvido tendo como base estudos anteriores do *the IIA* Common Body of Knowledge (IIA CBOK), Quadro de Competências do IIA, programa CIA e educador e praticante de entrada.

Para Madeira (2001) citado por Vilela (2008), o termo curriculum aqui abordado é utilizado para designar o conjunto de temas que formam o conteúdo de um curso ou de uma disciplina, muitas vezes denominado programa do curso ou da disciplina. Deste modo, e para o objecto deste estudo, referimo-nos aos conteúdos programáticos que compõem a disciplina de AI.

Segundo *The IIA ARC* (2012), o curriculum proposto é direccionado para entidades que querem desenvolver e ministrar programas de AI, e também serve para auxiliar na determinação das expectativas da disciplina. Indica as principais matérias de domínio da AI e a ter em conta no processo de ensino, e pode ser adaptado para os programas de bacharelato, licenciatura, pós-graduação e diplomado.

Figura 03 - *IIA's Global Model Internal Audit Curriculum*

<u>Course # Title</u>	<u>Core =C / Supplemental=S</u>	<u>Recommended Course Order</u>
Principles of Internal Auditing	C	1
Ethics and Organizational Governance	C	2
Fraud and Forensics	C	3
Information Technology (IT) Auditing	C	4
Business Communication Skills for Internal Auditors	C	Any order after 1
Internship and/or Case Studies/Internal Audit Projects	C	Ideally after or at the end of course work or as co-op time
Advanced Internal Auditing	S	5
Developing and Managing an Internal Audit Function	S	6
Risk Management	S	Any order after 1
Advanced Organizational Governance	S	Any order after 2
Advanced IT Systems and Auditing	S	Any order after 4
Internal Auditing Topics	S	Any order after 1

Fonte: *The IIA*, 2012

Os tópicos gerais e conteúdos recomendados para cada um dos temas são apresentados no documento que pode ser encontrado no site do organismo. Embora extenso, o IIA esclarece que este programa também é flexível, na medida em que deve ser adaptado para cada escola, desde que assegure o ensino de auditoria interna em conformidade com as IPPF e as melhores práticas profissionais recomendadas pelo IIA.

Desta constatação, levanta-se a seguinte questão: *Constam dos programas de AI os temas nucleares conforme recomendação do IIA's Global Model Internal Audit Curriculum?* (5) (IIA, 2012)

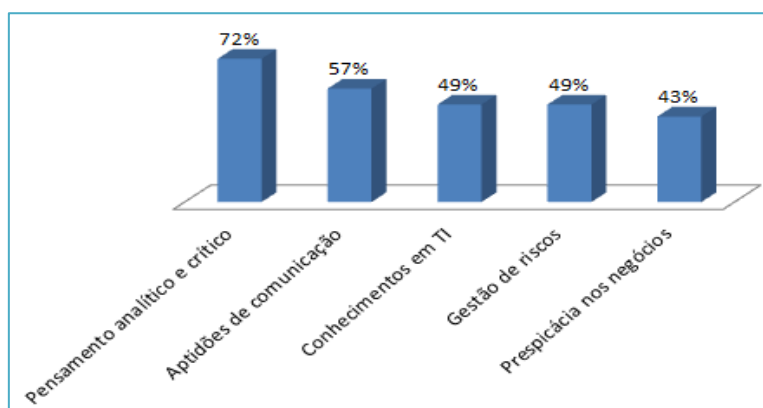
1.3.2.6.2. Capacidades do auditor interno

À medida que evolui a profissão, é óbvio que as aptidões necessárias para os auditores internos se tenham igualmente alterado, deixando o foco mais tradicional centrado nos conhecimentos de aspectos financeiros contabilísticos e financeiros.

Conforme Chambers (2012), a era do grande foco sobre a eficácia dos controlos financeiros é uma coisa do passado para as auditorias. Em vez disso, os programas anuais de auditoria interna estão divididos entre riscos operacionais, riscos financeiros e riscos de conformidade. Hoje cada vez, dá-se mais ênfase às tecnologias de informação e aos riscos, incluindo o risco de fraude.

Segundo este mesmo autor, estudos feitos pelo *The IIA's Audit Executive Center*, apontam o "ranking Top 5" das principais aptidões mais requeridas actualmente para AI em quase todo mundo, onde não consta por exemplo, o *skill* mais tradicional da auditoria (a contabilidade).

Figura 04 - Principais aptidões requeridas em auditoria interna



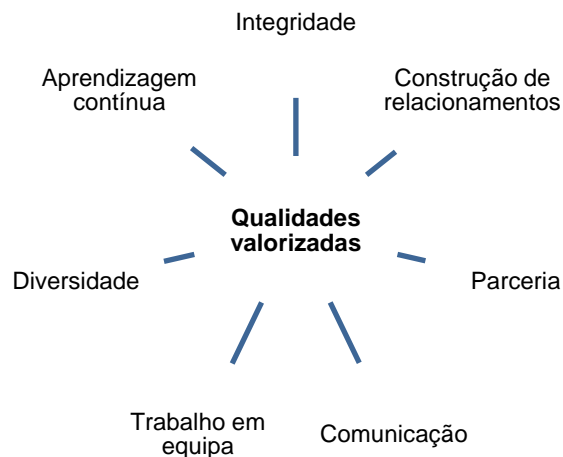
Fonte: Elaboração própria com referencia ao Chambers (2012).

Sem desprimor das qualidades técnicas, estes atributos vão cada vez mais determinar o futuro da profissão. Conforme sublinha Chambers e McDonald (2013), o mais eficaz "Auditor Interno do futuro" deve possuir uma ampla gama de atributos não-técnicos, além de conhecimento técnico profundo.

O contributo que se espera dos auditores é melhorar as operações da entidade em que estão inseridos e dar respostas aos mais distintos desafios (riscos) que podem surgir de um momento para o outro.

Chambers e McDonald (2013) acrescentam que dado o ritmo e magnitude da mudança, agilidade e flexibilidade estão longe de ser os únicos atributos principais que se procura num auditor. Outros recursos não-técnicos altamente valorizadas incluem:

Figura 05 - Atributos não-técnicos valorizados para os auditores internos



Fonte: Elaboração própria com referência Chambers e McDonald (2013)

Acredita-se que o sucesso dos auditores internos no futuro passa por uma combinação quer dos atributos não-técnicos e das capacidades técnicas, fazendo uma equipa multifuncional.

Acredita-se que as competências acima citadas formam as principais características que se espera para um auditor.

Ascensão (2012) citado por Rocha (2013) corrobora da mesma ideia e elege como sendo as seguintes as qualidades do auditor no exercício da sua actividade:

- 1) Saber ouvir (escutar), o que implica ter paciência, ser obstinado e perseverante, demonstrar respeito pelo interlocutor, forte discrição e respeito pela hierarquia e regulamentos internos;
- 2) Ter facilidade de relacionamento, nos seus contactos. O auditor deve ser claro e objectivo na forma de equacionar as questões, não devendo formulá-las de maneira a induzir a resposta;
- 3) Ter capacidade de comunicação, na sua vertente mais ampla tal capacidade deve abranger a expressão oral e escrita;
- 4) Ter espírito e compreensão humana, tal significa compreender as dificuldades sentidas pela entidade auditada e pelas pessoas;
- 5) Inspirar a confiança nos seus interlocutores;
- 6) Ter capacidade de animação e liderança no processo de tomada de decisões;
- 7) Saber trabalhar em equipa;
- 8) Ser competente;
- 9) Possuir um vasto leque de conhecimentos, os quais devem estar permanentemente actualizados;
- 10) Ter um comportamento prudente e irrepreensível.

Todos estes atributos devem ser acompanhados fundamentalmente pelos princípios do código de ética do IIA.

Porém, tal como já referido anteriormente, espera-se dos auditores (internos e externos/ROC) proficiência para o desempenho da actividade. Esta proficiência adquire-se, principalmente, através da formação, conforme abordado nos pontos precedentes. Por esta razão, Shiroma e Evangelista (2003) apontam na indissociação entre “educação e trabalho”, “escola e emprego” e alertam para o facto de que se as exigências do sistema produtivo não forem correspondidas as possibilidades do sistema educacional darão lugar à inadequação entre a escola e o mercado.

A seguir far-se-á uma breve abordagem acerca de alguns aspectos ligados ao ensino-aprendizagem e a qualificação docente.

1.4. Breve abordagem sobre processo de ensino-aprendizagem

O processo sistemático de aprendizagem que permite orientar a pessoa em direcção ao êxito, com vista à um mundo melhor, Pérez (2009) designa-o por *coaching* ou simplesmente formação/ treinamento. Trata-se de um procedimento focado no presente e direccionado para a mudança, tendo em conta os recursos que facilitam a melhoria do desempenho das pessoas.

Shiroma e Evangelista (2003), acrescentam a ideia da transformação do ser humano através do processo de ensino, tendo em conta a sua inserção e/ou desenvolvimento no mercado de trabalho. Para eles:

[...] a tarefa de formar para a empregabilidade tem em vista mitigar a exclusão social. Se até a pouco ao professor cabia a tarefa de educar para o trabalho, hoje dele se espera a capacidade de transformar o aluno em cidadão mutante, proactivo, aspirante ao trabalho.

Ou seja, a *produção de conhecimento* – pesquisa guiada, deve ir de encontro à *utilidade do conhecimento* – dirigido pela procura, próximo da pesquisa aplicada, conhecimento que pode ser utilizado em algum lugar no “mundo real” pelos profissionais (Gibbons, 1994, citado por Shiroma e Evangelista, 2003).

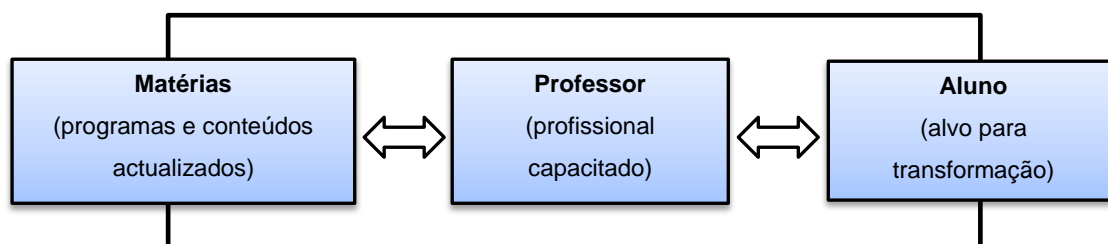
A utilidade de conhecimento reflecte a aplicabilidade dos saberes dos formandos no mundo profissional. Isto justifica uma aproximação entre as IES, os organismos que tutelam a profissão e o mercado de trabalho, no qual os formandos serão inseridos, tal como defendem Shiroma e Evangelista (2003), de modo a permitir o ajuste daquilo que se lecciona e a utilidade que se espera.

Um dos principais problemas que o Ensino Superior enfrenta em Angola, consensualmente reconhecido, segundo apontou o Governo da República de Angola (GRA), no Conselho de Ministros de 2001, no seu documento intitulado “Estratégia Integrada para a Melhoria do Sistema de Educação: 2001-2015”, é o facto de os programas de formação oferecidos [nas

escolas] nem sempre se ajustarem às necessidades da actividade económico-social e do mercado de trabalho. Neste mesmo documento realça-se a necessidade de adequação dos currículos e programas, tendo em conta o perfil de profissionais que os distintos empregadores necessitam e também defende a realização de reformulação periódica e o ajuste permanente dos currículos de ensino.

Defende-se deste modo a relação harmoniosa entre os três elementos do ensino, tendo em conta o impacto que se espera no seio da sociedade.

Quadro 05 - Relação entre os elementos do ensino



Fonte: Elaboração própria

As parcerias e consultorias com outras Universidades e Associações internacionais bem como os organismos que regulam certas profissões, são muito importantes neste domínio para recolha de *know-how* (GRA, 2001, p.32).

Quanto ao ensino das disciplinas de auditoria nas IES, importa ressaltar por um lado, as fontes bibliográficas, consubstanciando os objectivos que orientam a actividade académica e a profissional. Defende-se a adopção de conteúdos actualizados que vão de encontro ao contexto actual da profissão, conciliando a teoria com a prática (Ricardinho Filho, 2002), ajudando deste modo a mitigar outra das inquietações apontadas pelo Conselho de Ministros (2001) as fracas componentes prática e de investigação no ensino angolano. Por outro lado, diz também respeito à carga horária exigida. Vários estudos consultados apontam uma mínima de 120h/anual, perfazendo uma média mínima de 60h/semestre (Machado *et al*, 2014, p.11-12).

Quanto ao período lectivo em que a disciplina é ministrada nas IES, pesquisas feitas indicam e recomenda-se que seja entre os três últimos semestres lectivos do curso, conforme se pode constatar nas pesquisas de Machado *et al* (2014), Guerra (2011) e Silva (2008).

1.4.1. Métodos de ensino

Estes, referem-se aos meios à disposição do professor para transmitir conhecimentos na sala de aula.

Sem entrar em grandes pormenores, queremos destacar os seguintes métodos pedagógicos (Lafortune e Saint-Pierre, 2001); Arends (2008):

- **Exposição:** caracterizado por um professor que saiba ser um orador activo e por alunos que sejam ouvintes activos. Pode ser usado em qualquer circunstância, independentemente dos recursos didácticos complementares;
- **Seminários / Palestras:** actividades conduzidas por alunos, especialistas ou pessoas preparadas, convidados que apresentam ou discutem de forma científica uma determinada temática ou várias temáticas numa mesma área para uma plateia. Estas actividades são organizadas pela escola ou pelo professor e procura-se normalmente a sua aplicação prática;
- **Trabalho em equipa/ aprendizagem cooperativa:** consiste na cooperação e interdependência entre os alunos nas suas estruturas de tarefas e objectivos. Este método produz benefícios académicos e sociais;
- **Discussão de grupo/ debates:** consiste em oportunidades de construção e troca de ideias lógicas entre os intervenientes, desenvolvimento de novos conhecimentos sobre um assunto previamente definido, o que também favorece a reflexão. É importante o interesse do professor nas ideias dos alunos. Este método tem sido adoptado como a principal alternativa à aula expositiva (Vilela, 2008);
- **Instrução directa:** consiste em obter o domínio de conteúdos académicos e a aquisição de todo tipo de competências;
- **Método do estudo de caso:** permite colocar o aluno em contacto com a situação real ou simulada, na sala de aula, na impossibilidade de estar presente no local da ocorrência, com o objectivo de buscar soluções. Os casos podem ser de *análise* – para desenvolver a capacidade analítica dos alunos, e *problemas* – com o objectivo de buscar a melhor solução (Vilela, 2008);
- **Jogos e simulações:** possibilita colocar o aluno frente a frente com a realidade num processo simulado a fim de tomar decisões e resolver os problemas empresariais.

Os professores são parte integrante do processo educativo, sendo eles essenciais para a formação das gerações e para os padrões de sociedade que buscamos.

De acordo com pesquisas efectuadas por Silva (2008) e Vilela (2008), os principais métodos de ensino utilizados no domínio da auditoria são os seguintes:

- Exposição na sala de aulas
- Recurso a informática (multimédia)
- Seminários/palestras com profissionais da área
- Debate/discussão de grupos
- Pesquisa bibliográfica
- Trabalhos dirigidos
- Visita a empresas

Importa ressaltar que existem alguns factores que determinam a escolha de um ou outro método. Tal ideia também é partilhada por Ndirangu (2011) que enumera alguns destes factores como:

- O assunto ensinado;
- Os objectivos do professor;
- A disponibilidade de materiais pedagógicos e recursos utilizados para aprendizagem e uma vontade e capacidade do professor para improvisar, se necessário ;
- A avaliação e as actividades de *feedback*;
- A singularidade de cada aluno; e
- O tamanho da sala de aula.

Dada a importância da figura do professor ou docente na formação de futuros profissionais acha-se necessário velar pela sua qualificação, tendo em conta os objectivos (resultados) que se almejam.

1.4.2. Qualificação e qualidades do docente

Começemos por perceber o que é (ser) professor /docente. Pérez (2009), define o docente profissional como alguém que possui uma série de qualidades e capacidades que lhe permitam desempenhar cabalmente a sua profissão de docência.

Assim sendo, espera-se deste determinadas aptidões para o desempenho de suas tarefas. Para O'Connor e Lajes citados por Pérez (2009), o professor precisa ter três atributos principais:

- capacidade (saber fazer, actuar);
- conhecimento (aprendizagem e curiosidade com o meio que o rodeia);
- ser um exemplo a seguir (ser modelo, conhecer-se, ter sonhos, objectivos e valores e interagir com os alunos).

Segundo os pressupostos do *coaching*, o âmbito das competências o professor é bastante vasto, nomeadamente:

- a) **Competências de aptidões** – envolve conhecimentos, capacidades e inteligência (visão e sabedoria);
- b) **Competências de personalidade** – consiste no carácter e forma de ser (humildade, curiosidade, flexibilidade, segurança em si próprio, paciência, consistência, coerência, convicção e proactividade);
- c) **Competências relacionais** – revelam domínio em ambientes sociais (inteligência emocional); e
- d) **Competências técnicas** – domínio das ferramentas que se utilizam no processo de ensino-aprendizagem.

Rios (2007), apresenta uma dimensão técnica mais ampla do conceito *competência*, conciliando o *saber bem* e o *fazer bem*. O “saber bem” tem a ver com a necessidade da pessoa ter bom domínio dos conteúdos de que se necessita para o desempenho do seu papel social, enquanto o “fazer bem” corresponde ao domínio das técnicas, das estratégias que permitam que ele dê conta do recado em seu trabalho.

A dimensão do “saber bem” reflecte a ideia dos professores obterem *conhecimentos* através da *formação* de modo a habilitá-lo a ter domínio das matérias que lecciona ou leccionará, articulando-as no domínio dos meios e métodos de trabalho, com a finalidade de atingir os objectivos com alguma qualidade. Tal ideia é partilhada por Zabalza (2004) citado por Behrens (2007) ao afirmar que:

Ensinar é uma tarefa complexa na medida em que exige um conhecimento consistente acerca da disciplina ou das suas actividades, acerca da maneira como os estudantes aprendem [...].

Portanto, cada professor deve levar a sério a sua formação, de modo que tenha um preparo para o desempenho da sua actividade, esforçar-se a estar à altura da sua tarefa, ter força mental para coordenar as actividades, caso contrário a sua incompetência profissional desqualifica sua autoridade de professor (Freire, 2010, p.92).

Ainda Rios (2007) revela que a qualidade da educação tem sido prejudicada por educadores preocupados apenas em “fazer o bem” dando pouca relevância na necessidade de articulação com o “saber bem”.

No mínimo, o ensino eficaz, conforme designa Arends (2008), requer docentes:

- academicamente competentes;
- que dominem as matérias que vão ensinar;
- preocupados com o bem-estar dos alunos; e
- capazes de produzir resultados.

Estes atributos são pré-requisitos para o ensino que devem ser acompanhados de qualidades pessoais, base de conhecimentos, reflexão e aprendizagem contínua, e reportório de práticas de ensino.

Para Pessoa (2007), a qualificação académica de professores (mestres e doutores) representa um salto às suas conquistas, na medida em que reflecte o cientificismo plural de conhecimentos adquiridos.

Dado a necessidade da construção de uma identidade plural ou multicultural do professor universitário, principalmente os que actuam nas áreas mais técnicas, como é por exemplo o caso da contabilidade/auditoria, o referido autor realça os seguintes atributos necessário ao docente:

- qualificação académica na área ou ser especialista
- experiência
- conhecimentos práticos
- pesquisa e produção de conhecimentos científicos.

Este leque de atributos permitem associar tanto os saberes teóricos como os práticos. Conforme Dubar (2005) citado por Pessoa (2007), os saberes práticos, quando não associado a saberes teóricos, desestruturam a identidade profissional.

Não obstante os requisitos apontados, Oliveira e Silva (2012) referem a importância da formação pedagógica como pré-requisito para o exercício da docência. Porém, para Miranda, Nova e Cornacchione (2012), em geral, os professores do ensino superior, não passam por uma preparação pedagógica sistematizada para o exercício da profissão de docência.

Segundo dados do GRA (2001), o corpo docente universitário em Angola era até à data maioritariamente licenciado (78%), 8% com grau de mestrado, 25% docentes com a pós-graduação e 14% doutores. A baixa formação do corpo docente é sem dúvidas uma das mais notórias deficiências que condiciona negativamente a qualidade do ensino ministrado e a capacidade de investigação científica e desprestigiando a nossa Universidade e o País no contexto internacional, segundo aponta o referido estudo. Hoje esta situação tende a melhorar com a implementação do Plano de Formação de Quadros no Ministério do Ensino Superior, dando resposta a “Estratégia Integrada para a Melhoria do Sistema de Educação: 2001-2015”, aprovada pelo Conselho de Ministros em agosto de 2001.

1.4.3. Níveis formação dos docentes

Behrens (2007) apontam que o desenvolvimento profissional de professores universitários passa por três níveis distintos:

1. Nível inicial – a licenciatura

Sendo o nível inicial na formação docente, caracteriza-se na promoção do avanço do saber e do saber fazer. Os professores nesta fase de iniciantes apresentam, em geral, dificuldades de relacionar a teoria que aprenderam na universidade e com a prática exigida, e de actuar dentro da proposta idealizada na universidade.

Hoje muitas universidades trabalham no sentido de superar esta realidade e de modo a acrescentar valor aos saberes dos professores e diminuir suas dificuldades.

2. Nível de formação contínua, continuada ou em exercício

Baseada no paradigma da complexidade, esta fase incide na necessidade de o professor buscar a qualificação (acções de formação/actualização) contínua e que abordem uma visão crítica, reflexiva e transformadora (Behrens, 2007), intérprete e tradutora das necessidades da população estudantil (Gomes, 2009) ao longo de sua vida profissional, contemplando a possibilidade de oferecer metodologias que focalizem a produção de conhecimento significativo

para construir uma formação que leve ao desenvolvimento pessoal, social e profissional como cidadão.

Para Zabalza (2004) citado por Behrens (2007), o exercício profissional da docência requer uma sólida formação, não apenas nos conteúdos científicos próprios da disciplina, como também nos aspectos correspondentes a sua didáctica [...]. Porém, o processo de aprendizagem deve ser uma conquista individual (do docente) e colectiva (da escola), sob pena de provocar o fracasso eminente para todos, alunos, professores e gestores (Behrens, 2007, p.450).

Tal como é requerido aos auditores internos, segundo a norma 1230, os professores também precisam aperfeiçoar continuamente os seus conhecimentos, técnicas e outras competências através do desenvolvimento profissional.

3. Nível de Desenvolvimento profissional

Envolve o desenvolvimento de outros atributos, quer de suas vidas pessoais e profissionais quer dos contextos em que realizam a sua actividade.

O desenvolvimento do professor depende da competência técnica, do preparo pedagógico e do compromisso político. Para desenvolver sua profissão os docentes devem desenvolver outras capacidades, sobretudo comunicativas e de relacionamento, alerta Behrens (2007).

Pérez (2009) destaca outras qualidades necessárias ao desenvolvimento de um docente:

- saber ouvir;
- oferecer disponibilidade;
- saber fazer o seu trabalho;
- ter motivação;
- atitude mental positiva;
- metodologia precisa.

Além disso, Freire (2010) em sua obra *Pedagogia da Autonomia – saberes necessários à prática educativa*, enumera três (3) qualidades essenciais que a autoridade docente deve revelar como exigências, a saber:

- a) Segurança em si mesma, competência profissional e generosidade
- b) Comprometimento
- c) Intervenção com o mundo

A segurança é expressa na firmeza com que actua, decide, respeita as liberdades, discute suas próprias posições e com que aceita rever-se. Isto afunda-se na sua competência profissional. A falta de generosidade, o excesso de arrogância prejudicam o seu julgamento.

O comprometimento ou compromisso resulta da responsabilidade e manifesta-se em acção para a produção de resultados (transformação do ser humano).

Em termos de síntese da revisão da literatura elaborada, apresentamos as questões levantadas durante a mesma. Conforme Sousa e Baptista (2011), “as perguntas de investigação são perguntas básicas a que se pretende dar resposta no decorrer da investigação”.

Quadro 06 - Síntese das questões levantadas pela revisão da literatura

Perguntas levantadas	Pontos
1. Que tipos de auditorias são leccionadas nos cursos de licenciatura nas IES em Angola? (Costa, 2014)	1.3. Tipos de auditoria
2. As matérias leccionadas asseguram a utilidade que se espera? (Franco e Marra, 200; Costa, 2014)	1.3.1.3. Utilidade da Auditoria Financeira
3. Os planos de estudos ou conteúdos programáticos existentes nas IES são elaboradas tendo em conta o exposto no artigo 8º da Directiva 2006/43/CE ou dos organismos que regem a actividade? (AICPA, 2006)	1.3.1.6. Qualificação do Auditor/Revisor
4. As matérias leccionadas em AI nas IES conferem aptidões para o desempenho da actividade? (Morais e Martins, 2013)	1.3.2.2. Atribuições da Auditoria Interna
5. Constam nos programas de AI os temas nucleares, conforme recomendação do <i>The IIA's Global Model Internal Audit Curriculum</i> ? (IIA, 2012)	1.3.2.6.1. A formação do auditor interno

Estas perguntas de pesquisa servirão como sustentáculo na construção do modelo de análise a ser utilizado neste trabalho de projecto de pesquisa e assim se considera agora a parte metodológica deste trabalho.

Capitulo II – Metodologia

2.1. Enquadramento Teórico

Importa lembrar que a questão inicial norteadora deste estudo é saber se: **“o ensino da auditoria nas IES em Angola assegura aos alunos as competências necessárias à sua integração e desenvolvimento profissional na área”**.

De acordo com Yin (2003) entendemos tratar-se de um Projecto de Pesquisa do tipo Estudo de Caso.

O projecto (de pesquisa) é a sequência lógica que conecta os dados empíricos às questões de pesquisa iniciais do estudo e, em última análise, às suas conclusões.

Segundo o autor, trata-se de um plano de acção para se “sair daqui” e “chegar lá”. *Aqui* pode ser definido como o conjunto inicial de questões a serem respondidas, e *lá* é um conjunto de conclusões (respostas) sobre essas questões. Entre “aqui” e “lá” pode-se encontrar um grande número de etapas principais, incluindo a colecta e a análise de dados relevantes. Ou seja, é um “esquema” que trata de, pelo menos, quatro problemas: quais questões estudar, quais dados relevantes, quais dados colectar e como analisar os resultados.

Entende-se o “Estudo de caso” como uma estratégia de pesquisa que possibilita os pesquisadores aprofundar seus conhecimentos a respeito de um caso específico (Raupp e Beurem, 2003, p.84). É um estudo de eventos dentro de seu contexto na vida real (Yin, 2003, p.92).

Ainda de acordo com Raupp e Beurem (2003), o estudo de caso é o tipo de pesquisa realizada de maneira mais intensiva, em decorrência dos esforços dos pesquisadores se concentrarem em determinado objecto de estudo.[...] Assim, o pesquisador tem a possibilidade de verificar “in loco” os fenómenos [...], podendo ser de grande valia quando bem aproveitado.

Um Estudo de Caso pode ser abordado de modo quantitativo ou ainda qualitativo.

Abordagem quantitativa e abordagem qualitativa

A abordagem quantitativa caracteriza-se pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na colecta quanto no tratamento dos dados (Raupp e Beurem, 2003, p.92).

Para Sousa e Baptista (2011), este tipo de pesquisa mostra-se geralmente apropriado quando existe a possibilidade de recolha de medidas quantificáveis de variáveis e inferências a partir de amostras.

Conforme Boaventura (2004), na pesquisa qualitativa os investigadores, interessam-se mais pelo processo do que pelos resultados.

Yin (2003, p.33), salienta que num estudo de caso, o contraste entre evidências quantitativas e qualitativas não diferencia as várias estratégias de pesquisa.

Tipos de Projecto de Estudo de Caso

O estudo de caso é um método que consiste em compreender as grandes ideias suscitadas pela revisão da literatura (Dias, 2002). Para Yin (1989) citado por Dias (2002), os estudos de casos podem sintetizar-se conforme a seguinte matriz:

Quadro 07 - Estudo de caso: abordagem de casos simples e múltiplos

Abordagem/ Casos	Casos Singulares	Casos Múltiplos
Holístico (unidade simples de análise)	TIPO 1	TIPO 3
Específico (unidades múltiplas de análise)	TIPO 2	TIPO 4

Fonte: Dias (2002)

O tipo 1 compreende a análise total em todas as vertentes de sua inserção contextual de um caso simples. O tipo 2 consiste à análise de uma temática específica, sob unidades múltiplas de análise, aplicada a um só caso. O tipo 3 compreende a análise exaustiva de um tema sob a unidade simples de análise que se insere no estudo de casos múltiplos que devem ser contemplados e elaborados da mesma forma. Finalmente, o tipo 4 diz respeito ao estudo de uma temática específica elaborada de acordo com unidades de análise múltiplas e inserida no contexto de casos múltiplos (Dias, 2002).

O presente estudo de caso recai no tipo 2 – uma abordagem de estudo de caso considerada sob unidades múltiplas de análise. A temática de análise será o ensino de auditoria que deverá ser validado em diferentes unidades de análise (diferentes IES).

2.2. O Projecto

2.2.1. Âmbito

Devido à extensão territorial de Angola bem como às dificuldades de deslocação aos mais variados pontos do país, o presente estudo centrar-se-á apenas na região norte de Angola, por onde abrange a Região Académica III, as províncias de Cabinda e Zaíre.

Esta pesquisa tem como objecto caracterizar a realidade quanto ao ensino das disciplinas de Auditoria Financeira e Auditoria Interna, dada a sua relevância para a esfera social envolvente.

2.2.2. Objectivo

Para o alcance do objectivo proposto, o presente trabalho pretende:

- fazer um esboço teórico sobre os fundamentos relevantes ao tema, baseando-se em diversos autores;
- analisar as características dos programas e docentes que leccionam as disciplinas de auditoria nas referidas instituições;

- apresentar alternativas viáveis para a aplicação prática nos conteúdos específicos das referidas disciplinas.

2.2.3. Construção do Modelo de Análise

Após efectuar a revisão da literatura enquadrada na problemática da pesquisa, é essencial encetar o enquadramento teórico relevante para a investigação, originando, deste modo, a elaboração do modelo de análise. Este modelo é uma representação, embora de forma simplificada, de uma realidade que se pretende investigar (Sousa e Baptista, 2011, p.43).

Para Quivy e Campenhoudt (2008) citado por Sousa e Baptista (2011),

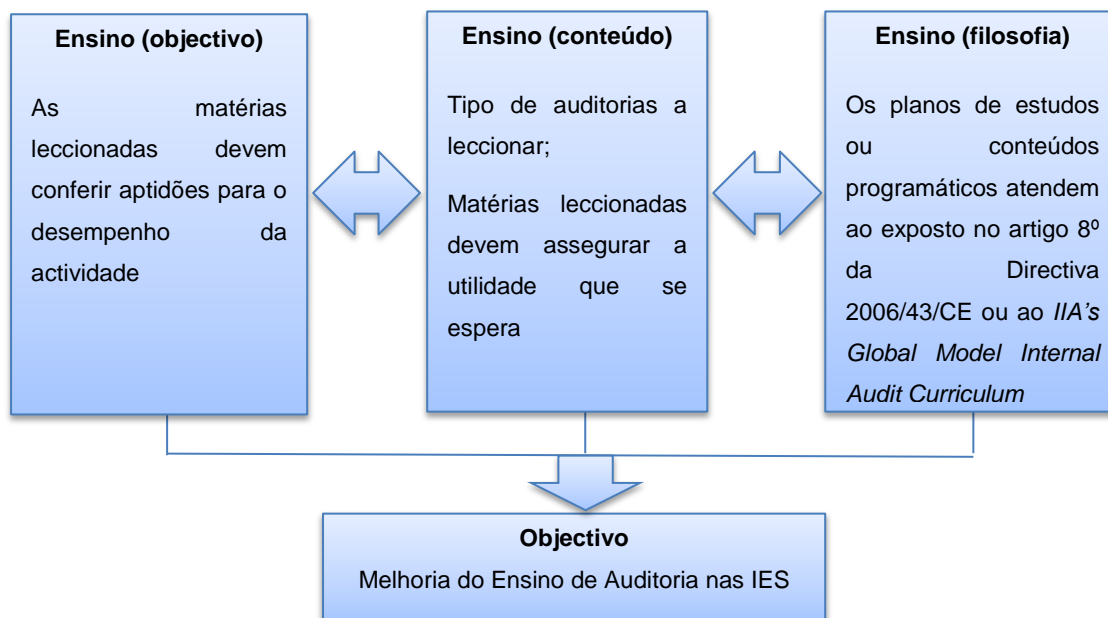
O modelo de análise é o prolongamento da problemática. É composto por conceitos, dimensões e indicadores articulados entre si para, em conjunto, formarem um quadro analítico coerente.

Estes conceitos, dimensões e indicadores referidos são previstos por autores descritos na revisão da literatura.

Sousa e Baptista (2011) acrescenta que o grande contributo do modelo de análise para o projecto de investigação é proporcionar um enfoque teórico, e permitir que não haja dispersão do investigador quanto aos conceitos a estudar e a respectiva recolha de dados.

As questões levantadas na revisão da literatura deste trabalho motivaram a construção do modelo de análise que se segue:

Quadro 08 – Modelo de análise



Após a elaboração deste modelo de análise iremos agora considerar a forma como vamos dar respostas aos objectivos inerentes.

2.2.4. Métodos de pesquisa

A presente pesquisa irá conciliar a pesquisa quantitativa e a pesquisa qualitativa para a recolha e/ou tratamentos de dados.

2.2.4.1. Perspectiva Quantitativa

Para recolha e avaliação de dados utilizou-se a técnica de inquérito por questionário, construído e enviado por e-mail e em alguns casos entregue em mão para as escolas seleccionadas e professores que leccionam as disciplinas de auditoria.

O questionário, segundo Sousa e Baptista (2011), visa recolher informações baseando-se, geralmente na inquirição de um grupo [...] e coloca uma série de questões que abrangem um tema de interesse para os investigadores, podendo não haver interacção directa entre estes e os inquiridos.

Para a consecução do objectivo deste estudo, foram elaborados dois questionários formados por diversas questões. O primeiro questionário é dirigido aos docentes e visa a apreciação sobre o ensino das disciplinas de auditoria. O segundo foi dirigido aos responsáveis das IES para avaliar as características dos programas e docentes que leccionam as disciplinas de auditoria.

A abordagem quantitativa pressupõe a construção de hipóteses de análise, a partir das perguntas de investigação. As hipóteses, segundo Sousa e Baptista (2011), “são uma resposta prévia ao problema proposto.”

Assim, para às sugestões de literatura foram esboçadas as seguintes hipóteses a partir questões da revisão da literatura e do modelo de análise.

Relembrando o esquema do modelo de análise (presente no quadro 09) e perguntas de investigação (presente no quadro 7) associadas:

Quadro 09 – Hipóteses de análise

Perguntas de Investigação	Modelo de Análise	Hipóteses
(4) As matérias leccionadas nas IES conferem aptidões para o desempenho da actividade?	Objectivo	H1: A qualidade do ensino pode influenciar a actividade profissional
(1) Que tipos de auditorias são leccionadas nos cursos de licenciatura nas IES em Angola? (2) As matérias leccionadas asseguram a utilidade que se espera?	Conteúdo	H2: A utilidade da auditoria é normalmente definida pelas matérias leccionadas
(3) e (5) Os planos de estudos ou conteúdos programáticos existentes nas IES são elaboradas tendo em conta o exposto no artigo 8º da Directiva 2006/43/CE ou de acordo o <i>The IIA's Global Model Internal Audit Curriculum</i> ?	Filosofia	H3: Os valores associados ao desenvolvimento de um processo de auditoria normalmente satisfazem as expectativas dos <i>stakeholders</i>

H1: A qualidade do ensino pode influenciar a actividade profissional (AICPA, 2006, Cañibano, 1996,).

O exercício da actividade da auditoria exige uma qualificação para atender às exigências profissionais que se espera. Passa-se normalmente por uma formação que deve ser adequada no âmbito técnico que lhe confere competências para executar a profissão da melhor forma possível. A primeira condição exigida aos candidatos ao exercício da actividade é uma formação académica (de nível universitário), preferencialmente na área (Cañibano, 1996). Isto exige que o auditor tenha uma formação técnica adequada e proficiência para realizar a auditoria (AICPA, 2006).

H2: A utilidade da auditoria é normalmente definida pelas matérias leccionadas (Almeida, 2005, IIA, 2012, COAUD, 2008).

Para dar respostas adequadas aos interesses sociais, é necessário que o desenho formativo reflecta de modo proporcional os serviços que a sociedade almeja. As matérias devem sustentar a sua utilidade social (Almeida, 2005). Os conteúdos leccionados devem desenvolver-se em aspectos relevantes e ajustados com as IPPF bem como as práticas para a profissão (IIA, 2012), e, acima de tudo acrescentar valor para as entidades. O foco da Auditoria (interna) deve incidir sobre diversas áreas dentro da entidade (COAUD, 2008, p.6).

H3: Os valores associados ao desenvolvimento de um processo de auditoria normalmente satisfazem as expectativas dos stakeholders (The IIA, 2012, Costa, 2014, Almeida, 2005, Cardozo, 2013).

A expansão do termo “auditoria” está associada à noção valores como ética, integridade, responsabilidade e transparência, noções de transcendente importância na sociedade actual (Almeida, 2005, p.67) de modo a garantir segurança razoável das operações da entidade e proporcionar informações que sejam úteis na tomada de decisões, por exemplo, as compras e vendas (de acções, obrigações e títulos de participação), renumerações, segurança quanto aos empréstimos a conceder, entre outras (Costa, 2014). Por isso, (Cardozo, 2013) o auditor deve considerar a sua atitude ou conduta individual como obrigação de promover cada vez mais a confiança pública na actividade.

Estas hipóteses de análise serviram de base para a elaboração das perguntas dos questionários (ver apêndices II e III). Mas não só esta abordagem foi considerada pelo que consideraremos agora a perspectiva qualitativa.

2.2.4.2. Perspectiva Qualitativa

As técnicas de recolha de dados usadas e validadas durante a pesquisa de campo foram:

- A Observação – consiste na presença do investigador no local da recolha de dados. A partir daqui são reflectidas as atitudes e os comportamentos observáveis (Sousa e Baptista, 2011). As provas observacionais são, em geral, úteis para fornecer informações adicionais sobre o tópico que está a ser estudado (Yin, 2003).

A observação directa foi desenvolvida no campo de pesquisa através de acompanhamento de algumas aulas, de modo a tirar certas ilações pertinentes para o estudo.

- Análise documental – constitui uma técnica importante na investigação qualitativa. O trabalho de análise inicia-se com a recolha, pois, por vezes, os documentos são as únicas fontes que registam princípios, objectivos e metas (Sousa e Baptista, 2011, p.89). Os documentos, conforme Yin (2003) desempenham um papel óbvio em qualquer colecta de dados, ao realizar estudos de caso. É importante fazer buscas sistemáticas por documentos para o planeamento de um trabalho.

A análise documental cingiu-se na avaliação dos conteúdos programáticos das referidas unidades curriculares.

A perspectiva de abordagem qualitativa levou-nos a obter as seguintes asserções de análise ou proposições:

A1: A qualidade dos conteúdos leccionados influencia a maior competência profissional dos formandos.

Necessariamente uma boa qualificação profissional define-se entre outros aspectos, pela qualidade da formação tida, o que vai ajudar a desenvolver os atributos que lhe servirão para dar resposta aos desafios do contexto profissional sob diversas formas. A qualidade dos conteúdos leccionados deve ser assegurada por toda a estrutura envolvente no processo ensino-aprendizagem.

A2: A inovação do ensino da auditoria é vantajoso para o tecido empresarial.

O ensino de auditoria deve acompanhar a evolução da profissão nos seus mais diversos aspectos. O ensino deve adequar-se às expectativas e crescentes exigências profissionais, oferecendo conhecimentos técnicos e não-técnicos, que habilitará o formado (profissional) a acrescentar valor não só à organização mas também à todos envolventes da mesma (clientes, fornecedores, Estado, colaboradores, entre outros), melhorar as operações e auxiliar no alcance aos objectivos, antecipar e mitigar riscos associados aos processos bem como salvaguardar a continuidade da organização. O auditor existe para avaliar e encontrar as melhores e possíveis soluções para as mais diversas situações em que estiver envolvido.

2.2.5. Amostra

A população-alvo deste trabalho de projecto recai sobre as IES onde se lecciona auditoria nos cursos de licenciatura em Angola, mais precisamente na Região Académica III (norte de Angola). Foram seleccionadas cinco (5) instituições de ensino superior que ministram nos seus cursos disciplinas de auditoria, entre as quais duas (2) são públicas e as restantes três (3) são privadas bem como os docentes que leccionam tais disciplinas.

Identificação das IES na Região Académica III

As regiões académicas em Angola surgem através do Decreto nº 5/09, de 07 de Abril, conjugado com o Decreto Presidencial nº 188/14, de 04 de Agosto, que delimita o âmbito territorial de actuação e expansão das instituições de ensino superior, tendo em conta a necessidade de implantação progressiva e sustentável das IES nas dezoito (18) províncias, com vista assegurar o crescimento da actividade com base nas prioridades do desenvolvimento económico e social de cada região. Existem actualmente oito (8) regiões académicas que correspondem as oito (8) universidades públicas no País. Em Cada região académica estão igualmente inseridas escolas e institutos superiores públicos e privados.

Deste modo, a Região Académica III que compreende as províncias de Cabinda e Zaíre, tem a Universidade 11 de Novembro (em homenagem à data da independência nacional) e fazem parte dela algumas instituições privadas. Tal como referido anteriormente, para o presente estudo foram consideradas apenas aqueles IES cujo planos de estudos consta disciplinas de auditoria, conforme o quadro abaixo.

Quadro 10 - IES que ministram disciplinas de auditoria na Região Académica III

	Designação das IES	Professores solicitados
IES Públicas	Faculdade de Economia da Universidade 11 de Novembro (FEUON)	3
	Instituto Superior Politécnico do Zaíre, Universidade 11 de Novembro (ISPZ)	1
IES Privadas	Instituto Superior Politécnico de Cabinda (ISPC)	1
	Instituto Superior Politécnico Lusíada de Cabinda (ISPLC)	2
	Instituto Superior Politécnico Lusíada Pôlo do Soyo (ISPL Soyo)	0
Total	5	07*

* um dos professores responde por duas escolas distintas. Portanto, são 7 solicitações aceites e apenas 6 professores (ver quadro 12)

Foram contactadas as direcções das referidas escolas cujo planos de estudos dos cursos figuram disciplinas de auditoria. As solicitações foram feitas por carta formal, com excepção do ISPZ que foi endereçada uma solicitação via correio electrónico após prévio contacto telefónico. Quanto aos professores, as solicitações foram feitas via telefónica. Todos prontamente se disponibilizaram em colaborar na presente pesquisa. Seguidamente foram enviados os questionários via e-mail, e em alguns casos entregues pessoalmente em envelopes do tipo A4.

Importa sublinhar que o ISPL Soyo é um pôlo dependente e dirigido sob gestão do Instituto Superior Politécnico Lusíada de Cabinda (ISPLC). O ISPC até bem pouco tempo era pôlo universitário afecto a Universidade Privada de Angola (UPRA), é actualmente um órgão de gestão independente. Tanto a FEUON (sedeada na província de Cabinda) como o ISPZ

(instalado na província de Zaíre) são ambas unidades orgânicas da Universidade 11 de Novembro.

Quadro 11 - Género dos professores inquiridos

	Nº de Respostas	%
Masculino	3	50,00
Feminino	3	50,00
Total	6	100,00

Dos seis (6) professores inquiridos que leccionam as disciplinas de auditoria 50% são do género masculino enquanto que os restantes 50% perfazem o sexo feminino, criando um equilíbrio entre os géneros.

De salientar que a recolha dos dados foi realizada entre 15 de Março e 10 de Julho de 2015.

Capitulo III – Discussão de Resultados

A discussão de resultados irá compreender duas vertentes: a perspectiva qualitativa no ponto 2.2.6.1 e a perspectiva quantitativa nos pontos 2.2.6.2 a 2.2.6.4.

Os questionários (apêndices II e III) efectuados para as direcções das IES e aos professores produziram os resultados que a seguir passamos a apresentar sob forma de quadros e gráficos, com respectivas análises.

Os resultados foram organizados de modo a facilitar a interpretação e compreensão do enfoque da pesquisa de acordo a relação referida anteriormente, entre os três (3) elementos do ensino, em consonância com o modelo de análise, tendo em contas as expectativas delineadas.

- O que se ensina (*conteúdos*, enquadramento do plano curricular) - 2.2.6.1
- Quem ensina (caracterização do *professor*) - 2.2.6.2
- Como se ensina (metodologias para transformar o *aluno*) - 2.2.6.3
- As expectativas - 2.2.6.4

Perspectiva Qualitativa

3.1. O que se ensina em Auditoria nas IES

Começamos por identificar as disciplinas de auditoria leccionadas em cada instituição bem como os cursos a que estão atribuídos.

Quadro 12 - Designação das escolas, disciplinas e cursos

IES	Designação UC	Curso afecto
FEUON	Auditoria Financeira (AF)	Gestão de Empresas
	Auditoria e Revisão de Contas (ARC)	Contabilidade e Auditoria
	<i>Auditoria Interna (AI)</i>	
ISPZ	Auditoria Financeira (AF)	Gestão de Empresas
ISPC	Auditoria Financeira (AF)	Contabilidade e Gestão
	<i>Auditoria de Gestão (AG)</i>	
ISPLC	Auditoria e Revisão de Contas (ARC)	Contabilidade Superior de Gestão
	Auditoria e Revisão de Contas (ARC)	Gestão de Empresas
ISPL Soyo	Auditoria e Revisão de Contas (ARC)	Gestão de Empresas

Apesar das denominações distintas, são simplesmente duas as principais áreas que dividem a auditoria – auditoria financeira (incluindo ARC) e auditoria interna (incluindo auditoria de gestão) - conforme referenciado na revisão da literatura através das abordagens de Cardozo (2013) e Martins & Morais (2013). Nota-se uma predominância do ensino de auditoria financeira nos cursos de gestão de empresas ao invés de auditoria interna, em praticamente

todas as instituições, o que não faz tanto sentido tendo em conta ao objecto de estudo e objectivos de ambas áreas conforme vimos no capítulo da revisão da literatura.

Pode-se constatar ainda que apenas duas IES têm presente no seu plano de estudos a disciplina de Auditoria Interna, designadamente nos cursos ligados à contabilidade.

Período de leccionação e carga horária

Quanto ao período lectivo em que as disciplinas de auditoria são ministradas, todas as escolas estão dentro dos padrões geralmente aceites, ou seja, entre os três (3) últimos semestres do curso, o que converge com os estudos de Machado *et al* (2014), Guerra (2011), Silva (2008). O ISPL Soyo até a presente data não lecciona a disciplina de auditoria prevista apenas para o 4º ano, visto ainda se encontrar no 3º ano académico, pelo que não terá incidência nos resultados desta pesquisa (quadro 14).

Quadro 13 – Período de leccionação e carga horária

IES	Período Designação UC	1º Ano		2º Ano		3º Ano		4º Ano		Carga Horária	
		1º Sem.	2º Sem.	1º Sem.	2º Sem.	1º Sem.	2º Sem.	1º Sem.	2º Sem.	Semanal	Total*
FEUON	Auditoria Financeira									4h/s	60h
	Auditoria e Revisão de Contas									6h/s	180h
	<i>Auditoria Interna</i>									5h/s	75h
ISPZ	Auditoria Financeira									3h/s	45h
ISPC	Auditoria Financeira									4h/s	120h
	<i>Auditoria de Gestão</i>									4h/s	60h
ISPLC	Auditoria e Revisão de Contas									4h/s	120h
	Auditoria e Revisão de Contas									4h/s	60h
ISPL Soyo	Auditoria e Revisão de Contas	N/A								N/A	

* Obtida pela multiplicação entre a carga horária semanal e o nº semanas lectivas por semestre ou ano (ver anexo VIII)

A disciplina de AI é normalmente semestral, devendo obedecer uma carga horária mínima recomendada de 60h. A disciplina de AF é ministrada em todas as IES, no período semestral ou anual (I e II), dependendo da sua relevância no curso, desde que cubra os limites mínimos de carga horaria recomendados (60h/semestre e 120h/anual).

Todas as escolas cumprem com o limite mínimo de carga horária, com excepção do ISPZ que apresenta uma carga horária abaixo do mínimo exigido (45h/semestre), o que é preocupante, dado ao equilíbrio necessário em termos de carga de conteúdos leccionados com as demais instituições da região. Ou seja, a mesma disciplina deve obedecer ao mínimo de carga horária exigido para assegurar a leccionação das principais matérias comparativamente as demais instituições de modo a assegurar equivalência das disciplinas.

Apenas as disciplinas de AI e ARC do curso de Contabilidade e Auditoria, da FEUON apresentam carga horária acima do limite mínimo recomendado e referenciado na revisão da literatura. As restantes encontram-se justamente no limite mínimo.

Análise dos conteúdos programáticos

Neste ponto far-se-á uma comparação entre as matérias requeridas e previstas pelos organismos que tutelam a profissão (incluindo alguns aspectos fundamentais e normalmente ensinados) relativamente ao que é ensinado nas escolas, segue-se uma apreciação crítica dos conteúdos programáticos vigentes, não obstante a dificuldade de análise dos pontos constantes nos programas devido a pouca precisão de alguns deles, o que dificulta a sua interpretação e abrangência de certos temas.

Quadro 14 - Conteúdos temáticos de Auditoria Financeira

Temas \ IES	FEUON		ISPZ	ISPC	ISPLC		ISPL Soyo
	Gestão	Contab.			Gestão	Contab.	
Introdução e conceitos básicos*	X	X	-	X	X	X	-
Objecto e Objectivo da AF	X	X	-	X	X	X	-
Normas Internacionais de AF*	X	X	-	X	X		-
Normas Internacionais de Contabilidade*			-		X		-
Código de Ética dos auditores/revisores*	X	X	-	X			-
Avaliação de riscos e Materialidade*	X	X	-	X	X	X	-
Fraude e erros*	X		-		X	X	-
Programas e papeis de trabalho	X	X	-	X	X	X	-
Gestão de riscos*			-				-
Controlo Interno*	X	X	-	X	X	X	-
Qualificação profissional*	X		-				-
Processo de auditoria (fases)	X	X	-	X	X	X	-
Exame às demonstrações financeiras	X	X	-	X	X	X	-
Procedimentos de AF*	X	X	-	X	X	X	-
Amostragem	X	X	-			X	-
Governo das sociedades*			-				-
Tecnologias de informação e comunicação em auditoria*	X	X	-		X	X	-
Comunicação/relatórios		X	-	X		X	-

* Temas relevantes à luz da Directiva 2006/43/CE

Não nos foi disponibilizado o programa da disciplina pelos ISPZ e ISPL Soyo, pelo que não pudemos analisar comparativamente as restantes escolas.

Dos temas considerados relevantes de acordo com a Directiva 2006/43/CE, nem todos são tidos em conta nos programas de Auditoria Financeira pelas escolas, convergindo simultaneamente apenas no que tange a "Introdução e Conceitos básicos", "Avaliação de risco

e materialidade”, “Controlo Interno” e “Procedimentos de AF”. Uma das IES não cita as “Tecnologias de Informação e comunicação em auditoria” e apenas uma aborda a “Qualificação profissional” e igualmente uma trata das “Normas Internacionais de Contabilidade”. Em nenhum dos programas consta as temáticas de “Governo das Sociedades” bem como “Gestão de riscos”, o que é praticamente inconcebível no contexto actual. Nos programas do ISPLC não abarcam matérias sobre o “Código de Ética dos auditores/revisores”. Os programas curso de Gestão quer da FEUON como do ISPLC não abrangem a “Comunicação/relatórios”. do mesmo modo, não consta dos programas de contabilidade da FEUON e do ISPL as temáticas sobre “Fraude e erros”.

Tais divergências são explicadas pela falta de ligação com as instituições profissionais de auditoria e entre as escolas, confirmando a constatação do GRA (2001), uma tarefa que julgo ser também da responsabilidade do ministério de tutela.

Vejamos se a situação tende a ser diferente no domínio da Auditoria interna.

Quadro 15 - Conteúdos temáticos de Auditoria Interna

IES		FEUON	ISPC
Temas			
Introdução e conceitos básicos *		X	X
Âmbito e Objectivos da AI*		X	X
IPPF*		X	
Código de ética dos auditores internos*		X	
Processo de AI (fases)*		X	X
Riscos*		X	X
Fraude e sua investigação*		X	
Controlo Interno*		X	X
Procedimentos da AI		X	X
Competências em comunicação*		X	X
Sistemas de informação em auditoria*		X	X
Estudos de Casos/ Projectos/ Estágios*		X	X
Gestão de riscos**		X	
Governo das sociedades**		X	
Desenvolvimento e gestão da função de AI**		X	
Auditoria às áreas operacionais		X	
Qualificação e perfil profissional		X	

* Temas nucleares; ** Temas complementares: *The IIA's Global Model Internal Audit Curriculum (2012)*

Contrariamente ao ISPC, o programa de auditoria interna da FEUON apresenta todos os pontos considerados pelo *Institute of Internal Auditors*. O programa do ISPC deixa a desejar em vários aspectos, conforme se pode notar neste quadro, provocando um desequilíbrio enorme em termos de conteúdos leccionados entre as escolas. Tão pouco as Normas Internacionais

para a Prática Profissional da AI, o Código de Ética assim como matéria ligada e Fraude são tida em conta nesta instituição.

Da análise feita ao programa disponibilizado pela direcção do ISPC, verificou-se que muitos dos conteúdos constatados no programa estão voltados para o domínio da Auditoria Financeira, criando repetição de alguns pontos no programa de AF e deixando deste modo lacunas consideráveis onde deveria incidir o seu enfoque.

Porém, de um modo geral pode-se constatar que:

- não há uniformização e adequação dos conteúdos programáticos leccionados nas IES, confirma a persistência de um dos principais problemas que o Ensino Superior Angolano enfrenta, tal como reconhecido pelo Governo através do Conselho de Ministros de 2001;
- o desajusto de certos conteúdos leccionados, tendo em conta o perfil de profissionais que o mercado necessita e a ineficiência de aplicabilidade dos saberes no mundo profissional, contrariando a abordagem de Shiroma e Evangelista (2003);
- está mais do que provável a falta de aproximação e parcerias entre escolas, tão pouco estas com as associações e os organismos profissionais, o que reflectiria de algum modo em termos do processo de ensino. Entendemos que esta situação dificulta de igual modo a cedência de equivalências das disciplinas entre as escolas, tal como apontamos no ponto anterior.

Bibliografia utilizada

De salientar que tivemos dificuldades em considerar certas fontes indicadas nos planos de estudos das disciplinas por falta de detalhes suficientes que facilitariam o enquadramento. Contudo, alguns programas não vieram acompanhados de bibliografia base, outros apresentam bibliografia desactualizada e desajustada com o contexto actual (pode ver-se no quadro 16), o que representa outra das fragilidades quanto ao ensino de auditoria nas IES na Região Académica III, no norte Angola, e confirma uma das lacunas apontadas pelo Governo em 2001 mas que ainda persiste, apesar do esforço de alguns docentes em reunir bibliografia particular. Refira-se ainda que algumas edições anteriores de um mesmo autor utilizadas por uma única escola não foram inseridas para evitar redundância de obras. A análise feita dos programas verificou-se que apenas as disciplinas de auditoria no curso de Contabilidade e Auditoria da FEUON apresentam algumas fontes bibliográficas actualizadas, indicando deste modo as referências básicas bem como as fontes complementares.

Quadro 16 - Bibliografia apontada pelos programas

	Identificação da fonte	Utentes
Auditoria Financeira	Costa, C. B. (2014). Auditoria Financeira: teoria e prática. Rei dos Livros. 10ª edição, Lisboa	1
	Almeida, B. M. (2014). Manual de Auditoria Financeira: uma análise integrada baseada no risco. Escolar Editora	1
	Almeida, Rui M. P. et al. (2014). Plano Geral de Contabilidade Angolano: Explicado. ATF-Edições Técnicas	1
	Almeida, Rui M. P. et al. (2014). Plano Geral de Contabilidade Angolano: Casos Práticos e Exercícios Resolvidos. ATF-Edições Técnicas	1
	Costa, C. B. e Alves, G. C. (2011). Casos Práticos de Auditoria Financeira. 6ª edição. Rei dos Livros. Lisboa	1
	Costa, C. B. (s/d). Auditoria Financeira: teoria e prática. Rei dos Livros	2
	Arens, A. e Loebbecke, J. (2011). Auditing: An Integrated Approach. Prentice-Hall. 14ª edição. New Jersey.	1
	Carmichael, D. e Willingham. (1996). Auditing Concepts and Methods. Mc Graw-Hill	1
	Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. (s/d). Normas e Directrizes de Auditoria	1
	Edward, S. e Maurice, M. (s/d). International Auditing Standards: Prentice-Hall international	1
	Borges, A. e Ferrão, M. (s/d). Manual de Casos Práticos. Rei dos Livros	1
	Nobais, C. (s/d). Noções Práticas de Auditoria	1
Auditoria Interna	Pinheiro, J. L. (2014). Auditoria Interna - Auditoria Operacional: Manual Prático para Auditores Internos. 3ª edição. Rei dos Livros.	1
	Morais, G. e Martins, I. (2013). Auditoria Interna: Função e Processo. 4ª edição. Editora Áreas.	1
	Institute of Internal Auditors. (IIA). (2013). Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna. 2ª versão (revisadas e traduzidas)	1
	Marçal, Nelson e Marques, Fernando Luís. (2011). Manual de Auditoria e Controlo Interno no Sector Público. Edições Sílabo, Lda, 1ª edição, Lisboa;	1
	Franco, H. e Marra, E. (2000). Auditoria Contábil. 3ª edição. Atlas, São Paulo	1
	Beja, Rui. (2004). Risk Management – Gestão, Relato e Auditoria dos Riscos do Negócio; Áreas Editora, Lisboa	1
	Araújo, I. P. S. (2004), Introdução à Auditoria Operacional, editora FGV, 2ª edição, Rio de Janeiro	1
	Lopez, J. A. e Ibarra F. B. (2001). Contabilidad de Direcciona Estrategica para la Gestión Empresarial: Técnica Contable.	1
	Fernández, A. F. e Rodriguez, C. M. (s/d). Contabilidad de Gestión y Excelencia Empresarial. Editorial Ariel. Barcelona	1

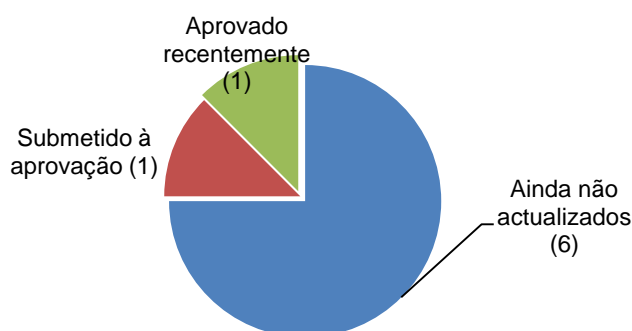
Tal como constatado nos conteúdos programáticos, a falta de uniformização é um facto. Nota-se que apenas duas IES coincidem na mesma fonte bibliográfica. Existem também fontes desactualizadas e outras desajustados dado ao contexto actual que orienta a actividade académica e a profissional requerida, como frisou Ricardinho Filho (2002). Isto indicia a fraca aproximação entre as IES bem como pouco investimento nesta área de saber, o que

desincentiva a investigação. Verifica-se ainda que no domínio da auditoria financeira nenhuma das IES menciona as “Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) Clarificadas do IFAC (2009)” entre as fontes bibliográficas.

Antiguidade e actualização dos programas

No que se refere à actualização dos programas verifica-se que a maior parte deles ainda não foram actualizados, independentemente da sua antiguidade, com excepção do programa de AI da FEUON cuja aprovação aconteceu muito recentemente e o programa de ARC da mesma que aguarda aprovação oficial. Vejamos a figura abaixo.

Figura 06 - Frequência da actualização dos programas das disciplinas



Esta situação tende claramente a reflectir na qualidade dos conteúdos leccionados, conforme constatado anteriormente. Porém, o GRA (2001) no seu plano de “Estratégia Integrada para a Melhoria do Sistema de Educação: 2001-2015” defendia igualmente a necessidade de reformulação periódica e o ajuste permanente dos currículos de ensino, atendendo às expectativas do mercado. Esta situação parece longe de se concretizar no horizonte de tempo previsto deste plano do Governo.

Porém, relembramos que a perspectiva qualitativa deste estudo levou-nos a obter duas asserções:

A1: A qualidade dos conteúdos leccionados influencia a maior competência profissional dos formandos; e

A2: A inovação do ensino da auditoria é vantajoso para o tecido empresarial.

Diante dos resultados obtidos da análise qualitativa pode-se dizer que os mesmos não vão de encontro em alguns aspectos com as asserções acima, nomeadamente no que diz respeito à qualidade dos conteúdos, das bibliografias e à não actualização dos programas pela maioria das IES, de modo assegurar a evolução da profissão acompanhada pela estrutura do processo do ensino-aprendizagem.

Passamos agora à discussão dos resultados da análise quantitativa.

Perspectiva Quantitativa

3.2. Quem ensina Auditoria nas IES

Neste ponto caracterizou-se: os professores, suas qualificações e competências para o ensino de auditoria.

Para começar analisamos os critérios que as IES utilizam para a atribuição das disciplinas de auditoria aos docentes.

O quadro abaixo mostra que cada uma delas utiliza o critério que considera apropriado para o efeito.

Quadro 17 - Critérios de atribuição da disciplina

Critérios	FEUON	ISPZ	ISPC	ISPLC
Formação em Contabilidade/Auditoria	X			X
Ter dado a disciplina em outro curso		X		
Experiência profissional em Contabilidade/Auditoria			X	X
Experiência profissional em áreas de Gestão				
Outro(s)				

Desta constatação verifica-se que quer a FEUON quer o ISPZ (apesar desta não dar tanta relevância a formação específica na área) privilegiam a formação académica como pré-requisito para conceder a disciplina ao professor, o que corresponde o primeiro aspecto a ter em conta de acordo a abordagem de Arends (2008). O ISPLC concilia a qualificação académica na área com a experiência, uma vez que, conforme defendido no capítulo anterior, para as áreas técnicas como é o caso da auditoria, é necessário aliar tanto os saberes teóricos como os saberes práticos oriundos da experiência na área, o que a priori tende a contribuir positivamente para um ensino eficaz. O caso excepcional do ISPC enquadra-se naquilo que Dubar (2005) citado por Pessoa (2007) chama de desestruturação da identidade profissional e pode conduzir à incompetência profissional e consequentemente à desqualificação da sua autoridade de professor como referido anteriormente, caso não se reúnam competências académicas.

Em termos de formação académica os professores que leccionam as disciplinas de auditoria nas IES em Angola apresentam as qualificações conforme ilustramos a seguir.

Quadro 18 - Habilitações literárias dos professores de auditoria

	Condição	Nº de respostas	%
Doutoramento	Concluído	1	50,00
	Em curso	2	
Mestrado	Concluído	4	100,00
	Em curso	2	
Pós-Graduação/ Especialização	Concluído	4	66,67
	Em curso	0	
Licenciatura	Concluído	6	100,00

Quanto ao nível de formação, os docentes de auditoria nas IES em Angola têm no mínimo o nível de mestrado (em curso ou concluído) e 50% estão no 3º ciclo de estudos superiores, sendo que um deles já tem o grau de douramento concluído. Esta constatação faz-nos posicionar estes docentes no segundo nível relativamente ao desenvolvimento profissional dos docentes universitários referido por Behrens (2007). Esta subida de nível tem sido notável fruto de algum compromisso do Governo através do plano de formação dos quadros em curso no País o que tem beneficiado o Ministério do Ensino Superior, visto que melhorou significativamente o quadro estatístico anterior que apontava para um corpo docente universitário maioritariamente (mais de 70%) com o grau de licenciado. Porém, precisamos analisar o perfil académico de cada docente tendo em conta a área onde actua.

Quadro 19 - Perfil académico dos docentes e outras formações em auditoria

		Licenciatura	Pós-graduação/ Especialização	Mestrado		Doutorado		Formações complementares em Auditoria
				em curso	concluído	em curso	concluído	
AF	A*	Contab./Auditoria	Outra (Marketing)		Gestão		Gestão	Não
	B	Outra (Economia)	-	Finanças		-	-	Não
	C	Outra (Economia)	Contabilidade		Gestão	-	-	Não
	D	Contabilidade	-		Gestão	Gestão		Sim
AI	E	Gestão	Auditoria	Auditoria		-	-	Sim
	F	Gestão	Outra (Gestão Financeira)		Gestão	Gestão		Não

* A mesma pessoa responde por duas IES.

Este quadro revela e confirma o que já foi dito anteriormente, quanto à predominância da área de formação (Gestão de Empresas), apontando a fraca especialização na área onde actuam, conforme recomenda Pêsoa (2007), visto tratar-se de uma área técnica, requer-se qualificação e especialização.

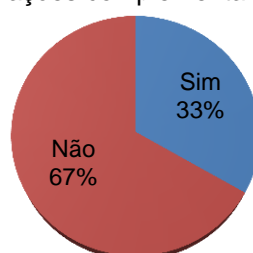
No domínio da AF apenas um professor tem formação em Contabilidade e Auditoria, o outro em Contabilidade (na licenciatura) e um outro fez a especialização em Contabilidade. Não obstante a fraca especialização apenas um deles teve formação complementar em Auditoria que lhe serviu para se assegurar a leccionação dos conteúdos neste domínio. A qualificação em Contabilidade ou Gestão pode habilitar o individuo a leccionar Auditoria, se tiver dado a disciplina com alguma profundidade que lhe permite ter domínio das matérias que lecciona, conciliando a investigação bem como outras formações complementares de modo a atingir os objectivos do ensino com alguma qualidade, considerando a dimensão técnica mais larga do conceito competência apresentada por Rios (2007): *saber bem* (domínio dos conteúdos) e o *fazer bem* (ter capacidade). O caso da formação em Economia é consideravelmente alarmante, uma vez que o individuo não tem qualificação em áreas que pudessem habilitá-lo à leccionação da disciplina e nunca teve alguma outra formação em Auditoria, o que põe em causa as suas competências e a qualidade do produto final.

Já no domínio da Auditoria Interna, somente um tem formação propriamente dita incluindo outras formações e actualizações na área. O outro é formado desde a licenciatura ao doutoramento em áreas de outro domínio e mesmo assim lecciona a disciplina sem alguma formação complementar em AI. Tal situação pode ter reflexo igualmente na qualidade das matérias leccionadas.

Confrontados sobre a formação em áreas sobretudo ligado a Gestão, estes alegam diversos factores dentre os quais destacam as oportunidades e facilidade de continuar os estudos bem como questões financeiras.

Conforme se pode notar, a fraca formação complementar e actualização na área de Auditoria é um facto e a figura abaixo mostra que 67% dos docentes leccionam sem nunca terem tido alguma acção formativa adicional na área que actuam.

Figura 07 - Formações complementares em auditoria



Dentre as matérias obtidas pelos docentes que beneficiaram outras formações/Actualizações, destacaram-se alguns dos temas relevantes no ensino de auditoria. Estas acções formativas foram oferecidas por instituições ligados a profissão:

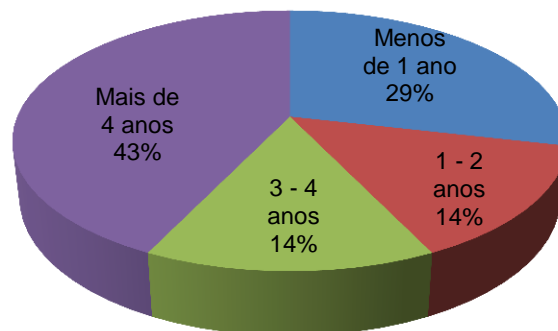
- O Enquadramento e contexto actual da profissão;
- Riscos e Controlo Interno;
- Auditoria Contínua;
- Auditoria de Sistemas;

- Práticas de Auditoria;
- Fecho de Contas e outros aspectos contabilísticos relevantes para Auditoria.

Tempo de trabalho com a disciplina

Analizamos neste ponto o tempo que os docentes já leccionam a disciplina de auditoria.

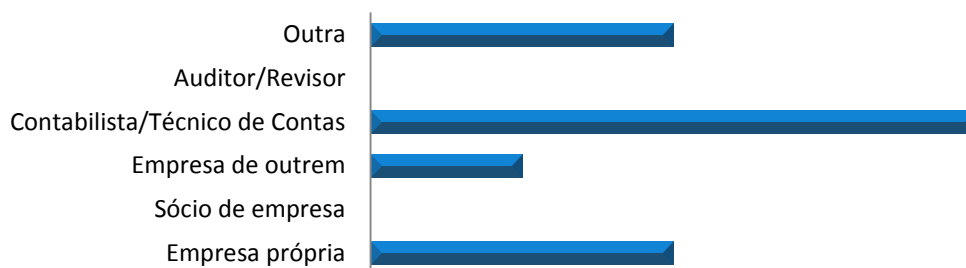
Figura 08 - Tempo de trabalho com a disciplina



Quase metade dos docentes trabalha com a disciplina há mais de 4 anos e 29% deles foi atribuída a disciplina num período não superior a um ano. Diante destes números, leva-nos a perceber que existe alguma instabilidade em termos de asseguramento das disciplinas. Ou seja, a falta de especialização na área pode ser um dos factores determinantes para a não permanência com a disciplina, dada a possibilidade de ser retirada a cadeira ao docente caso não esteja a corresponder às expectativas ou o próprio docente renunciar à mesma. Como foi possível constatar (anexos II, III, IV, V e VII), as disciplinas de auditoria, sobretudo Auditoria Financeira, são leccionadas há mais de 7 anos e durante este tempo já foram trocados 2 ou mais professores numa mesma disciplina, com excepção das disciplinas de ARC e AI ministrados no curso de Contabilidade e Auditoria na FEUON, devido à recente implementação deste curso na instituição.

De lembrar que para além da qualificação académica específica requerida, o outro requisito fundamental para a atribuição da disciplina, sobretudo disciplinas técnicas e nucleares em certos domínios de conhecimento é a experiência na área. A figura 09 (abaixo) mostrar-nos esta realidade nestas IES.

Figura 09 - Experiência profissional em Auditoria



Nota-se que nenhum dos professores tenha trabalhado na área de auditoria propriamente dita; as suas experiências profissionais não passam de técnico de contas, gestores de empresas (próprios e de outrem) bem como em outras áreas. Isto quer dizer que existe um défice em termos de associação tanto dos saberes teóricos como dos saberes práticos no seio das competências dos professores que leccionam as disciplinas de auditoria nas IES em Angola. Alguns autores mencionados no capítulo anterior (Ricardinho Filho, 2002, Pessôa, 2007) alertam quanto a necessidade de ter em conta a conciliação da componente prática com os saberes teóricos, principalmente no que tange a leccionação em áreas práticas. No que se refere aos proprietários de empresas, estas até podiam ser firmas de consultoria que prestam serviços de contabilidade e auditoria mas, devido à pouca divulgação da auditoria no País, conforme mostraremos mais adiante, estes limitam-se em serviços de contabilidade. Outro aspecto a ter em conta, principalmente no domínio da Auditoria Financeira, é o facto de que o exercício profissional exigir à afiliação junto da Ordem. Em Angola está previsto nos termos da Lei nº 03/2001, Lei da Contabilidade e Auditoria em Angola (artigos 9º e 10º) da OCPCA.

Quadro 20 - Afiliação dos docentes aos organismos de Auditoria

	Nº Resposta	%
OCPCA	1	16,67
IIA Angola	1	16,67
Outro	2	33,33
Nenhum	2	33,33
Total	6	100,00

Apenas 2 dos professores inquiridos estão afiliados em instituições que regulam a auditoria em Angola, sendo um deles pela Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola (OCPCA) e o outro pelo Instituto dos Auditores Internos de Angola (IIA Angola). Porém, mais do que metade deles não estão afiliados a algum organismo directamente ligado à actividade de auditoria no País. Isto corrobora com a figura 07 onde apenas 2 (33%) dos docentes já tiveram oportunidades de formações complementares e actualizações em matéria de Auditoria junto de organismos de direito.

A afiliação dos professores junto destas instituições confere-lhes maior consistência em termos de abordagem das matérias, visto que está em permanente proximidade com a realidade profissional e as constantes actualizações que são feitas resultantes da própria evolução da profissão face aos desafios do mercado. Assim, um professor actualizado tem outra visão sobre os assuntos mais relevantes e a forma de os abordar na sala de aula. Daí se pode concordar com as abordagens Zabalza (2004) citado por Behrens (2007) e Shiroma & Evangelista (2003). Na verdade, ensinar sendo uma tarefa complexa, exige conhecimentos consistentes sobre o que vai ensinar, uma vez que se espera do professor a capacidade de transformar o aluno num ser proactivo e aspirante ao mercado de trabalho.

Como referimos atrás, ao conceito competência é necessário aliar o *fazer bem* as coisas, o que quer dizer ter domínio das metodologias, técnicas e estratégias que possibilitam o profissional posicionar-se e dar resposta do papel que lhe é confiado. A seguir analisamos as proficiências metodológicas dos docentes em causa.

Capacitação pedagógica dos docentes

O exercício profissional da docência requer uma formação sólida não só académica como também nos aspectos correspondentes a sua didáctica. Assim, no quadro abaixo avaliamos se as IES na região em estudo oferecem aos seus docentes acções formativas em matéria de didáctica.

Quadro 21 - Cursos de capacitação pedagógica aos docentes (últimos 5 anos)

Nº de Respostas	% Sim	% Não
4	25,0	75,0

Os resultados mostram que apenas uma das escolas (25%) ofereceu nos últimos 5 anos curso de agregação pedagógica aos seus funcionários. Esta constatação diverge o que defende Behrens (2007), uma vez que a qualificação do docente é por um lado uma conquista individual e por outro é uma conquista colectiva (da escola), sob pena que o fracasso seja afectado para todas as partes envolvidas neste processo (professores, alunos, gestores de escolas e sociedade em geral).

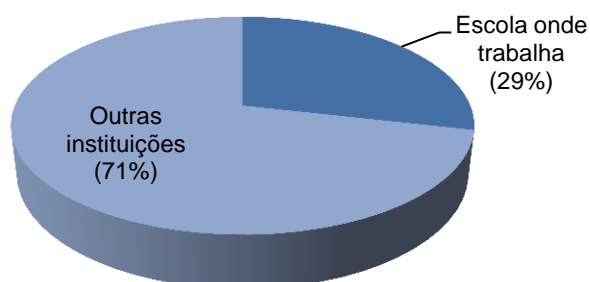
Outrossim, todos os docentes inquiridos afirmam ter ou já ter tido formação pedagógica para o exercício da profissão.

Quadro 22 - Formação pedagógica dos docentes

Nº de Respostas	% Sim	% Não
6	100,0	0,0

Isto contraria o quadro anterior, dado que os professores não trabalham nas mesmas escolas. Esta situação é explicada, portanto, na figura a seguir (figura 10), onde podemos notar que a maior parte dos professores tiveram tais formações fora das IES em causa.

Figura 10 - Local onde beneficiou a formação pedagógica

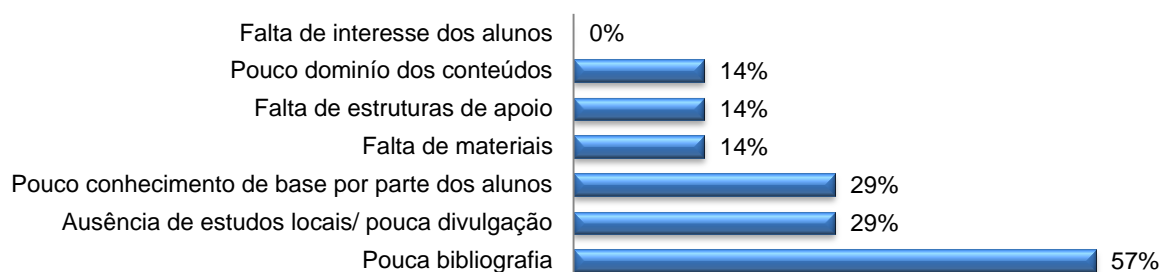


Vemos que 71% destes professores não beneficiaram de capacitação pedagógica nas instituições onde lecciona. Não fosse ter reunido tal ferramenta em outro local, estariam na sala de aula sem um dos pré-requisitos essenciais apontado por Oliveira & Silva (2012), para o desempenho da profissão de docência.

Para o caso particular do nosso objecto de pesquisa, os professores possuem qualificação pedagógica, contrastando em parte a constatação de Miranda, *et al.* (2012), mas não deixa de ser verdade que de modo genérico as deficiências na agregação pedagógica dos docentes pelas IES contribui para um défice neste processo, uma vez que em parte a qualidade do ensino depende essencialmente das competências pedagógicas do corpo docente.

Dificuldades no ensino da disciplina

Figura 11 - Principais dificuldades na leccionação da disciplina



A falta de interesse por parte dos alunos não é uma das principais dificuldades na leccionação das disciplinas de auditoria. Para 57% dos professores a pouca bibliografia disponível nas escolas tem inviabilizado em grande parte a consistência que se pretende no processo de ensino. Seguidamente apontam para a ausência de estudos locais e pouca divulgação desta área no nosso País e conhecimentos de base débeis por parte dos estudantes (29%, respectivamente), representam as causas secundárias destas complicações. O pouco domínio dos conteúdos por parte de alguns docentes dificulta igualmente tal exercício, confirmando as constatações apontadas atrás.

Passamos a seguir a analisar as metodologias usadas pelos docentes para transformar o aluno rumo ao mercado.

3.3. Como se ensina a Auditoria nestas IES

Primeiramente queremos avaliar o grau de aproximação das escolas com os organismos profissionais que regulam a Auditoria e, em seguida, as estratégias de ensino adoptadas.

Parceria com os organismos profissionais

Como vimos no ponto 1.4 deste estudo, uma das preocupações apontadas pelo GRA (2001) é a falta de aproximação entre as instituições afins, o que parece estar longe de acontecer se se mantiver a tendência ilustrada no quadro abaixo.

Quadro 23 - Parcerias com organismos profissionais

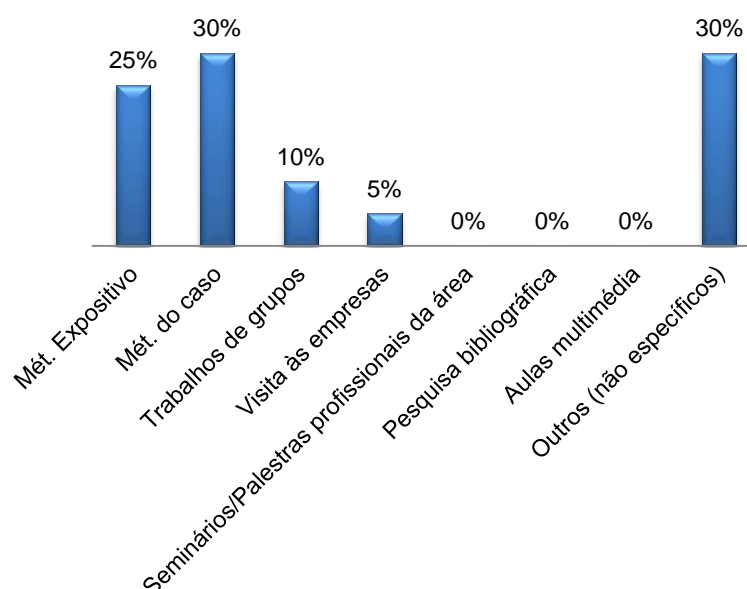
	Nº de Respostas	% Sim	% Não
Parceria entre a escola e os organismos que regulam a profissão	4	0,00%	100,00%

Como temos estado a referir, o descasamento entre as escolas e os organismos profissionais ligados à profissão de auditoria é um facto. Nenhuma das IES tem contactos de alguma relação de proximidade quer com a Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola (OCPCA), quer com o Instituto dos Auditores Internos de Angola (IIA Angola), ou outro organismo nacional ou internacional ligado à matéria, o que contraria as referências de Shiroma e Evangelista (2003) já mencionadas.

Métodos de ensino utilizados

No que diz respeito as estratégias tidas em conta pelos professores, os resultados realçam cada vez a relevância da utilização do método do caso no ensino de auditoria, dado a necessidade de proporcionar ao aluno a proximidade com realidade em busca de soluções.

Figura 12 - Métodos de ensino utilizados



O método expositivo por ser comum no processo do ensino, aparece em segundo lugar, depois do método do caso, dado a sua componente oral e fácil aplicação em qualquer contexto. Outro método comum no ensino de auditoria, tal como apontam os estudos de Silva (2008) e Vilela (2008), são os trabalhos de grupo e justifica-se pelo facto da necessidade do trabalho de equipa por parte dos auditores. Verifica-se que apenas 5% alega ter feito visita guiada às empresas que prestam serviços de auditoria, uma prática pouco comum dado o contexto das nossas entidades. Todas estas estratégias de ensino figuram dentre as mais apropriadas para a leccionação de auditoria. Contudo, é preciso uma combinação eficiente entre eles de modo a produzir melhores resultados.

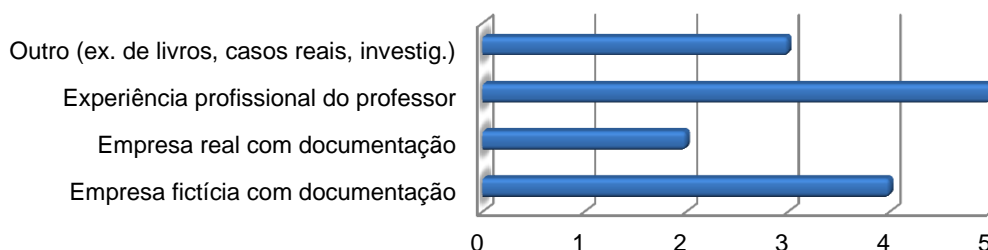
O recurso à informática (multimédia) não é uma pratica habitual devido às condições pouco favoráveis das salas de aula. Quanto aos seminários e palestras com profissionais da área, este facto justifica-se pela inexistência de professores que trabalhem directamente na área bem como a ausência de parcerias com os organismos profissionais ligados à matéria.

Nota-se ainda que 30% dos inquiridos apontam outros métodos de ensino que não se enquadram com as abordagens referidas na revisão da literatura, ou seja, estes não especificam os métodos utilizados ou não os enquadram no domínio da metodologias de ensino. Isto levanta alguma preocupação uma vez que possuem formação pedagógica, conforme constatamos anteriormente.

Ensino do conteúdo prático

Neste ponto procurou-se saber as fontes ou as bases sobre os quais assentam o conteúdo prática que é ensinado nas disciplinas de auditoria pelos professores nas IES em Angola.

Figura 13 - Bases de ensino do conteúdo prático



Os dados obtidos apontam maioritariamente para a experiência profissional do docente, apesar de parecer contraditório uma vez que, conforme vimos anteriormente, nenhum deles tem experiencia profissional directamente na área de auditoria (figura 09) e 57% lecciona a disciplina no máximo há 4 anos (figura 08). Em segundo lugar aparece simulação de casos com empresas fictícias. Em seguida são conteúdos apurados de outras fontes como casos reais divulgados, pesquisas já feitas e exemplos constantes nos livros. Não é eticamente recomendado tratar de empresas reais, pois, estarão a violar o princípio de “Confidencialidade” de que se espera dos profissionais de auditoria e não só.

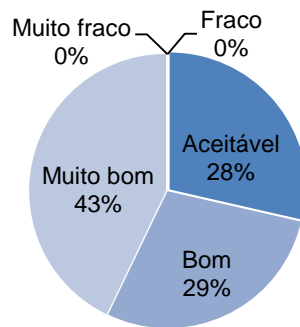
3.4. Expectativas

Neste ponto queríamos verificar qual a percepção dos professores quanto ao interesse dos alunos na aprendizagem bem como o grau de absorção destes pelo mercado de trabalho.

Interesse dos alunos na disciplina

Aqui propusemos em saber o nível de interesse dos alunos na disciplina. Esta avaliação foi feita pelos próprios docentes aos seus alunos.

Figura 14 – Opinião dos professores ao interesse dos alunos

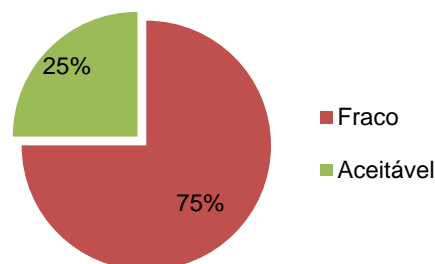


Tal como referido na figura 11, não está em causa o interesse dos estudantes no processo de ensino-aprendizagem das disciplinas de auditoria. Dos professores inqueridos, 28% disse que o interesse dos alunos era aceitável, 29% acha que é bom e 43% dos professores responderam que o nível de interesse dos formandos é muito bom.

Integração para o desempenho das funções de auditoria

No que diz respeito a inserção no mercado de trabalho para o desempenho de tarefas ligadas à auditoria, os resultados da figura abaixo revelam um insucesso.

Figura 15 - Inserção para as funções ligadas a auditoria (resposta das escolas)



As instituições de ensino superior reconhecem o fracasso (75%) em termos de absorção dos formandos pelas empresas e firmas para o desempenho das tarefas de auditoria. Esta situação pode justificar-se pela falta de aproximação e parcerias com as instituições e empresas ligadas à área (quadro 23), o que confirma a constatação obtida na figura 09, em que nenhum dos professores trabalha ou tenha trabalhado directamente em auditoria e, de igual modo, a pouca divulgação que se queixam os docentes desta área do saber (figura 11), o que contribui igualmente para uma fraca promoção da profissão, tal como podemos constatar no quadro a seguir.

Quadro 24 - Apreciação dos professores quanto à promoção dos valores associados à profissão de auditoria

	%
Fraca	57,00
Aceitável	29,00
Bom	14,00
Muito bom	0,00
	100

Conforme os resultados, a maioria dos professores (57%) afirma que o nível de promoção e divulgação da auditoria no País é fraco. Isto corrobora uma das principais dificuldades apontadas no ensino da disciplina, referida anteriormente.

Face aos resultados evidenciados na perspetiva da análise quantitativa, verifica-se que certos aspectos deixam a desejar, o que nos leva afirmar que as hipóteses de análise levantadas foram parcialmente validadas.

Capítulo IV – Conclusão

4. Conclusão

O objectivo do presente estudo consiste em “contribuir para a melhoria na formação dos potenciais auditores a partir das IES em Angola, tendo em conta as expectativas atuais bem como os desafios do mercado”.

A pesquisa foi conduzida tendo em conta a questão (inicial) de investigação que consistia em saber se “o ensino da auditoria nas IES em Angola assegura aos alunos as competências necessárias à sua integração e desenvolvimento profissional na área”. O objecto deste estudo foi caracterizar a realidade quanto ao ensino das disciplinas de Auditoria Financeira e Auditoria Interna, dada a sua relevância para a esfera social, tal como referenciado pelas fontes consultadas.

A revisão da literatura foi fundamental para o delineamento da pesquisa. De acordo o objectivo proposto e a pergunta de pesquisa levantada inicialmente foi possível seleccionar e consultar livros e artigos científicos de diversos autores que fossem ao encontro. A revisão da literatura feita possibilitou a construção do modelo de análise deste estudo.

Para se alcançar o objectivo delineado, adoptou-se a metodologia de estudo de caso das IES na Região Académica III, no norte de Angola, através de dois inquéritos, observação e análise documental, de modo a responder as perguntas de pesquisa levantadas em função da revisão da literatura. A discussão de resultados elaborada permitiu-nos agora concluir sob duas ópticas:

- qualitativa
- quantitativa

Relativamente à primeira e face às asserções definidas (A1 e A2) pode-se concluir que alguns aspectos não vão de encontro às mesmas, designadamente quanto à qualidade dos conteúdos, quanto às bibliografias e à não actualização dos programas pela maioria das IES. Porém, concordamos com tais asserções e realçamos que a qualidade dos conteúdos leccionados quando consubstanciados aos objectivos e à filosofia do ensino influencia a maior competência profissional dos formandos. Da mesma forma, a inovação e adequação do ensino da auditoria dada a realidade do mercado tem vantagens para o tecido empresarial e a sociedade em geral.

Assim, é preciso uma definição clara dos critérios de selecção dos docentes, sem esquecer a relevância do conhecimento prático necessário para as áreas técnicas.

A capacitação pedagógica deve ser dito em conta por parte das instituições de ensino superior angolanas, uma vez que a ausência desta ferramenta pode influenciar negativamente no sucesso de todo um processo e das partes envolvidas. Porém, para um ensino superior cada vez melhor é necessário as escolas potenciar as salas de aulas de modo a se tirar proveito dos incrementos dos recursos tecnológicos que possam facilitar na transmissão de certos conteúdos.

As escolas devem criar e potenciar igualmente as bibliotecas e salas de leituras com livros e outras fontes de consultas relevantes e imprescindíveis para os alunos e não só.

As parcerias e aproximação com as instituições profissionais e entre escolas são essenciais no aumento e recolha de conhecimento, pois, permite a harmonização e uniformização dos conteúdos leccionados, uma vez conciliados os objectivos da actividade académica e a prática profissional.

Um incentivo a qualificação especializada do corpo docente e formação complementar na área, bem como a produção científica tendem a habilitar e proporcionar maior segurança a este profissional quanto as matérias que vai leccionar, garantindo deste modo a transmissão de conhecimentos com maior consistência.

Quanto à óptica quantitativa, as hipóteses associadas ao modelo de análise do estudo realizado que agora se relembram (ver quadro 09) foram parcialmente validadas na medida em que existe aspectos relevantes a melhorar, conforme realçamos nas conclusões seguintes:

H1: No que se refere a qualidade do ensino, verificou-se que os conteúdos leccionados não estão todos em harmonização com os temas relevantes à luz dos organismos que regulam a auditoria, 100% das IES não têm alguma parceria com tais organismos e a consequente não afiliação dos professores que leccionam as disciplinas de auditoria (66,66%), a falta de qualificação específica de alguns professores, e apenas 2 de todos docentes inquiridos têm formações complementares na área.

Conclui-se ainda que apenas uma escola (25%) ofereceu curso de capacitação pedagógica aos docentes nos últimos 5 anos. A carência de bibliografia nas escolas (57%), bem como ausência de estudos locais (27%) figuram entre as principais dificuldades no processo de ensino-aprendizagem da auditoria.

H2: Relativamente a utilidade da auditoria dada as matérias leccionadas, vê-se conteúdos programáticos desajustados e sua não reformulação dado as expectativas e evolução da actividade, apenas dois (2) cursos apresentam bibliografias actualizadas e 100% dos programas analisados não estão uniformizados com as restantes escolas da mesma região universitária.

H3: Quanto aos valores associados ao desenvolvimento da profissão, verificou-se tal como já referido, a inexistência de parcerias com as entidades profissionais, a falta de seminários e palestras com profissionais ligado a área (0%); os próprios professores (57%) apontam a fraca divulgação desta área de saber no País tem contribuído em 75% para a fraca absorção dos formandos ao mercado de trabalho.

De um modo genérico pode-se concluir perante a análise feita que o ensino da auditoria nas IES na Região Académica III, no norte de Angola, parece não assegurar no seu todo aos formandos as competências necessárias à sua integração e desenvolvimento profissional na área de auditoria. Porém, as exigências na leccionação da disciplina podem variar de escola para escola, tendo em conta o grau de relevância no plano de estudos de cada curso.

Com este estudo foi possível obter uma imagem da realidade do ensino de auditoria na região universitária em causa, dos conteúdos programáticos leccionados, dos docentes que leccionam. Desta forma, espera-se que as IES de Angola, sobretudo, as da Região em foi desenvolvido o estudo possam se servir deste como um contributo valioso para o melhoria do processo de ensino-aprendizagem, tendo em conta as expectativas dos alunos e a utilidade dos conhecimentos no mercado de trabalho.

Limitações do estudo

Pelo facto de ter delimitado o âmbito do estudo apenas na região académica III que corresponde apenas duas das dezoito províncias de Angola, dado as dificuldades de comunicação e transporte bem como a inexistência de estudos análogos no nosso País limitou de certo modo a pesquisa.

Teria sido interessante aplicar um questionário *on-line* às escolas e docentes caso a cultura tecnológica e o seu acesso estivessem no nível acima da média. Nesta óptica foi necessário um esforço árduo no sentido de contactar pessoalmente e por via telefónica as entidades e ir sensibilizando-os permanentemente no sentido de colaborarem em responder os questionários em sua posse.

Tem-se a noção que nas respostas obtidas o efeito “desejabilidade” pode estar à influenciar algumas questões.

Linhas de investigações futuras

Dado o interesse pela temática e o desafio do Governo em geral, e do Ministério do ensino Superior, em particular, na melhoria no subsistema do ensino superior em toda a extensão do território nacional, sugiro como linhas para estudos posteriores, uma análise similar, alargando a região e se possível incluir outras instituições profissionais privadas e públicas que oferecem formações nesta área de auditoria.

Seria também interessante fazer um estudo qualitativo através da entrevista com os responsáveis das IES e com os respectivos alunos para poder tirar conclusões mais consubstanciadas.

Referências Bibliográficas

- ACSS - Associação Central do Sistema de Saúde, I.P. (2007). *Manual de Auditoria Interna - Hospitais*. Disponível em: http://www.acss.min-saude.pt/Portals/0/InFormacao/ACSS_MAI_Hospitais_Partel.pdf;
- Albino, F. M. (2014). As exigências de formação dos auditores internos – Continuing Professional Educations (CPE). I Fórum de Auditoria Interna das Autarquias. *Auditoria Interna / IPAI*, 54, 34-40;
- Almeida, B. J. M. (2005). *Auditoria e Sociedade – Diferenças de Expectativas*. Publisher Team, Lisboa;
- American Institute of Certified Public Accountants. (2006) *Statements on Auditing Standards (Reviewed)*. Disponível em: <http://www.aicpa.org/Research/Standards/AuditAttest/Pages/clarifiedSAS.aspx>;
- Araújo, I. P. S. (2004), *Introdução à Auditoria Operacional*, editora FGV, 2ª edição, Rio de Janeiro (RJ);
- Arends, R. I. (2008). *Aprender a Ensinar*. 7ª edição. McGraw-Hill, Lda. Madrid;
- Behrens, M. A. (2007). *O paradigma da complexidade na formação e no desenvolvimento profissional de professores universitários*. Porto Alegre.
- Boaventura, E. M. (2004). *Metodologia de Pesquisa: monografia, dissertação, tese*. Atlas. São Paulo;
- Boynton, W. C., & Johnson, R. N. (2006). *Modern Auditing: Assurance services and the integrity of financial reporting*. 8th edition, Wiley;
- Cañibano, Leandro. (1996). *Curso de Auditoria Contable*. Edições Pirâmide, S.A. Madrid;
- Cardozo, J. S. S. (2013). *Origem e conceitos de auditoria*. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, 2(2), 27-36;
- Carmichael, D. R., Willingham, J. J., & Schaller, C. A. (1989). *Auditing concepts and methods: A guide to current auditing theory and practice*. McGraw-Hill;
- Carneiro, Alberto. (2001). *Auditoria de Sistemas de Informação*. FCA-Editora de Informática, Lda. Lisboa;
- Chambers, Richard. (2012). *The Top Internal Audit Skills Being Recruited in 2012*. Disponível em: <https://iaonline.theiia.org/the-top-internal-audit-skills-being-recruited-in-2012>;
- Chambers, Richard & McDonald, Paul. (2013). *7 Attributes of Highly Effective Internal Auditors*. Robert Half International Inc. and The Institute of Internal Auditors. Disponível em:

<https://global.theiia.org/news/Documents/7%20Attributes%20of%20Highly%20Effective%20Internal%20Auditors.pdf>;

Coaud- coordenadoria de auditoria interna. (2008). *Manual de Auditoria Interna*. 2ª versão; disponível : <http://www.conab.gov.br/conabweb/download/nupin/ManualdeAuditoriaInterna.pdf>;

Committee of Sponsoring Organizatins of the Treadway Commission. (1994). *Internal Control - Integrated Framework. Two-Volume edition*. Disponível em: <http://www.snai.edu/cn/service/library/book/0-Framework-final.pdf>;

Committee of Sponsoring Organizatins of the Treadway Commission. (2013). *Internal Control - Integrated Framework - Executive Summary*; Disponível em: http://www.coso.org/documents/coso%202013%20icfr%20executive_summary.pdf;

Committee of Sponsoring Organizatins of the Treadway Commission. (2013). *Controle Interno - Estrutura Integrada (Tradução livre do original em inglês) - Sumário Executivo*. Disponível em: http://www.iiabrasil.org.br/new/2013/downs/coso/COSO_ICIF_2013_Sumario_Executivo.pdf;

Costa, C. B. & Alves, G. C. (2013). *Contabilidade Financeira*. Rei dos Livros, 8ª edição, Lisboa;

Costa, C. B. (2014). *Auditoria Financeira: teoria e prática*. Rei dos Livros, 10ª edição, Lisboa;

Dias, A. S. P. (2002). *A participação da mulher nas decisões estratégicas das organizações*. Visus Editoras. 2002;

Duarte, L. S. (2010). *Relatório de Estágio: Auditoria Financeira*. Faculdade de economia. Universidade de Coimbra;

Echaudemaison, C. D. (2001). *Dicionário de Economia e Ciências Sociais*. Porto editora;

Europeia, J. O. (2013). Diretiva 2013/34/UE. Jornal Oficial da União Europeia. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32013L0034&rid=1>;

Franco, H. & Marra, E. (2000). *Auditoria Contábil*. 3ª edição. Atlas, São Paulo;

Franco, A. A. D., & Reis, J. A. G. (2004). *O Papel da Auditoria Interna nas Empresas*. VIII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e IV Encontro Latino Americano de Pós-Graduação.

Freire, Paulo. (2010). *Pedagogia da Anatomia – saberes necessários à prática educativa*. Editora Paz e Terra. São Paulo;

Gomes, J. M. S. (2009). *O trabalho docente no contexto angolano – a postura crítica, criativa e científica como requisitos fundamentais*. Paidéia-revista do curso de pedagogia da Faculdade de Ciências humanas e Sociais/FUMEC. Nº 6 (11-24);

Governo da República de Angola. (2001). *Estratégia Integrada Para a Melhoria do Sistema de Educação - 2001-2015*. Conselho de Ministros. Luanda.

Guerra, F. M. (2011). *Formação do Auditor nas Instituições de Ensino Superior e a Capacitação Profissional nas Firms de Auditoria*. Monografia de Bacharelato - Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Económicas da Universidade Federal de Goiás. Goiânia;

Instituto Português de Auditoria Interna. (2009). *Enquadramento Internacional de Práticas Profissionais de Auditoria Interna*;

Institute of Internal Auditors. (2012). *The IIA's Global Model Internal Audit Curriculum*. Disponível em: <https://na.theiia.org/about-us/about-ia/Academic%20Relations%20Documents/Global%20Model%20Internal%20Audit%20Curriculum.pdf>;

Institute of Internal Auditors. (IIA). (2013). *Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna*. 2ª versão (revisadas e traduzidas);

International Federation of Accountants. (2008). *Handbook of International Auditing, Assurance, and Ethics Pronouncements*. International Federation of Accountants;

International Federation of Accountants. (2009). *Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) Clarificadas*;

Lafortune, Louise & Saint-Pierre, Lise. (2001). A Afectividade e a Metacognição na Sala de Aula. Instituto Piaget. Lisboa;

Lough, J. R., & Murray, T. S. (1997). *Teaching audit--lessons from summative assessment*. *British journal of general practice*. 47(425), 829-830;

Machado, L. S, Guerra, F. M, & Machado, M.R. R. (2014). *Formação do Auditor nas Instituições de Ensino Superior e a Capacitação Profissional nas Firms de Auditoria*. Universidade Federal de Goiás. Goiânia;

Miranda, G., Nova, S. & Cornacchione, J. (2012). *Dimensões da Qualificação Docente em Contabilidade – um estudo por meio da técnica delfi*. In XII congresso USP de controladoria e contabilidade. São Paulo;

Morais, Georgina & Martins Isabel. (2013). *Auditoria Interna- Função e Processo*. Editora Áreas. 4ª edição;

Morais, M. G. C. T. (2008). *A importância da auditoria interna para a gestão: caso das empresas portuguesas*. In 18º Congresso Brasileiro de Contabilidade (pp. 1-15);

Ndirangu, Caroline. (2011). *Métodos de Ensino*;

Oliveira, V. & Silva, R. (2012). *Ser bacharel e professor: dilema na formação de docentes para educação profissional e ensino superior*. *Holos*. Vol. 2 (28), p.198-205;

Pérez, J. F. B. (2009). *Coaching para Docentes – Motivar para o Sucesso*. Porto Editora. Porto;

Pessôa, J. M. (2007). *A génese da profissão docente em contabilidade na UFMG: identidade e perspectivas*. Universidade Federal de Minas Gerais. Minas Gerais;

Pinheiro, Joaquim Leite; Auditoria Interna – Auditoria Operacional - Manual Prático para Auditores Internos. (2010). Rei dos Livros. 2ª edição;

Raupp, F. M., & Beuren, I. M. (2003). Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*, 3, 76-97;

Ricardino Filho, Á. A. (2002). *Auditoria: ensino acadêmico x treinamento profissional. Tese de Doutorado – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo*;

Rios, T. A. (2007). *Ética e Competência. 17ª edição. Cortez Editora. São Paulo*;

Rocha, A. P. M. (2013). *O Sistema de Controlo Interno nas Instituições de Ensino Superior - Estudo de Caso. Instituto superior de Contabilidade e Administração do Porto*;

Silva, A. P. (2008). *A percepção dos Profissionais de Auditoria Quanto ao Ensino da Auditoria Contábil nos Cursos de Graduação em Ciências Contábeis do Brasil. Dissertação de Mestrado- Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, Universidade Federal de Paraíba e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Brasília*;

Shiroma, E. O. & Evangelista, O. (2003). *Um fantasma ronda o professor: a mística da competência*;

Sousa, M. J. & Baptista, C. S. (2011). *Como Fazer Investigação, Dissertações, Teses e Relatórios – segundo bolonha. Pactor. Lisboa*;

Turoff, M., Chumer, M., Hiltz, S. R., Klashner, R. M., Alles, M., Vasarhelyi, M., & Kogan, A. (2004). *Assuring homeland security: continuous monitoring, control and assurance of emergency preparedness. Journal of Information Technology Theory and Application (JITTA)*, 6(3), 3;

Tribunal de Contas. (1999). *Manual de Auditoria e de Procedimentos. Volume I*. Disponível em: <http://www.tcontas.pt/pt/actos/manual/Manual.pdf>;

Vilela, M. S. S. (2008). *Uma Contribuição para o Ensino-aprendizagem da Disciplina de Auditoria Contábil. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*;

Yin, R. K. (2003). *Estudo de Caso – Planejamento e Métodos. 2ª edição.. Bookman. São Paulo*;

Legislação

Directiva 2006/43/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de Maio, relativa à revisão legal das contas anuais e consolidadas;

Obrigatoriedade de apresentação de demonstrações financeiras auditadas - Decreto nº 38/00, DR, I Série - Nº 40, de 6 de Outubro;

Estatutos da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola - Decreto nº 232/10, DR, I Série - Nº 193, de 11 de Outubro;

Lei da Contabilidade e Auditoria, Lei 03-01, DR, I Série - Nº 14, de 23 de Março;

Recomendação Técnica n.º 11. (1994). Revisão da Informação Financeira Prospectiva. Manual do Revisor Oficial de Contas;

Criação das regiões académicas de Angola – Decreto nº5/09, DR, I Série - Nº 64, de 7 de Abril;

Criação da Região Académica VIII – Decreto Presidencial nº188/14, DR, I Série – N 143, de 04 de Agosto;

Links:

As oito (8) Regiões Académicas de Angola - <http://bit.ly/educacaoAngola>, consultado em 08/02/2015, às 13h51.

Anexo I – Programa da disciplina de Auditoria e Revisão de Contas (I e II) usado pela FEUON/ Curso de Contabilidade e Auditoria

REGIÃO ACADÉMICA III
UNIVERSIDADE 11 de NOVENBRO
FACULDADE DE ECONOMIA

Unidade Curricular: Auditoria e Revisão de Contas I

Área Científica: Ciência de Gestão

Carga Horária: 6 horas / Semana

Total de Horas de Contacto: 84 horas / Semestre

Objectivos

- Sensibilizar os alunos para a importância da auditoria financeira e para a existência de outros tipos de auditoria, dotando-os de uma visão mais crítica e independente acerca do relato financeiro e do controlo interno das entidades.
- Dar a conhecer os conceitos e aspectos fundamentais inerentes à profissão e ao processo de auditoria, incluindo as funções dos auditores e revisores oficiais de contas, os princípios e normas por que se regem e respectivas responsabilidades.
- Aprender os objectivos e principais procedimentos de auditoria a desenvolver nas diversas áreas das demonstrações financeiras e tipos de relatórios a emitir.

Objectivos de Aprendizagem

- Analisar de forma crítica a informação financeira e identificar áreas chave ou de risco;
- Fazer o levantamento dos sistemas contabilísticos e de controlo interno das entidades e proceder ao correspondente registo;
- Avaliar os riscos inerente e de controlo;
- Executar testes de controlo como forma de proporcionar confiança nos respectivos sistemas;
- Definir objectivos para cada área de trabalho e estabelecer os correspondentes programas;
- Executar procedimentos substantivos relativamente às diferentes áreas das demonstrações como forma de obter evidência de auditoria;
- Definir os ajustamentos e reclassificações indispensáveis a uma adequada informação financeira;
- Avaliar a suficiência e adequação da prova obtida;
- Extrair conclusões que suportem o relato de auditoria.
- Relatar as conclusões da auditoria.

Conteúdos Programáticos

1. Introdução – A auditoria e o seu meio envolvente

- 1.1. A importância da informação financeira e o dever de prestar contas
- 1.2. Conceito e objectivos de auditoria financeira
- 1.3. Outros tipos de auditoria
- 1.4. A evolução histórica da auditoria a nível mundial
- 1.5. A auditoria em Angola
- 1.6. Normas de auditoria: principais organismos emissores
- 1.7. Ética e deontologia profissional: códigos de ética do IFAC e da OCPCA

2. Planeamento e organização do trabalho de auditoria

- 2.1 As diferentes fases de uma auditoria: compromisso, planeamento, execução e relatórios.
- 2.2 A importância do conhecimento da entidade e dos seus sistemas de informação e de controlo interno.
- 2.3 Os conceitos de materialidade e de risco e sua influência na definição da estratégia de auditoria.

3. Controlo interno para o trabalho do auditor

- 3.1. Conceitos e objetivos do controlo interno
- 3.2. Tipos de controlo interno e seus elementos fundamentais
- 3.3. Limitações de um sistema de controlo interno
- 3.4. Formas de recolher e de registar um sistema de controlo interno
- 3.5. Sugestões para a melhoria dos procedimentos contabilísticos e das medidas de controlo interno.

4. Prova em auditoria

- 4.1. Conceito, importância e credibilidade da prova
- 4.2. Procedimentos para a obtenção de provas (procedimentos gerais)
- 4.3. Testes de auditoria: Testes aos controlos e testes substantivos
- 4.4. Técnicas de seleção de amostras em auditoria
- 4.5. A documentação de prova ("dossier" permanente e "dossier" corrente)
- 4.6. Auditoria num ambiente de sistemas de tecnologias de informação

5. Auditoria às demonstrações financeiras

- 5.1. Meios Líquidos Financeiros
 - 5.1.1. Principais aspetos de natureza contabilística
 - 5.1.2. Medidas de controlo interno
 - 5.1.3. Objetivos e procedimentos de auditoria
 - 5.1.4. Exemplo dos principais mapas de trabalho.
- 5.2. Pessoal
 - 5.2.1. Principais aspetos de natureza contabilística
 - 5.2.2. Medidas de controlo interno
 - 5.2.3. Objetivos e procedimentos de auditoria
 - 5.2.4. Exemplo dos principais mapas de trabalho.

Conteúdos Programáticos

1. Auditoria às demonstrações financeiras (continuação)

- 1.1. Compras de bens e serviços e dividas a pagar
 - 1.1.1. Principais aspetos de natureza contabilística
 - 1.1.2. Medidas de controlo interno
 - 1.1.3. Objetivos e procedimentos de auditoria
 - 1.1.4. Exemplo dos principais mapas de trabalho.
- 1.2. Existências e custo das existências vendidas e consumidas
 - 1.2.1. Principais aspetos de natureza contabilística
 - 1.2.2. Medidas de controlo interno
 - 1.2.3. Objetivos e procedimentos de auditoria
 - 1.2.4. Exemplo dos principais mapas de trabalho.
- 1.3. Imobilizações
 - 1.3.1. Principais aspetos de natureza contabilística
 - 1.3.2. Medidas de controlo interno
 - 1.3.3. Objetivos e procedimentos de auditoria
 - 1.3.4. Exemplo dos principais mapas de trabalho.
- 1.4. Investimentos financeiros
 - 1.4.1. Principais aspetos de natureza contabilística
 - 1.4.2. Medidas de controlo interno
 - 1.4.3. Objetivos e procedimentos de auditoria
 - 1.4.4. Exemplo dos principais mapas de trabalho.
- 1.5. Vendas, prestações de serviços e dividas a receber
 - 1.5.1. Principais aspetos de natureza contabilística
 - 1.5.2. Medidas de controlo interno
 - 1.5.3. Objetivos e procedimentos de auditoria
 - 1.5.4. Exemplo dos principais mapas de trabalho.
- 1.6. Capital Próprio
 - 1.6.1. Principais aspetos de natureza contabilística
 - 1.6.2. Medidas de controlo interno
 - 1.6.3. Objetivos e procedimentos de auditoria
 - 1.6.4. Exemplo dos principais mapas de trabalho
- 1.7. Acréscimos e diferimentos
 - 1.7.1. Principais aspetos de natureza contabilística
 - 1.7.2. Medidas de controlo interno
 - 1.7.3. Objetivos e procedimentos de auditoria
 - 1.7.4. Exemplo dos principais mapas de trabalho
- 1.8. Provisões
 - 1.8.1. Principais aspetos de natureza contabilística
 - 1.8.2. Medidas de controlo interno
 - 1.8.3. Objetivos e procedimentos de auditoria
 - 1.8.4. Exemplo dos principais mapas de trabalho

2. Conclusão da Auditoria

- 2.1 .Acontecimentos subsequentes
- 2.2 .Confirmações dos advogados
- 2.3 . Declaração do órgão de gestão
- 2.4 .Ajustamentos e reclassificações de auditoria
- 2.5 .Apreciação da forma como estão apresentadas as Demonstrações Financeiras
- 2.6 .Revisão global do trabalho

3. Relatórios de auditoria

- 3.1. Introdução
- 3.2. A designação do documento
- 3.3. Certificação legal das contas
- 3.4. Os vários tipos de opinião

Bibliografia

Normas

- 1) Plano Geral de Contabilidade Angolano (Decreto Lei nº 82/01 de 16 de Novembro);
- 2) Lei das Sociedades Comerciais (Artigos 432 a 446);
- 3) ISA –International Standards of Auditing;
- 4) Decreto Presidencial nº 232/10 (Aprovação dos estatutos da OCPCA), DR, I Série- Nº193, de 11 de Outubro;
- 5) Resolução nº 6/01, DR, I Série- Nº11, de 06 de Março;
- 6) Lei nº 03/01 (Lei da Contabilidade e Auditoria), DR, I Série – Nº 14, de 23 de Março;
- 7) Lei nº 10/01 (Alteração da figura de Técnico de Contas), DR, I Série – Nº 25, de 25 de Abril;
- 8) Decreto nº 36/01, DR, I Série – Nº 39, de 29 de Setembro.

Livros

1) De Referência

- COSTA, Carlos Baptista (2014). **Auditoria Financeira: teoria e prática**. 10ª Edição, Rei dos Livros.
- ALMEIDA, Bruno Machado (2014). **Manual de Auditoria Financeira: uma análise integrada baseada no risco**, Escolar Editora
- ALMEIDA, R., MIRANDA, S., NOGUEIRA, A., ALEIXO, R. e NUNES, R. (2014): **Plano Geral de Contabilidade Angolano: casos práticos e exercícios resolvidos**. ATF - Edições Técnicas.
- ALMEIDA, R., MIRANDA, S., NOGUEIRA, A., ALEIXO, R. e NUNES, R. (2014): **Plano Geral de Contabilidade Angolano: Explicado**. ATF - Edições Técnicas.
- COSTA, Carlos Baptista e ALVES, Gabriel C. (2011). **Casos Práticos de Auditoria**. Rei dos Livros, Lisboa, 6ª Edição.

- ARENS, Alvin, LOEBBECKE, James (2011). **Auditing:An Integrated Approach**. Prentice-Hall, 14ª Edição New Jersey.
- COSTA, Carlos Baptista (2010). **Contabilidade Financeira**. Rei dos Livros, 7ª Edição Lisboa.
- PORTER, Brenda, SIMON, John & HATHERLY, David (2008). **Principles of External Auditing**. Willey & Sons, 3ª Edição.
- ATTIE, William (2000). **Auditoria: Conceitos e Aplicações**. 3ª Edição, Atlas, São Paulo, 2000.

2) Complementar

- BREALEY, Richard e MYERS, Stewart (1996). **Princípios de Finanças Empresariais**. McGraw- Hill, 5ª Edição, Portugal.
- NEVES, João (2006). **Análise Financeira: Técnicas fundamentais**. Texto Editores, 1ª Edição, Lisboa
- MENEZES, H. Caldeira (2005). **Princípios de Gestão Financeira**. Editorial Presença, 10ª Edição, Lisboa.
- REILLY, Donald, GLEZEN, William (1997). **Auditing an Assertions Approach**, Wiley, 7ª Edição, New York.
- BOYNTON, William, KELL, Walter (1996). **Modern Auditing**, Wiley, 6ª Edição, New York.
- COSTA, Carlos Baptista (1995). **Revisores Oficiais de Contas – Principais Preceitos Jurídicos e Técnicos**. Rei dos Livros, Lisboa.
- VALDERRAMA, J. L., CASTANEDO, N. T., E MAESTRE, J. P. (1992). **Metodologia Prática de uma Auditoria de Cuentas**. Duesto, Bilbao.
- BROMAGE, Mary C. (1984). **Writing Audit Reports**. Mcgraw-Hill, 2ª Edição, Colorado Spring.

Avaliação

O processo de avaliação da disciplina será feito de acordo com o regime constante no regulamento da Faculdade de Economia da Universidade 11 de Novembro.

Anexo II – Programa da disciplina de Auditoria Financeira usado pela FEUON/ Curso de Gestão de Empresas



Faculdade de Economia

Disciplina: AUDITORIA

CAPÍTULO 1 –INTRODUÇÃO

- 1.1 A auditoria financeira como consequência da necessidade de informação financeira credível
- 1.2 Outros tipos de auditoria
 - 1.2.1 Auditoria interna
 - 1.2.2 Auditoria operacional
 - 1.2.3 Auditoria de gestão
 - 1.2.4 Auditoria previsional ou prospectiva
 - 1.2.5 Auditoria informática
 - 1.2.6 Auditoria social
- 1.3 A evolução histórica da auditoria
- 1.4 A auditoria em Angola
- 1.5 A importância dos princípios contabilísticos geralmente aceites para o auditor
- 1.6 Aplicação do cálculo financeiro em auditoria

CAPÍTULO 2 –NORMAS DE AUDITORIA

- 2.1 Introdução
- 2.2 Normas de auditoria do American Institute of Certified Public Accountants (AICPA)
- 2.3 Normas de auditoria da International of Accountants (IFAC)
- 2.4 Normas de auditoria da ex-Union Européenne des Experts Comptables Economiques et Financiers (OEC), hoje Federation des Externs Comptbles Européennes (FEE)
- 2.5 Documentação técnica emitida pela Ordem dos Revisores Oficiais de contas (CROC)

CAPÍTULO 3 –A PROFISSAO DE AUDITOR

- 3.1 A obtenção da qualificação profissional
- 3.2 A forma de exercer a actividade profissional
- 3.3 A ética e a deontologia profissional do auditor
 - 3.3.1. Conceitos fundamentais
 - 3.3.2. O código de Ética da IFAC
 - 3.3.3. O código de Ética e Deontologia profissional da CROC

CAPÍTULO 4 – COMPROMISSO E PLANEAMENTO DE UMA AUDITORIA

- 4.1 Introdução
- 4.2 A carta compromisso de auditoria
- 4.3 Conhecimento do negocio
- 4.4 Compreensão dos sistemas contabilísticos e de controlo interno
 - 4.4.1. Sistema contabilístico
 - 4.4.2. Sistema de controlo interno
 - 4.4.3. Auditoria num ambiente de sistemas de informação computadorizados
- 4.5 Materialidade e risco
 - 4.5.1. A materialidade em auditoria

- 4.5.2. A materialidade em auditoria
- 4.5.2. Determinação dos risco de auditoria
- 4.6 Natureza, tempestividade e extensão dos procedimentos de auditoria
- 4.7 Coordenação, direcção, supervisão e revisão da auditoria

CAPÍTULO 5 –CONTROLO INTERNO

- 5.1 Objectivos do controlo interno
- 5.2 Tipos de controlo interno e seus elementos fundamentais
- 5.3 Limitações do controlo interno
- 5.4 Formas de recolher e de registar os sistemas contabilístico e de controlo interno

- 5.4.1. Questionários padronizados
- 5.4.2. Narrativas
- 5.4.3. Fluxogramas
- 5.4.3 Forma mista
- 5.5 Sugestões para a melhoria dos sistemas contabilístico e de controlo interno

CAPÍTULO 6 –A PROVA DE AUDITORIA

- 6.1 Obtenção de prova e procedimentos de auditoria
 - 6.1.1. Técnicas de selecção de amostras em auditoria
 - 6.1.2. Testes de controlo
 - 6.1.3. Procedimentos substantivos
 - 6.1.4. Auditoria de estimativas contabilísticas
 - 6.1.5. Acontecimento subsequentes
 - 6.1.6. Declaração do órgão de gestão
 - 6.1.7. Situação especiais
 - 6.1.7.1. Primeiras auditorias – Saldos de abertura
 - 6.1.7.2. A utilização do trabalho de outros auditores e de peritos
 - 6.1.7.3. Partes relacionadas
 - 6.1.7.4. Continuidade
- 6.2 A documentação da prova
 - 6.2.1. Dossier permanente
 - 6.2.2. Dossier corrente
 - 6.2.2.1 Programa de trabalho
 - 6.2.2.2. Mapas de trabalho
 - 6.2.2.3. Ajustamentos e reclassificações

6.3 Fraudes e erros

CAPÍTULO 7 –AUDITORIA AO BALANÇO E AS DEMOSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

- 7.1 Introdução
- 7.2 Disponibilidades
 - 7.2.1. Alguns aspectos de natureza contabilística
 - 7.2.2. Medidas de controlo interno
 - 7.2.2.1. Introdução
 - 7.2.2.2. Pagamentos em dinheiro
 - 7.2.2.3. Pagamentos através dos Bancos
 - A) Pagamentos por cheques
 - B) Pagamentos por transferência bancária ou por conta a conta
 - C) Ordens permanentes de pagamentos
 - 7.2.2.4 Depósito diário e integral de todos os recebimentos
 - A) Valores recebidos pelo correio
 - B) Valores recebidos através de cobradores
 - C) Valores recebidos directamente na Tesouraria
 - D) Valores recebidos por via de vendas a dinheiro
 - 7.2.2.5. Elaboração de reconciliações bancárias
 - 7.2.3. Questionários de controlo interno
 - 7.2.4. Objectivos de auditoria
 - 7.2.5. Procedimentos de auditoria
 - 7.2.5.1. Inspecção ou contagem da caixa
 - 7.2.5.2. Confirmação dos saldos das contas de depósitos bancários e de títulos negociáveis
 - 7.2.6 . Programa de auditoria
- 7.3 Compras de bens e serviços, pessoal e dividas a pagar
 - 7.3.1. Alguns aspectos de natureza contabilística
 - 7.3.2. Medidas de controlo interno
 - 7.3.3. Questionário de controlo interno
 - 7.3.4. Objectivos de auditoria
 - 7.3.5. Procedimentos de auditoria
 - 7.3.6. Programa de auditoria
- 7.4 Existências e custo das existências vendidas e consumidas
- 7.5 Imobilizações
- 7.6 Investimentos financeiros
- 7.7 Vendas, prestações de serviços e dívidas a receber

7.8 Acréscimos e diferimentos (activos e passivos)

7.9 Provisões para riscos e encargos

7.10 Capital próprio

CAPÍTULO 8 – RELATORIOS E PARECERES DE AUDITORIA

8.1 Introdução

8.2 A designação do documento

8.3 A certificação legal das contas (CLC)

8.4 Relatório de auditoria modelos estrangeiros.

Bibliografia:

□ Auditoria financeira. Teoria e Prática

Autor: Carlos Baptista da Costa

Editora: Rei dos Livros (a)

□ Exercícios Práticos: Carlos Baptista da Costa

Editora: Rei dos Livros

□ Calculo Financeira

de Solival Silva e Menezes

□ Plano de Contas de Empresas (Ex-PCN)

□ Plano de contas dos Bancos

□ “Student s Manuel of Auditing”

Editor: Coopers Lybrand (b)

□ Código das Sociedades Comerciais (sobretudo os artigos 262º e 413º a 446º)

Anexo III – Programa da disciplina de Auditoria Financeira (I e II) usado pelo ISPC/ Curso de Gestão e Contabilidade

UPRA
Projecto Pedagógico 2008
Cabinda

SUMÁRIO

A disciplina comporta uma parte metodológica e outra aplicativa, permitindo o conhecimento de alguns modelos de organização do controlo interno nas empresas e a técnica de execução da auditoria financeira.

OBJECTIVOS

A disciplina constitui o prolongamento das outras disciplinas:

- Contabilidade, porque ela acrescenta a dimensão da revisão de contas por área estudada;
- O.G.E , porque a auditoria tem como base de estudo a organização das áreas e da empresa na sua totalidade;
- Fiscalidade, porque a auditoria tributária está intimamente ligado ao conhecimento do sistema fiscal em vigor no país;
- Análise Financeira, para auscultar a posição económica financeira da empresa;
- Gestão Financeira, para verificar as previsões, as origens, aplicações e o controlo tanto da tesouraria como do investimento.
- Levar os alunos no entendimento como realizar uma missão da auditoria em geral e da auditoria financeira em particular;
- Estigmatizar a técnica de controlo externo, seu modo de aplicação a partir de percepção dos riscos trazidos pela fraqueza do sistema organizacional e mostrar os procedimentos das reclassificações e ajustamentos da revisão das contas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Introdução

- Problemática e a justificativa da auditoria
- Bibliografia

Abordagem teórica da auditoria(Parte metodológica)

- Definição e objectivo
- Missão do auditor
- Tipologia da auditoria
- Tipologia da auditoria segundo Jean Raffegau
- Normas de trabalho de auditoria
- Principais etapas da auditoria
- Conhecimento da empresa e o seu ambiente
- Objectivos
- Componentes
- Procedimento de recolha de dados
- Conteúdo do questionário

Dossier de auditoria

- Programa de trabalho
- Papeis de trabalho

Avaliação do controlo interno

- Definição e sua forma
- Formas de recolher e registar o sistema de controlo interno
- Modelos de controlo interno
- Teste de controlo interno

Revisão de contas

- Razão da sua utilização
- Preocupações de um exame de contas

Redacção do relatório

- Razão de ser
- Tipologia
- Estilo de um relatório

Alguns modelos da organização do CI nas empresas

- Organização do CI no ciclo das vendas
- Organização do CI no ciclo das compras
- Organização do CI no ciclo da fabricação

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A Avaliação de Ensino Aprendizagem tem como referencial as directrizes contidas no Regulamento da UPRA.

A avaliação de conhecimentos é feita através da avaliação contínua e de exame final em cada disciplina.

A avaliação contínua é a avaliação que o docente faz do estudante ao longo do ano ou semestre lectivo, em aulas práticas, testes obrigatórios ou facultativos, exposições, trabalhos escritos, práticas de laboratório, trabalhos de campo e outros, de acordo com a especificidade de cada disciplina.

É obrigatória a realização de provas parcelares para cada disciplina, num mínimo de três para as disciplinas anuais e de duas para as disciplinas semestrais, sem prejuízo para especificidade a aplicar em casos devidamente justificados.

Os resultados da avaliação contínua são publicados 48 horas antes da realização de exame final.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA



Universidade Lusíada de Angola

**FACULDADE DE CIÊNCIAS
ECONÓMIAS**

CURSO: CONTABILIDADE DE GESTAO

**PROGRAMA DE
AUDITORIA E REVISÃO DE CONTAS**

ANO LECTIVO 2004/2005
4º.ANO - ANUAL
CARGA HORÁRIA - h

IV- PERCURSO TEÓRICO

- É o seguinte o percurso teórico da disciplina:

1 - Apresentação, introdução ao programa e bibliografia

Definição de Auditoria.

Tipos de Auditoria

Normas de Auditoria.

Princípios e normas de contabilidade

2 - Normas e recomendações técnicas de contas da OROC

- a) Princípios básicos que regem a revisão de contas
- b) Planeamento, materialidade e risco de auditoria
- c) Sistemas contabilísticos e de controlo interno
- d) Avaliação do risco de controlo interno
- e) Evidência na auditoria
- f) Procedimentos e testes de conformidade
- g) Procedimentos e testes substantivos
- h) Organização e conteúdo dos papeis de trabalho
- i) A utilização de um 2º. Auditor no trabalho de auditoria
- j) Procedimentos analíticos
- k) Fraudes e erros
- l) Revisão por amostragem

3 - Directrizes contabilísticas

- a) DC I- Tratamento contabilístico de concentrações de actividades empresariais
(apenas com o objectivo de apreender os conceitos chave que serão utilizados nas directrizes seguintes)

- b) DC3 - Tratamento contabilístico dos contratos de construção
- c) DC7 - Contabilização das despesas de investigação e desenvolvimento
- d) DC8 _ Clarificação da expressão regularizações não frequentes e de grande significado relativamente à conta 59 - Resultados Transitados
- e) DC9 _ Contabilização nas contas individuais da detentora de partes de capital em filiais e associadas.
- f) DC 13 - O conceito de Justo Valor
- g) DC16 - Reavaliação dos activos imobilizados tangíveis

4 - Relatórios de Auditoria e Certificação Legal de Contas

- * Tipos de opinião:
 - Sem reservas
 - com reservas
 - adversa
 - impossibilidade de opinião
- * Influência dos saldos de abertura nos saldos finais e na Certificação *
- Verificação da aplicação do princípio contabilístico da consistência
- * Eventos subsequentes

V-PERCURSO PRÁTICO

- Com excepção do ponto 1 e 2a) todos os restantes serão cobertos pela realização de exercícios práticos de aplicação, sendo a sua concepção baseada, na maioria dos casos, em situações reais .

Complementarmente serão facultados aos discentes textos de apoio às aulas elaborados pelos docentes da cadeira.

VI-BIBLIOGRAFIA

- A bibliografia da disciplina é composta pelos seguintes livros de consulta:

c> Normas e Directrizes da OROC

c> Auditoria Financeira Teoria e Prática - Carlos Baptista da Costa

c> International Auditing Standards - Edward Stamps and Maurice Moonitz
Prentice -Hall International (Inglaterra)

c> Principles of Auditing - R.K. Mautz and Hussein A. Sharaf
American Accounting Association



Universidade Lusíada de Angola

**FACULDADE DE CIÊNCIAS
ECONÓMIAS**

CURSO: GESTÃO DE EMPRESA

PROGRAMA
DE
AUDITÓRIA E REVISÃO DE CONTAS

ANO LECTIVO 2004/2005
4º.ANO - 2º SEMESTRE
CARGA HORÁRIA - h

PROGRAMA

I - INTRODUÇÃO

- 1.1- A AUDITORIA FINANCEIRA COMO CONSEQUÊNCIA DA NECESSIDADE DE INFORMAÇÃO FINANCEIRA CREDÍVEL
- 1.2- CONCEITO E TIPOS DE AUDITORIA
 - 1.2-1. Conceito
 - 1.2.2. Tipos de Auditoria
- 1.3- REVISÃO OFICIAL DE CONTAS
- 1.4- PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS GERALMENTE ACEITES

II- NORMAS E RECOMENDAÇÕES DE AUDITORIA

- 2.1- Introdução
- 2.2- Normas e recomendações do American Institute of Certified Public Accountants (AICPA)
- 2.3- Normas de Auditoria da *International Federation of Accountants* (IFAC)
- 2.4- Normas de Auditoria da ex- Union Européenne des experts comptables économiques et Financiers (UEC)
- 2.5- Documentação Técnica emitida pela Ordem dos Revisores Oficiais (OROC)

III- ORGANIZAÇÃO DE UMA AUDITORIA

- 3.1- PLANEAMENTO DE UMA AUDITORIA
- 3.2- A CARTA COMPROMISSO DE AUDITORIA
- 3.3- CONHECIMENTO DO NEGÓCIO
- 3.4. COMPREENSÃO DOS SISTEMAS CONTABILÍSTICO E DE CONTROLO INTERNO
 - 3.4.1. Sistema Contabilístico
 - 3.4.2. sistema de controlo interno
 - 3.4.3. Auditoria num ambiente de sistemas de informação computarizados
- 3.5. MATERIALIDADE E RISCO
 - 3.5.1. A materialidade em auditoria
 - 3.5.2. Determinação do risco de auditoria
- 3.6. NATUREZA, TEMPESTIVIDADE E EXTENSÃO DOS PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA
- 3.7. COORDENAÇÃO, DIRECÇÃO, SUPERVISÃO E REVISÃO DA AUDITORIA

IV- CONTROLO INTERNO

- 4.1- INTRODUÇÃO
- 4.2. DEFINIÇÃO
- 4.3. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DOS CONTROLOS CONTABILÍSTICOS
 - 4.3.1. Responsabilidade
 - 4.3.2. Rotinas Internas
 - 4.3.3. Acesso aos Activos
 - 4.3.4. Segregação de funções
 - 4.3.5. Confronto dos Activos com os registos
 - 4.3.6. Integração do sistema
 - 4.3.7. Auditoria Interna
 - 4.3.8. Custos de controlo versus Benefícios
 - 4.3.9. Limitações do controlo interno
- 4.4. DESFALQUES TEMPORÁRIOS E PERMANENTES
- 4.5. LEVANTAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO
- 4.6. TESTES DE OBSERVÂNCIA DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO
- 4.7. AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO E DETERMINAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA

V- PAPÉIS DE TRABALHO

- 5.1- OBJECTIVOS
- 5.2- TIPOS DE PAPÉIS DE TRABALHO
 - 5.2.1. Programa de Auditoria
 - 5.2.2. Papéis elaborados pelo auditor
 - 5.2.3. Outros papéis de trabalho
- 5.3. NATUREZA DOS PAPÉIS DE TRABALHO
- 5.4. TÉCNICAS DE ELABORAÇÃO DE PAPÉIS DE TRABALHO
- 5.5. CODIFICAÇÃO E ARQUIVO DOS PAPÉIS DE TRABALHO**
- 5.6. REVISÃO DOS PAPÉIS DE TRABALHO
- 5.7. CONTROLO FÍSICO DOS PAPÉIS DE TRABALHO
- 5.8. MODELOS DE PAPÉIS DE TRABALHO

VI- AUDITORIA ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- 6.1- INTRODUÇÃO
- 6.2. BALANÇO PATRIMONIAL
- 6.3. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
- 6.4. DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS OU DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DE PATRIMÍNIO LÍQUIDO
- 6.5. DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE FUNDOS
- 6.6. NOTAS EXPLICATIVAS

BIBLIOGRAFIA

- 1- Auditoria Financeira
Carlos Baptista Costa
Edição Rei dos Livros
- 2- Revisores Oficiais de Contas
Carlos Baptista Costa
Edição Rei dos Livros
- 3- Noções Práticas de Auditoria
Carlos Nabais
Editorial Presença
- 4- Contabilidade das Sociedades
Gonçalves Silva; Esteves Pereira
Plátano Editora
- 5- Auditing Concepts and Methods
Douglas Carmichael; R. Willingham
Mc Graw Hill, 1996
- 6- Manual de Casos Práticos
António Borges; Martins Ferrão
Edição Rei dos Livros
- 7- Código das Sociedades Comerciais
- 8- Plano Geral de Contabilidade

Anexo VI – Programa da disciplina de Auditoria Interna usado pela FEUON/ Curso de Contabilidade e Auditoria



REGIÃO ACADÉMICA III
UNIVERSIDADE 11 DE NOVEMBRO
FACULDADE DE ECONOMIA

LICENCIATURA EM CONTABILIDADE E AUDITORIA

__º Semestre / 2015

DISCIPLINA: AUDITORIA INTERNA
3º ANO

Docente(s): _____

Contacto(S): _____

E-mail: _____

PROGRAMA

I - Objetivos

- Proporcionar uma formação adequada em auditoria interna, com realce as características de controlo, gestão de risco e interiorizando o conceito governo das organizações no contexto das boas práticas de gestão;
- Focalizar prioritariamente os conceitos e práticas relacionadas com o processo de auditoria interna, avaliação do sistema de controlo interno, do risco e alguns aspetos relacionados com o governo das organizações e do controlo de gestão.

II – Competências

De um modo geral, ao terminar esta unidade curricular, o aluno deve:

- Conhecer as exigências de auditoria interna tendo em conta o paradigma atual e o seu enquadramento profissional internacional e nacional;
- Ser capaz de compreender e aplicar os pressupostos para a condução de uma auditoria tendo em conta a natureza, objetivos e procedimentos adequados a cada fase e processos;
- Entender a importância do controlo, gestão de risco e avaliação do desempenho.

III - Conteúdo programático

CAPÍTULO I - ENQUADRAMENTO DA AUDITORIA INTERNA

- 1.1 Noção e evolução da Auditoria Interna
 - Auditoria Interna em Angola
- 1.2 Conceito, missão, objetivos e princípios fundamentais
- 1.3 Outros tipos de auditoria
- 1.4 Auditoria financeira vs. Auditoria interna
- 1.5 A função e o posicionamento de auditoria interna
- 1.6 O enquadramento internacional das práticas profissionais de auditoria interna (IIA)
 - 1.6.1 Definição de auditoria interna
 - 1.6.2 Código de ética
 - 1.6.3 As normas internacionais para a prática profissional (standards)
 - 1.6.4 As práticas recomendadas (facultativas)
- 1.7 As certificações em auditoria interna
- 1.8 A formação do auditor interno
- 1.9 Perfil do Auditor Interno

CAPÍTULO II - O CONTROLO INTERNO

- 2.1 Conceito, objetivos e componentes
- 2.2 Fatores que influenciam o controlo interno
- 2.3 Tipos e métodos de controlo interno
- 2.4 Relação com a auditoria interna
- 2.5 Questionário de controlo interno por processos

CAPÍTULO III - A GESTÃO DE RISCOS

- 3.1 Conceitos fundamentais
- 3.2 Tipologia de riscos e Modelos de sua avaliação
- 3.3 Implementação de modelos de gestão de riscos
- 3.4 Processo Matricial de identificação de riscos (matriz de riscos e processos)

CAPÍTULO IV - GOVERNO DAS SOCIEDADES

- 4.1 Noção do Corporate Governance e Razões da sua existência
- 4.2 A relação com a auditoria interna
- 4.3 Enquadramento internacional
- 4.4 Sistemas de Governo das Sociedades

CAPÍTULO V - O PROCESSO DE AUDITORIA INTERNA

- 5.1 O Risco no Processo de Auditoria Interna
- 5.2 Fases de uma auditoria interna
- 5.3 A auditoria operacional ou de gestão
 - 5.3.1 A auditoria e o desempenho organizacional
 - 5.3.2 Os 3 E (eficácia, eficiência e economia)
 - 5.3.3 O processo de uma auditoria operacional
- 5.4 Auditoria às diferentes áreas operacionais

CAPÍTULO VI - AUDITORIA INTERNA E FRAUDE

- 6.1 A Fraude: conceito e elementos
- 6.2 Fraude e Ambiente de Controlo
- 6.3 Responsabilidades pela prevenção, deteção, investigação e reporte
- 6.4 Normas sobre Fraude

- 6.6 Fraude Informática
- 6.8 Sinais de Alerta da fraude

IV - Regime/ metodologia de avaliação

Trabalho prático + prova parcelar (40%)

Exame final escrito (60%)

V – Bibliografia base

- Pinheiro, Joaquim Leite. (2014). Auditoria Interna – Auditoria Operacional - Manual Prático para Auditores Internos; Rei dos Livros, 3ª edição;
- Pinheiro, Joaquim Leite. (2010). Auditoria Interna – Auditoria Operacional - Manual Prático para Auditores Internos; Rei dos Livros, 2ª edição;
- Moraes, Georgina e Martins Isabel. (2013). Auditoria Interna- Função e Processo; Editora Áreas; 4ª edição;
- Marçal, Nelson e Marques, Fernando Luís. (2011). Manual de Auditoria e Controlo Interno no Sector Público. Edições Sílabo, Lda, 1ª edição, Lisboa;
- Beja, Rui. (2004). Risk Management – Gestão, Relato e Auditoria dos Riscos do Negócio; Áreas Editora, Lisboa;
- Institute of Internal Auditors. (IIA). (2013). *Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna. 2ª versão (revisadas e traduzidas)*;
- Araújo, I. P. S. (2004), Introdução à Auditoria Operacional, editora FGV, 2ª edição, Rio de Janeiro (RJ);

Outras referências

Fernandes, Yanett Sulivanda Rocha. (2013). Dissertação. Situação atual e perspetiva futura da auditoria interna em angola. ISCAL;

Costa, Carlos Baptista. (2014). Auditoria Financeira: Teoria e Prática. Rei dos Livros, 10ª edição; Lisboa;

Rodrigues, José Azevedo & Simões, Ana Maria. (2012); Analisar a Performance Financeira – Uma Visão Multidimensional; Áreas Editora, 2ª edição, Lisboa;

ACSS-Associação Central do Sistema de Saúde, I.P. (2007). Manual de Auditoria Interna - Hospitais. Disponível em: http://www.acss.min-saude.pt/Portals/0/InFormacao/ACSS_MAI_Hospitais_ParteI.pdf;

COAUD- coordenadoria de auditoria interna. (2008). *Manual de Auditoria Interna*. 2ª versão; disponível em:

<http://www.conab.gov.br/conabweb/download/nupin/ManualdeAuditoriaInterna.pdf>;

Morais, M. G. C. T. (2008). A importância da auditoria interna para a gestão: caso das empresas portuguesas. In *18º Congresso Brasileiro de Contabilidade* (pp. 1-15).

De Medeiros, A. K., Sergio, L. D. M., & Botelho, D. R. (2004). *A importância da Auditoria e Perícia para o combate a fraudes e erros na Contabilidade das empresas*;

Breia, Arménio, Mata, Mário & Pereira, Vítor; *Análise Económica e Financeira – Aspectos Teóricos e Casos Práticos*; Rei dos Livros, 2014

- TABORDA, Daniel Martins; *Auditoria – Revisão Legal de Contas e Outras Funções do Revisor Oficial de Contas*; Edições Sílabo, Lda, 1ª edição, Lisboa, 2006

Sites Internet:

www.theiia.org
www.globaliia.org
www.coso.org
www.ipai.pt
www.cmvim.pt
www.ipcg.pt
www.deloitte.com

www.oecd.org
www.auditnet.org
www.bdo.pt
www.pwcglobal.com
www.mc2consulting.com
www.iaangola.co.ao

26. AUDITORIA DE GESTÃO

SUMÁRIO

Introdução. Padrões de auditoria. Princípios e normas de contabilidade. Normas de auditoria e organização profissional. Procedimentos e testes de auditoria. A organização de uma auditoria. Controlo interno. Auditoria financeira com aplicação do cálculo financeiro. Auditoria às demonstrações financeiras. Relatórios e pareceres de auditoria.

OBJECTIVOS

Esta disciplina pretende sensibilizar os alunos para a importância da auditoria nas empresas, como instrumento de gestão das mesmas.

- Dotar os alunos com os conhecimentos teóricos no âmbito da auditoria que lhes possibilite apreender, com facilidade, a razão de ser da auditoria, das vantagens e das necessidades que se colocam às empresas modernas;
- Conhecer e a dominar com razoável eficácia as regras, normas e princípios quer de ordem contabilística quer de ordem da auditoria e revisão, abordando-se igualmente as organizações nacionais e internacionais mais importantes nestes domínios;
- Sensibilizar os alunos para a importância e complexidade das demonstrações financeiras e as desconformidades que as mesmas possam eventualmente conter;
- Compreender os conceitos e as metodologias para o planeamento em auditoria, alertando para a importância e significado de cada uma das fases;
- Dominar os conceitos teóricos da auditoria, conhecer em profundidade as normas, regras e princípios em que se apoia a auditoria, conheçam os problemas e as dificuldades que se levantam a uma auditoria, tendo sempre em perspectiva o relatório final a emitir.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

INTRODUÇÃO

- Definição
- Objectivos de auditoria
- Padrões de auditoria
- Outros tipos de auditoria
- Evolução Histórica de auditoria
- A auditoria financeira como consequência da necessidade da informação financeira credível
- A fiscalização de Empresas em Angola
- A auditoria em Angola
- Análise comparativa da auditoria em Angola e em alguns países da União Europeia

PRINCÍPIOS E NORMAS DE CONTABILIDADE

- Introdução
- Harmonização contabilística a nível internacional (IASC; UE; OCDE)
- A Normalização contabilística em Portugal / sua adequação à realidade Angolana
- Os princípios contabilísticos fundamentais ou básicos
- A importância dos princípios de contabilidade geralmente aceites para o auditor

NORMAS DE AUDITORIA E ORGANIZAÇÃO PROFISSIONAL

- Introdução
- Normas internacionais e auditoria (IFA; UEC)
- Normas, recomendações e interpretações técnicas de auditoria (CROC)
- A forma de obter a qualificação profissional
- A forma de exercer a actividade profissional

PROCEDIMENTOS E TESTES DE AUDITORIA

- Procedimentos Gerais de auditoria
- Tipos de testes em auditoria
- O risco da auditoria
- Introdução às técnicas de selecção de amostras em auditoria
- A auditoria num contexto de sistemas de informação computarizados

A ORGANIZAÇÃO DE UMA AUDITORIA

- Planeamento, execução e controlo de qualidade de uma auditoria
- A importância dos papéis de trabalho como prova em auditoria
- Ajustamentos e reclamações. Materialidade

CONTROLO INTERNO

- Conceito e objectivos do controlo interno
- Tipos de controlo interno e seus elementos fundamentais
- Limitações de controlo interno
- Formas de recolher e registar um sistema de controlo interno
- Avaliação de um sistema de controlo interno através da realização de testes de conformidade
- Sugestões para melhoria dos procedimentos contabilísticos e das medidas de controlo interno

AUDITORIA FINANCEIRA COM APLICAÇÃO DO CÁLCULO FINANCEIRO

AUDITORIA ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- Disponibilidades. Compras de bens e serviços, Pessoal e Dívidas a pagar. Existências de Custo das existências vendidas e consumidas. Imobilizações. Investimentos Financeiros. Vendas Prestações de serviços e Outros proveitos e Dívidas a receber. Acréscimos, Diferimentos e Provisões para riscos e encargos. Capital próprio

Nota : Em cada um dos sistemas acima referidos abordar-se-ão os seguintes pontos:

- Principais aspectos de natureza contabilística
- Medidas de controlo interno
- Questionário de controlo interno
- Objectivos de auditoria

Procedimentos de auditoria

- Testes substantivos aos saldos das diversas contas
- Testes substantivos às informações no Anexos
- Exemplos dos principais mapas de trabalho

RELATÓRIOS E PARECERES DE AUDITORIA

- Introdução
- A certificação legal das contas
- Os parágrafos do alcance e da opinião
- Os diversos tipos de opinião

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A Avaliação de Ensino Aprendizagem tem como referencial as directrizes contidas no Regulamento da UPRA.

A avaliação de conhecimentos é feita através da avaliação contínua e de exame final em cada disciplina.

A avaliação contínua é a avaliação que o docente faz do estudante ao longo do ano ou semestre lectivo, em aulas práticas, testes obrigatórios ou facultativos, exposições, trabalhos escritos, práticas de laboratório, trabalhos de campo e outros, de acordo com a especificidade de cada disciplina.

É obrigatória a realização de provas parcelares para cada disciplina, num mínimo de três para as disciplinas anuais e de duas para as disciplinas semestrais, sem prejuízo para especificidade a aplicar em casos devidamente justificados.

Os resultados da avaliação contínua são publicados 48 horas antes da realização de exame final.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AECA; Gestión Estratégica de Costes; Principios de Contabilidad de Gestión; Documento 23; Fernández, A.F.; Rodríguez Carmen Muñoz; Contabilidad de Gestión y Excelencia empresarial; Editorial Ariel; Barcelona;
Lopez, J.A; Ibarra F.B.; Contabilidad de Direccional Estrategica para la Gestión Empresarial; Técnica Contable; Dezembro de 2001.

Anexo VIII – Calendário Académico do Ministério do Ensino Superior de Angola



REPÚBLICA DE ANGOLA MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR

CALENDÁRIO DO ANO ACADÉMICO 2014

Fase	Semana			Actividade/Ação
	Nº	Início	Fim	
Preparação do ano académico	1	06-01-2014	11-01-2014	Inscrição de candidatos para os exames de acesso
	2	13-01-2014	18-01-2014	
	3	20-01-2014	25-01-2014	Publicação das listas e matrícula dos estudantes antigos
	4	27-01-2014	01-02-2014	Realização dos exames de acesso ao ensino superior
	5	03-02-2014	08-02-2014	Correção dos exames de acesso
	6	10-02-2014	15-02-2014	Publicação dos resultados dos exames de acesso e matrícula dos candidatos admitidos e abertura oficial do ano académico (22/02/2014)
	7	17-02-2014	22-02-2014	
Iº Semestre	1	24-02-2014	01-03-2014	Aulas e avaliação contínua
	2	03-03-2014	08-03-2014	
	3	10-03-2014	15-03-2014	
	4	17-03-2014	22-03-2014	
	5	24-03-2014	29-03-2014	
	6	31-03-2014	05-04-2014	Entrega de Diplomas
	7	07-04-2014	12-04-2014	
	8	14-04-2014	19-04-2014	Aulas e avaliação contínua
	9	21-04-2014	26-04-2014	
	10	28-04-2014	03-05-2014	Aulas de recuperação, cursos intensivos de línguas, cursos de iniciação à investigação científica para estudantes, cursos específicos de interesse para cada domínio de formação e realização de actividades de carácter social
	11	05-05-2014	10-05-2014	
	12	12-05-2014	17-05-2014	
	13	19-05-2014	24-05-2014	
	14	26-05-2014	31-05-2014	
	15	02-06-2014	07-06-2014	Provas de frequências e publicação dos respectivos resultados (sem interrupção das aulas)
	16	09-06-2014	14-06-2014	
	17	16-06-2014	21-06-2014	Aulas e avaliação contínua
	18	23-06-2014	28-06-2014	
	19	30-06-2014	05-07-2014	
	20	07-07-2014	12-07-2014	
	21	14-07-2014	19-07-2014	Exames da Época Normal
	22	21-07-2014	26-07-2014	
	23	28-07-2014	02-08-2014	Pausa Inter-semesteral e publicação dos resultados
	24	04-08-2014	09-08-2014	Exames da época de recursos
IIº Semestre		11-08-2014	16-08-2014	Inscrições, publicação das listas e horários do II Semestre
	1	18-08-2014	23-08-2014	Aulas e avaliação contínua
	2	25-08-2014	30-08-2014	
	3	01-09-2014	06-09-2014	Entrega de Diplomas
	4	08-09-2014	13-09-2014	Aulas e avaliação contínua
	5	15-09-2014	20-09-2014	
	6	22-09-2014	27-09-2014	
	7	29-09-2014	04-10-2014	
	8	06-10-2014	11-10-2014	
	9	13-10-2014	18-10-2014	Provas de frequências e publicação dos respectivos resultados (sem interrupção das aulas)
	10	20-10-2014	25-10-2014	
	11	27-10-2014	01-11-2014	
	12	03-11-2014	08-11-2014	
	13	10-11-2014	15-11-2014	Aulas e avaliação contínua
	14	17-11-2014	22-11-2014	
	15	24-11-2014	29-11-2014	
	16	01-12-2014	06-12-2014	Exames da época normal
	17	08-12-2014	13-12-2014	
	18	15-12-2014	20-12-2014	Publicação dos resultados e Exames da Época de Recursos
	19	22-12-2014	24-12-2014	
		26 de Dez de 2013	26 de Janeiro de 2014	Férias para os docentes

Apêndices

Apêndice I – Carta de Solicitação dirigida às IES

À

DIRECÇÃO DO/A

.....

C A B I N D A

ASSUNTO: SOLICITAÇÃO

Francisco Ernesto Capita, finalista do curso de Mestrado em Auditoria pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto (ISCAP), em Portugal, vem por este intermédio solicitar a Direcção da escola acima supracitada se digne autorizar e colaborar no âmbito de um Projecto de Pesquisa que visa apreciar *o ensino das disciplinas de Auditoria nas instituições de ensino superior em Angola*, através do preenchimento de um questionário dirigido ao responsável pelos assuntos académicos/científicos da instituição e um outro dirigido aos docentes que leccionam as disciplinas de Auditoria.

Tão logo for aceite a presente solicitação, encaminharemos os referidos questionários. Salvaguardamos a confidencialidade no tratamento e divulgação das informações e respostas disponibilizadas que servirão apenas para o âmbito académico.

Ciente de que esta solicitação merecerá atenção da Vossa parte, aguardo deferimento.

Cabinda, aos 14 de Maio de 2015.

Francisco Ernesto Capita

(Pesquisador)

Contactos: 932901006 / 916819698

E-mail: fecapita2012@hotmail.com

Apêndice II – Questionário dirigido às IES

Prezado(s),

O presente questionário insere-se no âmbito de um estudo integrado no trabalho de projecto do Mestrado em Auditoria do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, sob a orientação da Professora Doutora Alcina de Sena Portugal Dias, e destina-se a avaliação do ensino das disciplinas de auditoria nas IES em Angola.

Salvaguardamos a confidencialmente no tratamento e divulgação das informações e respostas disponibilizadas que servirão apenas para o âmbito académico, pelo que pedimos a máxima colaboração da Vossa parte, através do preenchimento deste questionário.

Designação da Disciplina: _____	Designação do curso: _____
Em que ano académico é ministrada a disciplina?	
a) 1º ano	()
b) 2º ano	()
c) 3º ano	()
d) 4º ano	()
Em que semestre do ano indicado é leccionada a disciplina?	
a) 1º Semestre	()
b) 2º Semestre	()
c) 1º e 2º semestres	()
Qual é a carga horária da disciplina?	
a) 3h/ semana	()
b) 4h/semana	()
c) 5h/semana	()
d) 6h/semana	()
e) + de 6h/semana	()
Com que frequência se actualiza o programa da disciplina?	
a) Anualmente	()
b) Entre 2 e 3 anos	()
c) 4 em 4 anos	()
d) 5 em 5 anos	()
e) Acima de 5 anos	()
e) Ainda não foi actualizado	()
Existe parceria entre a escola e os organismos que regulam a profissão do auditor em Angola? Caso a resposta seja positiva, aponte alguns benefícios trazidos para o processo de ensino-aprendizagem.	SIM () NÃO ()

Que critérios são utilizados para a atribuição da disciplina ao professor?	
a) Formação em contabilidade/auditoria	()
b) Ter dado a disciplina em outro curso	()
c) Experiência profissional em contabilidade/auditoria	()
d) Experiência profissional em áreas de gestão	()
e) Outros (aponte)_____	()
A instituição tem organizado cursos de capacitação pedagógica para os docentes? Se SIM, quando ocorreu a última acção formativa?	SIM () NÃO ()
Avaliação da integração dos formandos para desempenho das funções de auditoria nas distintas organizações:	
a) Muito fraco	()
b) Pouco / Fraco	()
c) Aceitável	()
d) Bom	()
e) Muito Bom	()
Comentário adicional:	

Grato pela colaboração!

Francisco Ernesto Capita – fecapita2012@hotmail.com – (00244) 932901006

Prof. Doutora Alcina Portugal Dias – alcina@iscap.ipp.pt

Apêndice III – Questionário dirigido aos docentes

Prezado(a) professor(a),

O presente questionário insere-se no âmbito de um estudo integrado no trabalho de projecto do Mestrado em Auditoria do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, sob a orientação da Professora Doutora Alcina de Sena Portugal Dias, e destina-se a avaliação do ensino das disciplinas de auditoria nas IES em Angola.

Salvaguardamos a confidencialmente no tratamento e divulgação das informações e respostas disponibilizadas que servirão apenas para o âmbito académico, pelo que pedimos a máxima colaboração da Vossa parte, através do preenchimento deste questionário e colocamo-nos à disposição para qualquer esclarecimentos que se façam necessários.

Apreciação sobre o Ensino das disciplinas de Auditoria na instituição onde trabalha:

Designação da Disciplina: _____	Curso: _____
Formação académica do professor:	
PhD: _____ Área _____	(concluído/em curso)
MsC: _____ Área _____	(concluído/em curso)
Pós-Graduação/Especialista: _____ Área _____	(concluído/em curso)
Licenciatura: _____ Área _____	(concluído/em curso)
Outras formações / actualizações na área de auditoria (caso tiver):	
Tempo de trabalho com a disciplina:	
a) Menos de 1 ano	()
b) 1 – 2 anos	()
c) 3 – 4 anos	()
d) + de 4 anos	()
Experiência profissional em Auditoria:	Tempo
a) Empresa própria	() anos
b) Sócio de empresa	() anos
c) Empresa de outrem	() anos
d) Contabilista /técnico de contas	() anos
e) Auditor /revisor	() anos
f) Outra (indicar) _____	() anos
g) Nenhuma	()

É membro associado de algum organismo profissional ligado à profissão de Auditor? Se SIM, indique o(s) organismo(s) e o(s) respectivo(s) nº(s) de Associado.	SIM () NÃO ()
a) Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola (OCPCA)	()
b) Intitulo de Auditores Internos de Angola (IIA Angola)?	()
c) Outro organismo ligado à profissão (indicar) _____	()
d) Nenhum/ Não é Associado	()
Tem alguma formação de agregação pedagógica? Se SIM, quando foi e quem realizou?	SIM () NÃO ()
Quais as metodologias utilizadas para ministrar as aulas (mencione ao menos 3)?	
Base para o ensino do conteúdo prático da disciplina:	
a) Empresa fictícia com documentação	()
b) Empresa real com documentação	()
c) Experiência pessoal do professor	()
d) Outro(s) (especifique) _____	()
Principais dificuldades no ensino da disciplina:	
a) Pouca bibliografia disponível	()
b) Falta de interesse dos estudantes	()
c) Pouco domínio dos conteúdos	()
d) Falta de materiais	()
e) Outras (aponte) _____	()
Qual a bibliografia de referência que utiliza?	
1. 2. 3. 4. 5.	

Interesse dos alunos depois de ministrados os conteúdos leccionados:	
a) Muito fraco	()
b) Pouco / Fraco	()
c) Aceitável	()
d) Bom	()
e) Muito Bom	()
Promoção dos valores associados à profissão de auditor para a sociedade:	
a) Muito fraco	()
b) Pouco / Fraco	()
c) Aceitável	()
d) Bom	()
e) Muito Bom	()
Comentário adicional:	

Grato pela colaboração!

Francisco Ernesto Capita – fecapita2012@hotmail.com – (00244) 932901006

Prof. Doutora Alcina Portugal Dias – alcina@iscap.ipp.pt